

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

VLADIMIR FERRARI PUZONE

Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer

São Paulo
2008

VLADIMIR FERRARI PUZONE

Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Musse

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vladimir Ferrari Puzone

Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer

Dissertação apresentada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: sociologia

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGREDECIMENTOS

Ao prof. Dr. Ricardo Musse, pela orientação e dedicação.

Aos amigos Ana Paula, Bianca, Caio, Carlos, Fábio, Luiz Henrique, William, pelas leituras, pelos comentários e pelo incentivo.

Ao pessoal da secretaria do departamento de sociologia, pelo apoio dado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos meus pais, Margarete e Orlando, pelo carinho e paciência. Dedico a eles este trabalho.

Faz muito tempo que pisei pela primeira vez o convés desse navio terrível, e os raios de meu destino se concentraram, ao que me parece, num único foco. Homens incompreensíveis! Mergulhados em meditações cuja natureza não me é possível adivinhar, passam por mim sem que me vejam. Ocultar-me seria uma loucura de minha parte, pois esta gente *não me verá*. Ainda há pouco, passei diretamente diante dos olhos do imediato; não faz muito tempo, ousei entrar na própria cabina privada do capitão, retirando de lá o material que escrevo, com que tenho escrito até agora. Continuarei, de tempo em tempos, este diário. É verdade que talvez não tenha oportunidade de fazê-lo chegar ao conhecimento do mundo, mas não deixarei de esforçar-me para que tal aconteça. No último momento, encerrarei o manuscrito numa garrafa e lançá-la-ei ao mar.

Edgar Allan Poe, “Manuscrito encontrado numa garrafa”

RESUMO

Pretendemos neste trabalho reconstruir a obra de Max Horkheimer e suas considerações sobre o destino da classe operária no século XX. Para isso, escolhemos o período entre 1930 e 1945. Nosso objetivo é mostrar como as diversas transformações sociais e históricas em que o proletariado esteve em meio foram vistas com cuidado por Horkheimer. O que mais chama atenção no período analisado é a derrota do movimento operário organizado e a ascensão dos movimentos fascistas em grande parte da Europa. O marxismo da época teve de repensar sua teoria para dar conta desses acontecimentos. Tendo em vista esse panorama, Horkheimer trouxe importantes contribuições para a renovação do marxismo e da teoria social, ao retrabalhar temas como consciência de classe, ideologia, reificação e domínio de classe.

Palavras-chave: Max Horkheimer, proletariado, marxismo, teoria crítica, reificação.

ABSTRACT

In this dissertation, we intend reconstruct the work of Max Horkheimer and his considerations about the working class' destiny in 20th century. For that we have chosen the period between 1930 and 1945 Our goal is to show how the different social and historical changes, in which the proletariat had been amidst, had been viewed carefully by Horkheimer. What calls attention in this period is the working class' organized movement's defeat and the fascist movements' rise in Europe. The Marxism of the time had to rethink its theory to understand this occurrence. In this context, Horkheimer brought important contributions to the renovation of Marxism and social theory with his reflections about class consciousness, ideology, reification and class dominance.

Key-words: Max Horkheimer, working class, Marxism, critical theory, reification.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I: O início da teoria crítica de Horkheimer e o diagnóstico de época (1930-1933)	24
I.1 - <i>Preâmbulo: classe operária e teoria da revolução marxista</i>	24
I.2 - <i>O proletariado para Lukács: sujeito-objeto e consciência de classe</i>	28
I.3 - <i>A crítica de Horkheimer: transfiguração e indivíduo</i>	43
I.3.1 – Ideologia e classe	53
I.4 - <i>Breve percurso histórico: trabalhadores na Alemanha</i>	63
I.4.1 - Capitalismo organizado e capitalismo de Estado: visões e erros da esquerda	70
I.5 - <i>Reificação, crise e pesquisa interdisciplinar</i>	76
I.5.1 - A pesquisa com os trabalhadores alemães	83
Capítulo II: Do fracasso da revolução à teoria da dominação (1933-1937)	88
II.1 - <i>Da consciência ao inconsciente de classe</i>	90
II.1.1 - A necessidade da repressão	94
II.1.2 - Do liberalismo ao capitalismo monopolista	99
II.1.3 - Nova configuração dos trabalhadores: a massa	102
II.1.4 - Autoridade e família, coerção e consenso	112
II.2 - <i>Relação entre teórico e classe</i>	125
Capítulo III: Abstração e integração (1937-1945)	137
III.1- <i>Do capitalismo monopolista ao capitalismo de Estado</i>	138

III.1.1 – Mudanças na teoria da dominação	144
III.2 - <i>O domínio da abstração, ou a submissão dos trabalhadores à lógica da mercadoria</i>	148
III.2.1 - A crise da razão,ou a razão frente à reificação	148
III.2.2 - A crítica de Walter Benjamin à noção de progresso e sua influência em Horkheimer	154
III.2.3 - Socialismo não é igual a “soviets mais eletricidade”	158
III.3 - <i>Da classe ao indivíduo: a necessidade da adaptação</i>	170
III.3.1 - Reificação e indivíduo: o conceito de autopreservação	171
III.3.2 - O estilhaçamento da classe: rumo a uma teoria crítica “individual”	176
Bibliografia	184

Introdução

As tensões que percorrem a história do marxismo apresentam tentativas de renovação e reconstrução do sentido dos textos de Marx, em meio às mudanças sociais e históricas ocorridas após sua morte. As questões em torno da classe operária são exemplo disso. Os conceitos de classe e de luta de classes ocupam um lugar central no arcabouço teórico de Marx. Desde sua obra juvenil, a ligação entre a teoria e os trabalhadores mostrou-se vital na compreensão no destino do próprio marxismo, a partir do momento em que os trabalhadores tornaram-se seu sujeito e destinatário. Entender como o proletariado se constitui em classe e como ele enfrenta os desafios do desenvolvimento capitalista era e ainda é um desafio na definição desta ligação. Por isso, as transformações na sociedade e nos próprios trabalhadores impuseram um contínuo debate. Ao longo do século XX, surgiram diferentes interpretações para a possibilidade de revoluções organizadas pelo proletariado, assim como a maneira pela qual a classe despertaria para esses problemas e o papel da teoria na formulação de uma política operária. No entanto, nem sempre foi possível aos marxistas estar ligado diretamente à classe.

Isso não constitui uma novidade em si. Marx retirou-se para os estudos sobre economia política após a derrota do movimento comunista entre 1848-50. Sua relação com o movimento internacional dos trabalhadores, do qual é um dos fundadores, não foi marcada por uma atuação sempre presente. Com o fracasso da revolução, ele se retirou para uma espécie de exílio. Dele nasceu *O Capital*. No início do século XX, Rosa Luxemburgo esteve no centro da crise da social-democracia alemã, em função do apoio de grandes parcelas do proletariado à entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Por sua vez, a revolução russa levava a intensas discussões a respeito da organização revolucionária dos operários. A oposição de Luxemburgo tanto às estratégias social-

democratas quanto à forte centralização do partido revolucionário levou-a a um isolamento dentro da luta política.

Dessa forma, os hiatos entre a teoria e os trabalhadores são momentos-chave da história do marxismo. Uma corrente entre outras se destaca ao expressar essas dificuldades. Nascido no interior da ascensão do movimento fascista e da derrota dos levantes operários na Europa entre as décadas de 1920 e 1940, o marxismo ocidental precisou repensar sua atuação imediata junto ao proletariado. O refluxo do movimento operário impôs dificuldades particulares aos intelectuais sem vínculo direto com as organizações políticas. Esse é o caso específico da Escola de Frankfurt.¹ Muito embora uma de suas características definidoras seja exatamente a ausência de uma prática ligada à classe operária organizada, em grande parte por razões históricas, ela não deixou de pensar os problemas relacionados ao tema, apresentando-os de maneira inovadora no seio do marxismo. A afirmação de que a classe operária pudesse ser a última e verdadeira resistência ao domínio capitalista – tese que permanece em muitos círculos marxistas – foi contestada por aqueles intelectuais forjados no clima do nazismo.

Os anos 20 e 30 do século passado foram um momento de transição na história do capitalismo, e apontaram para características centrais das décadas seguintes. Junto ao período posterior, que vai até o fim da II Guerra Mundial, os contornos da atualidade desses vinte anos tornam-se visíveis aos observadores contemporâneos, sem esquecer as mudanças que ocorreram de lá para cá. O refluxo do movimento socialista e a “integração” dos trabalhadores ao capitalismo são temas que tocam tanto a atual geração quanto

¹ O uso do “rótulo” Escola de Frankfurt não é desprovido de intenções. Alguns autores chamam a atenção para o fato de expressão servir mais como um meio propagandístico no cenário do pós-guerra, com vistas ao fortalecimento do Instituto de Pesquisas Sociais, e que anteriormente não era usado, tal a inexistência de uma unidade de pensamento entre seus membros. Infelizmente, por falta de espaço, não é possível mostrar que se trata justamente do contrário. O termo “escola” denota um fundo comum a partir do qual cada um dos autores desenvolveria linhas próprias, o que não deixa de ser incomum no interior do marxismo. Daí que “teoria crítica” seja usado como sinônimo. Mesmo os que defendem essa terminologia em detrimento da outra se esquecem de dizer que a expressão só seria cunhada em 1937, quando a Escola de Frankfurt, ou o marxismo do Instituto, já tinha suas bases assentadas. Para essa questão, confronte a “Introdução” do livro *A Escola de Frankfurt*, de Rolf Wiggershaus, Rio de Janeiro, Difel, 2002, p. 33 e ss.

aquela de quase um século atrás. Hoje, por enquanto, uma alternativa revolucionária e viável à sociedade burguesa não se apresenta no horizonte.

As datas acima mencionadas mostram que, já naquela época, a derrota da revolução era tema de reflexões, sobretudo para aqueles que se encontravam de alguma forma na periferia do movimento socialista e operário. Após o fracasso das revoluções na Europa ocidental e central, a União Soviética isolou-se como a pátria do socialismo. Ao mesmo tempo, diferentes formas de fascismo ascenderam na Europa, culminando com a tomada de poder pelos nazistas em 1933. O panorama histórico que se descortinava não era dos mais favoráveis ao movimento socialista europeu. Governos operários eram postos de lado e a contra-revolução fazia-se vencedora. Esse momento apresentou o declínio das ações políticas do marxismo, que antes acreditava na resolução revolucionária dos impasses do capitalismo e da guerra mundial. Não era a primeira, e nem seria a última vez, que o marxismo se encontraria em tal situação. O que ocorreu com a classe identificada imediatamente ao marxismo? Como ela pôde passar da luta por uma sociedade emancipada para a derrota e submissão completa ao capitalismo? Iniciamos o presente trabalho com essas questões em mente.

O objetivo da dissertação é reconstruir a teoria crítica do período entre 1930 e 1945, tendo em vista suas reflexões sobre a classe operária. Escolhemos a obra de Max Horkheimer por alguns motivos. Em primeiro lugar, seus textos formam a base das investigações do Instituto de Pesquisa Social na época. A produção dos diversos autores que passaram pelo Instituto esteve centrada em sua figura. Além disso, ele oferece, dentro dessa teoria crítica, a discussão mais sistemática a respeito dos destinos do proletariado face à crise de suas organizações e práticas. Entre outros pontos, foram abordados os vínculos entre os trabalhadores, o movimento operário organizado, a revolução socialista e a teoria marxista. Por último, mas não menos importante, suas constatações ante-

cuparam o tema da integração do proletariado, estudado tanto por Theodor Adorno quanto por Herbert Marcuse nos anos do pós-guerra. Muito antes da assimilação da classe operária às instituições do capital ter se transformado em tema da sociologia, Horkheimer observara atentamente os acontecimentos relativos a esse processo.

A bibliografia sobre Horkheimer e a teoria crítica é unânime ao apontar o estreito vínculo entre o debate sobre a classe trabalhadora e os rumos da teoria. Alguns comentaristas enfatizam a renovação desta frente aos impasses vividos pelo proletariado. Outros questionam até que ponto o destaque dado a questões sem relação direta com a economia e a política – como filosofia, psicologia, epistemologia, entre outras disciplinas – não afastou o marxismo de Horkheimer de seus destinatários, e se de fato ele esteve ligado alguma vez à classe operária. No entanto, a maioria faz suas considerações de modo breve, sem aprofundar o assunto e as contradições, tanto da obra quanto do período histórico. Isso não deixou de trazer problemas na leitura de Horkheimer.

Em seu livro sobre o marxismo ocidental, Perry Anderson descreveu o isolamento de Horkheimer e seus colegas como um dado inicial, e que seria acentuado com o exílio do grupo para os Estados Unidos. “Em seu novo meio, o instituto orientou-se inequivocamente para adaptar-se à ordem burguesa local [...]. Para se camuflar em seu novo *habitat*, operou-se um afastamento quase total da política” e, por consequência, de qualquer relação com o movimento operário.² Na mesma linha de argumentação colocam-se Göran Therborn e Phil Slater. Embora ambos reconheçam a renovação do marxismo trazida pela teoria crítica, especialmente pela reaproximação com a dialética e a crítica à ideologia, eles não deixam de ressaltar o afastamento da política como o con-

² Perry Anderson, *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004, p. 54. Ele mesmo chega a dizer que a partir do fascismo e do stalinismo, o marxismo ocidental “passaria a falar sua própria linguagem cifrada, cada vez mais distante da classe que formalmente procurou servir ou articular. [...] A consequência deste impasse seria o silêncio premeditado do marxismo ocidental naquelas áreas mais fundamentais para as tradições clássicas do materialismo histórico: o exame das leis econômicas do funcionamento do capitalismo como um modo de produção, a análise da máquina política do Estado burguês, a estratégia da luta de classes necessária para derrubá-lo”. *Op. cit.*, pp. 52 e 64.

traponto da radicalização teórica. Aos poucos os teóricos de Frankfurt se privariam de uma âncora política, colocando o desenvolvimento político do proletariado num longínquo futuro. O resultado só poderia ser o afastamento dos grupos de oposição ao fascismo.³ Ainda na mesma linha de raciocínio, Douglas Kellner critica a direção tomada pela teoria crítica na década de 1940, quando Horkheimer se afastaria do marxismo. Reflexo disso seria o estilo dos textos, pouco palatável às massas.⁴

No outro espectro dos comentários, há aqueles que enfatizam a renovação teórica justamente pela crise da classe operária e do marxismo. Dessa maneira, Helmuth Dubiel, ao contrário dos autores anteriores, e talvez quem mais aprofunde o estudo das relações entre teoria crítica e proletariado, vê a teoria crítica diretamente ligada à tradição socialista. O proletariado apareceria como sujeito e receptor de suas elaborações, mesmo que Horkheimer e os outros não se filiassem a nenhum grupo político institucionalizado. Apesar disso, surgiria progressivamente a constatação da descontinuidade entre teoria social e consciência de classe. O marxismo da teoria crítica não estaria mais conectado com a consciência política do proletariado em vista de sua derrota para o nazismo. “O trabalho do círculo de Frankfurt nos anos 1930 visava à transformação revo-

³ De Phil Slater, cf. *Origem e Significado da Escola de Frankfurt. Uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, especialmente o capítulo 3, “O nexos materialista histórico teoria-práxis”, pp. 87-139. Para este autor, a falta de interesse nas questões organizativas do proletariado advinha justamente do abandono da teoria econômica e da luta de classes. A teoria crítica “contém um grande número de observações pertinentes sobre os problemas relacionados com a luta de classes proletária. Essas observações e as categorias nas quais elas se inserem devem ser apropriadas, ainda que criticamente. Elas devem ser avaliadas segundo sua importância individual para a práxis, bem como suplementadas, a fim de se estabelecer se poderiam ou não formar um todo conceitual em termos de uma luta prática. Em caso negativo, as distorções envolvidas no uso abstratizado dessas categorias devem ser expostas e retificadas”. *Op. cit.*, p. 100. Quanto a Göran Therborn, cf. “A escola de Frankfurt. Contribuição à teoria crítica”. In *Novos Rumos*, nº 39, 2003, disponível no endereço http://www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/artigo_show.asp?var_artigo=65 (acessado em 23/07/2007). Para Therborn, “a ‘teoria crítica’ associa-se à luta da classe oprimida contra o domínio da classe capitalista, mas é incapaz de colocar seu empenho na arena política. Ela permanece de fora, denunciando a política burguesa a partir da esfera filosófica. A teoria crítica de Horkheimer comporta assim uma dupla redução da ciência e da política à filosofia”.

⁴ Douglas Kellner, “The Frankfurt School revisited: a critique of Martin Jay’s *The Dialectical Imagination*”. In *The Frankfurt School: critical assessments*, organizado por Jay Bernstein, vol. 1, Londres, Routledge, 1994, pp. 41-62.

lucionária da sociedade, mesmo que houvesse dúvidas a respeito da possibilidade de realizar seus objetivos”.⁵

Já Axel Honneth afirma que o marxismo de Horkheimer deveria ser entendido perante a questão do fracasso da revolução proletária. Na medida em que as contradições do capitalismo assumissem forma na classe operária, era preciso explicar porque a superação das relações capitalistas não ocorria. “Como tantos outros marxistas de sua geração, o jovem Horkheimer via o crescente processo de integração da classe trabalhadora no sistema societário capitalista avançado como a mais notável tendência de desenvolvimento de sua época”.⁶ A saída encontrada para um marxismo carente de bases sociais deveria residir numa unidade entre diferentes disciplinas, conhecida como “materialismo interdisciplinar”. Wolfgang Bonß explica o surgimento da teoria crítica nessa chave. A contradição entre o potencial revolucionário do proletariado e sua integração parcial ao capitalismo foi motivo central para Horkheimer: “o aparente declínio da consciência de classe, o crescente papel de atitudes conservadoras e reacionárias, e óbvia influência regressiva das tradições culturais teriam de ser elucidados”.⁷

O grande problema desses autores é que o destaque dado à teoria de Horkheimer e suas reflexões sobre o proletariado tende a descartar o marxismo.⁸ Inversamente, as

⁵ Helmut Dubiel, *Tehory and Politics*, Cambridge, Massachusetts/Londres, 1985, p. 8.

⁶ Axel Honneth, “Teoria crítica”. In *Teoria Social Hoje*, organizado por Anthony Giddens e Johnatan Turner, São Paulo, Editora Unesp, 1999, pp. 510-1.

⁷ Wolfgang Bonß, “The program of interdisciplinary research and the beginnings of critical theory”. In *On Max Horkheimer: new perspectives*, organizado por Seyla Benhabib, Wolfgang Bonß e John McCole, Cambridge, Londres, MIT Press, 1993, p. 112.

⁸ Honneth critica Horkheimer por seu funcionalismo marxista, cuja teoria não daria margens à apreensão das ações dos sujeitos que constituem sua vida. Em prejuízo disso, os indivíduos no capitalismo seriam formados apenas por estruturas impessoais. No cerne desta dificuldade, Honneth encontra uma confusão política que caracteriza os escritos de Horkheimer no período. “Por um lado, não há dúvidas de que sob as condições do capitalismo a teoria crítica da sociedade centrada na prática política deve procurar por seus destinatários apenas entre a classe social dos trabalhadores assalariados, o proletariado. [...] Por outro lado, cresceu a dúvida se, sob as condições do capitalismo pós-liberal, o proletariado ainda sustenta o potencial para a transformação resultante de sua experiência de opressão e crise, como o conceito marxista de revolução assume”. “Max Horkheimer and the sociological deficit of critical theory”. In *On Max Horkheimer, op. cit.*, pp. 199-200. Para explicar as dificuldades políticas da classe operária, Horkheimer teria de recorrer à psicanálise e a uma teoria da cultura para explicar porque havia forças “irracionais” que impediam as classes de perceberem seus reais interesses. Porém, tal formulação apenas aprofundaria sua

dúvidas da teoria crítica sobre a situação do proletariado e a possibilidade da revolução a partir de sua posição de classe foram feitas com que se descartasse algumas das contribuições oferecidas pelos autores frankfurtianos. Não é por acaso que o movimento operário organizado tenha em geral relegado a teoria crítica. Nossa intenção é mostrar como as duas coisas, crise do operariado e renovação teórica, podem estar lado a lado sem que seja necessário abandonar a teoria marxista.

A primeira parte desta dissertação tem por alvo as mudanças que o proletariado sofreu na teoria marxista com relação a Lukács e Horkheimer. Um primeiro passo é tentar definir a posição que a classe ocupou nos ensaios de *História e Consciência de Classe*. Lukács procurou resolver, de forma original, os impasses que se apresentavam ao marxismo. Este será o ponto de partida para avaliar as dificuldades que os vínculos entre teoria e classe apresentam. Nossa tarefa seguinte consiste na apreensão da crítica do pensador frankfurtiano às categorias postas pelo socialista húngaro. Gostaríamos de indicar como as formulações iniciais da teoria crítica foram uma resposta em relação aos problemas colocados por Lukács e às transformações tanto na configuração da classe quanto em suas relações com o capitalismo, tendo em vista especialmente o percurso dos trabalhadores e de suas organizações na Alemanha até 1933, quando os partidários de Hitler assumem a liderança do parlamento. Os textos de Horkheimer abordados neste capítulo serão aqueles publicados entre 1930, momento em que ele assume a direção do Instituto de Pesquisa Social, e 1933, ano em que as organizações operárias foram extintas na Alemanha.

estreiteza analítica, pois não daria conta da participação ativa dos sujeitos nos processos de integração social. Cf. também “Teoria crítica”, *op. cit.*, pp. 512-525.

O segundo capítulo discute as mudanças na perspectiva de Horkheimer a respeito da classe operária e da necessidade de se repensar as relações que o capitalismo impunha ao proletariado sob o impacto do domínio fascista. As questões relativas à dominação de classe ganham destaque em sua obra, na tentativa de explicar o fracasso da revolução socialista. Pelas novas configurações da classe, as mudanças na teoria marxista tornam-se relevantes, sobretudo quanto a dois aspectos: a incorporação da psicanálise na explicação da submissão dos trabalhadores ao capitalismo e a revisão das relações entre marxismo e operariado. Ao sintetizar esse último ponto, o ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica”, de 1937, constitui um balanço da obra de Horkheimer e do marxismo da época. Por isso, a periodização para este capítulo faz referência aos textos entre 1933 e 1937.

Apresentamos no terceiro e último capítulo a reversão de suas expectativas sobre a ligação entre revolução e classe trabalhadora, a partir do texto citado. Trata-se, de fato, de uma trajetória que se descortinava já na primeira parte de sua obra. Mas somente os desdobramentos históricos puderam pôr em prova a revisão da teoria marxista iniciada sob o impacto das teses de Lukács. Nesse sentido, o que salta aos olhos nos textos da década de 40 é a elaboração de um novo diagnóstico do capitalismo, que aproxima a descrição da economia européia e americana com o impacto exercido pela sociedade soviética exercia nos observadores externos. Tal aproximação permitiu a Horkheimer descrever como a reificação, e por consequência a própria lógica da mercadoria que lhe dá substrato, conseguiu invadir a subjetividade dos trabalhadores e minar por completo qualquer chance de transformação social originária desta classe. Daí porque os textos considerados neste ponto do trabalho estejam centrados entre 1937 e 1945, ano em que termina a Segunda Guerra Mundial e, por consequência, o domínio nazista sobre os

trabalhadores. O livro publicado por Horkheimer em 1944, *Eclipse da Razão*, constitui o ponto final do trabalho.

Nossa divisão dos textos de Horkheimer procede de um modo ligeiramente diferente do usual. Em geral, seu percurso intelectual nos anos trinta e quarenta é dividido em três etapas. Seyla Benhabib dá à primeira, de 1932 a 1937, o nome de “materialismo interdisciplinar”, devido ao uso de diferentes disciplinas filosóficas e científicas na armação da teoria crítica – algo inédito na teoria social e no marxismo. A segunda etapa é chamada “teoria crítica”, e vai de 1937 a 1940. Neste ponto, as mudanças históricas – entre elas as perspectivas negativas do movimento operário alemão, a estrutura social e econômica da União Soviética e análise do fascismo – fizeram com que Horkheimer redefinisse a auto-compreensão da teoria. A derrota da classe operária parecia completa diante do avanço do nazi-fascismo, e por isso passou a haver uma defasagem “entre a verdade crítica do marxismo e a consciência empírica do proletariado, que, no entanto, a teoria continua a apontar como o agente objetivo da futura transformação da sociedade”.⁹ Por fim, na passagem da “teoria crítica” à “crítica da razão instrumental”, expressão do período entre 1940 e 1945, ocorreria um questionamento do uso da crítica da economia política no interior da obra de Horkheimer, em função da clivagem crescente entre teoria e prática.¹⁰ Também os temas tratados mudariam. As transformações capitalistas implicariam numa perspectiva diferente da crítica. Anteriormente centrada num conceito de trabalho social, teoria não enxergaria mais a emancipação na razão e no trabalho.

⁹ Seyla Benhabib, “A crítica da razão instrumental”. In *Um Mapa da Ideologia*, organizado por Slavoj Žižek, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, p. 73. Para uma periodização semelhante, consulte Dubiel, *Theory and Politics*, op. cit., pp. 3-10.

¹⁰ Alfred Schmidt também acredita na desconfiança de Horkheimer sobre a validade das categorias da crítica da economia política. Dessa forma, ele divide a obra em dois momentos. O primeiro diz respeito ao vínculo estreito entre suas concepções teóricas e o materialismo histórico, e compreende os anos 1930 e 1941, e o segundo aos textos escritos entre 1941 e 1950. Cf. “Max Horkheimer’s intellectual physiology”, *On Max Horkheimer*, op. cit., pp. 25-47.

A razão para a periodização por nós adotada reside no próprio objeto investigado. Conquanto a teoria crítica não tenha alterado radicalmente seu estatuto frente aos trabalhadores com a ascensão do nazismo em 1933, este fato foi vital para a adoção de uma nova perspectiva. O marxismo de Horkheimer destacaria com maior força uma teoria da dominação, e nem tanto uma teoria da revolução, como ainda era característico dos anos precedentes. Compreendido por essa mudança estava o balanço realizado em “Teoria tradicional e teoria crítica”. A partir da reflexão em 1937 Horkheimer pautaria seus textos pelos impasses descritos nesse ensaio. Por esse motivo, o último período analisado vai de 1937 a 1945. Embora as mudanças no capitalismo só tenham alterado concretamente o entendimento dos frankfurtianos após a década de 40, os elementos dessa nova abordagem econômica já tinham força antes.

Ao longo da dissertação, fizemos uso de outros autores da Escola de Frankfurt, para mostrar como as teses de Horkheimer não podem ser pensadas sem o trabalho de seus colegas, e vice-versa. As obras de Herbert Marcuse, Friedrich Pollock e Walter Benjamin foram importantes na construção de nosso trabalho, pois ajudaram a esclarecer e desenvolver algumas questões apresentadas por Horkheimer. O mesmo se pode dizer de Karl Marx, de quem o marxismo não pode deixar de partir. Além disso, mobilizamos artigos e livros sobre a história dos trabalhadores, especialmente na Alemanha. Não pretendemos com isso fazer qualquer espécie de revisão bibliográfica, mas apenas trazer informações adicionais que auxiliem a exposição.

Cabem aqui algumas palavras sobre o livro *Dialética do Esclarecimento*. Como foi possível notar, excluímos a obra de nossa reconstrução. Fizemos isso por acreditar que o conjunto de ensaios escrito em parceria com Theodor Adorno constitui por si só objeto de uma dissertação. Também pesou o fato de que nem todos os ensaios foram escritos por Horkheimer. Como exemplo, podemos citar o excurso “Ulisses ou mito e

esclarecimento” e o famoso “Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. Apesar da presença de algumas de suas discussões na obra de Horkheimer, a apreciação deles nos levaria longe demais e poderia prejudicar o andamento da dissertação. Mesmo os textos da autoria de Horkheimer poderiam impor dificuldades, como o excuro “Juliete ou esclarecimento e moral”. Quanto ao ensaio que abre o livro, “O conceito de esclarecimento”, há vários pontos em comum com *Eclipse da Razão*, sobretudo pela discussão do destino da razão no mundo capitalista. Por isso preferimos usar somente o livro publicado por Horkheimer, até porque ele desenvolve questões apenas apontadas em *Dialética do Esclarecimento*.

Inicialmente, a idéia de escrever um texto sobre a Horkheimer e os trabalhadores envolvia-se com o tema da teoria da prática. A intenção era desvendar os nexos que existiam ou que faltavam nas formulações dos autores da teoria crítica. Era central para nós revisar essa tradição intelectual, que aparentemente negava qualquer vínculo com uma práxis transformadora, e que se ocupava das questões apenas teóricas. A busca de uma parte da intelectualidade atual em pensadores como Adorno, Benjamin e Marcuse seria nada menos que uma das faces da fraqueza do marxismo contemporâneo após a queda do Muro de Berlim e das várias derrotas que os movimentos operários e anti-capitalistas sofreram ao longo da década de 90. A teoria crítica se mostraria presa demais a questões de “método” e de “filosofia”, sem apontar novos rumos para a emancipação dos homens. Essa era a maneira como imaginávamos a existência da tradição crítica nos dias hoje, sem deixar de pensar que ela ainda tinha alguma coisa a dizer.

Mas a elaboração do projeto ao longo do tempo mostrou os pontos fracos dessa argumentação simplista. Primeiramente, queríamos lidar com um tema já amplamente trabalhado, mesmo que muitos de seus problemas ainda estejam por ser resolvidos. Em segundo lugar, seria praticamente impossível fazer um trabalho a partir de textos que pouco abordam a relação entre teoria e prática, ainda mais se pensarmos na vasta bibliografia produzida pelos frankfurtianos – quase meio século de produção intelectual, contando desde os primeiros textos de Horkheimer até a morte de Marcuse. Seria necessário um tempo de leitura do qual uma simples dissertação de mestrado não daria conta. Por último, mas não menos importante, a questão se apresentou de um modo falso, porque estabeleceu de antemão que toda teoria marxista deve ligar-se imediatamente com algum tipo de prática política, independente da conjuntura e dos problemas históricos que se apresentam.

Eis aí, talvez, o nexos que se possa estabelecer entre esses autores e nossa época. Não restam dúvidas de que toda essa escola foi marcada pela tragédia do nazismo, da segunda guerra mundial e do stalinismo. Nesse sentido, ela pode ser chamada de uma tradição da derrota. Foi justamente por esse caminho que a pesquisa passou a se enveredar. Acreditamos que, assim como nas décadas de 1930 e 40, o tempo atual também guarda algo dessa separação entre pensamento e ação. Mais especificamente, tem-se em vista a discrepância entre as formulações do marxismo atual e o que se pensa e se faz nos movimentos políticos dos trabalhadores. Como já apontamos antes, é enganoso acreditar no imediatismo entre as aspirações dos marxistas e às organizações às quais ele se ligou.

A origem da teoria crítica e do marxismo ocidental num momento de baixa revela o quanto ele contribuiu, e pode contribuir, para pensarmos momentos em que a vitória sobre o capitalismo está fora do horizonte, ou completamente varrida do campo, co-

mo sempre quis fazer crer o pensamento dominante. A avaliação dos escritos de Horkheimer entre 1930 e 1945 mostra algo anunciado desde *História e Consciência de Classe*: as dificuldades dos trabalhadores em escapar dos mecanismos de reificação que a expansão capitalista impunha ao conjunto da sociedade. A tônica geral de nosso trabalho é mostrar como os avanços e retrocessos do movimento operário e socialista foram respostas concretas, positivas ou negativas, aos desafios da realidade histórica. Essa avaliação foi decisiva para os rumos que parte da teoria marxista tomou nos anos seguintes ao término da segunda guerra mundial.

Para o marxismo ocidental e o da teoria crítica, a mera politização do movimento operário não seria suficiente, já que ela se mostrara insuficiente ou incapaz de compreender de forma abrangente as dificuldades que a restauração e a estabilização do capitalismo colocaram em movimento. De lá para cá, sessenta anos se passaram, e novos problemas foram postos, tanto pela expansão do capital, quanto pela resistência que os trabalhadores oferecem. Torna-se impossível tomar o diagnóstico oferecido por Horkheimer *ipsis litteris*. No entanto, algumas das constatações de Horkheimer guardam atualidade.

A novidade central do marxismo ocidental depois das grandes guerras consiste, pelo menos para aquele ligado à teoria crítica, em apresentar a classe operária como um lugar estático na sociedade capitalista. O desenvolvimento histórico – compreendendo *grosso modo* a centralização da economia nas instituições estatais, o enraizamento da ideologia na individualidade dos sujeitos e a configuração da classe como massa – deixou de dar lugar à perspectiva do desenvolvimento da consciência de classe. A integração do proletariado às estruturas do domínio capitalista e as transformações nas relações de produção alteraram a própria possibilidade objetiva de transformar a simples posição

social dos trabalhadores num movimento político organizado de emancipação ao capital.

Entretanto, não podemos atribuir características ontológicas a essa mudança no estatuto da classe. Em primeiro lugar, não é possível uma integração de fato da classe trabalhadora ao capital, já que a oposição entre ambos é uma das relações estruturantes da sociedade capitalista. Em segundo, o capitalismo não permaneceu preso às configurações aqui debatidas. Sua necessidade de reprodução originou novos problemas à organização social, e destes surgiram questões inéditas à classe. Além disso, pode-se dizer, com razão, que a perspectiva aqui ensejada de um domínio crescente da reificação faz referência especialmente às sociedades de capitalismo mais desenvolvido, enquanto os países de capitalismo atrasado puderam oferecer alternativas à história do movimento operário. Certamente os desenvolvimentos da teoria crítica, nas figuras de Horkheimer, Adorno e Marcuse, debruçaram-se somente nas sociedades europeia e americana, deixando de lado o mundo subdesenvolvido. Mas como procuramos mostrar no último capítulo, a expansão do capital conseguiu vencer seus limites até hoje, mesmo em sociedades ditas “pós-capitalistas”. Portanto, a lógica da abstração não diferenciou os tipos de capitalismo, e as classes operárias dos países periféricos também estão sob a ameaça do fetichismo da mercadoria e seus sucedâneos.

Outra conclusão importante a ser extraída de Horkheimer diz respeito ao vínculo entre classe operária, organização partidária e posição teórica. Houve um rompimento das relações entre a teoria desenvolvida por Marx e o movimento político dos trabalhadores. A ligação necessária entre ambos foi posta em xeque, tanto pelos partidos políticos quanto por alguns teóricos. Por mais de um século, desde a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores até o declínio da União Soviética e demais países ligados ao leste europeu, o marxismo apresentou-se intrinsecamente como a expressão teó-

rica do proletariado. Após a segunda guerra mundial, contudo, observaríamos o rompimento entre movimento político e teoria. Basta pensarmos nas sucessivas transformações que a social-democracia sofreu, não só na Europa, bem como outros partidos de origem operária.

Seria possível dizer, em contrapartida, que o movimento organizado dos trabalhadores não resume o conjunto da classe e suas expectativas políticas. De fato, uma minoria proletária continua ligada à tradição marxista, embora poucos sejam os exemplos a destacar. Não queremos, a partir dessas afirmações, estabelecer uma espécie de elite “ilustrada” da qual partiriam as formulações críticas e de emancipação ao capital. Veremos em detalhe tanto a rejeição dessa fórmula quanto a expressão do marxismo como uma memória, uma tradição intelectual. Nos momentos em que o todo social parece não oferecer saídas ao atual estado de coisas, cabe a essa teoria crítica o lugar de resistência e participar, na medida do possível, da construção de novas forças de oposição.

I- O início da teoria crítica de Horkheimer e o diagnóstico de época (1930-33)

1-Preâmbulo: classe operária e teoria da revolução marxista

No marxismo, a ligação com a classe operária parece ser evidente, até mesmo natural. Entretanto, ao observar a história de ambos os movimentos, podemos perceber momentos de retrocesso e ruptura. A obra de Marx constitui ponto de partida para revisarmos o problema, sobretudo pelo *Manifesto Comunista*, a formulação mais concisa e conhecida de suas idéias.

É notável que o texto tenha formulações diversas, mas não divergentes, sobre o proletariado. Logo no início, em uma nota adicional ao texto original, Engels o descreve da seguinte maneira, com relação à propriedade dos meios de produção: “Por proletariado [entende-se] a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”.¹ Esta apresentação sucinta tenta dar conta do lugar social que os trabalhadores ocupam, de forma negativa em relação ao funcionamento do sistema capitalista. Por isso, podemos chamá-la de definição lógica da classe proletária, já que ela deduz sua existência a partir da posse ou não dos meios de trabalho.

O trecho citado aparece na primeira seção, intitulada “Burgueses e proletários”. Analisando-a de maneira mais detida, constata-se que a apresentação de ambas as classes ao longo do *Manifesto* é feita com base em um duplo procedimento. Por um lado, temos a apresentação lógica. Por outro, ao descrever a luta da burguesia para erigir uma sociedade à sua imagem, contra o Antigo Regime e em aliança com o operariado nascente, Marx e Engels descrevem a formação histórica dos dois grupos sociais em ques-

¹¹ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2005, p. 40, nota 1. Engels adicionou este trecho à edição inglesa de 1888.

tão. Dessa forma, os trabalhadores são apresentados no conjunto de suas lutas econômicas, sociais e políticas no desenvolvimento do capitalismo. “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. *Sua luta contra a burguesia começa com sua existência*”.² Aparece aqui, de forma bem clara, a formação do proletariado enquanto um movimento político que aos poucos ganharia forma organizada, e para o qual convergiam os interesses teóricos de determinados intelectuais. A identificação entre marxismo e classe operária, não somente como um lugar social oposto às determinações do modo de produção, começaria a partir de então. “*Nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletários e burgueses, [os comunistas] representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto*”.³ A partir desse texto, o marxismo pode ser pensado ao mesmo tempo como a junção entre teoria da revolução, apoiada nos movimentos operários e socialistas, e análise social.

No entanto, este não é o único lugar em que Engels e sobretudo Marx apresentariam suas concepções a respeito dos trabalhadores. Elas não permaneceriam inalteradas. A leitura de *O Capital* nos mostra mudanças importantes a respeito do tipo de descrição da classe. Sabemos que o livro foi escrito num período de descenso do movimento operário, derrotado nas jornadas revolucionárias de 1848, ano em que o *Manifesto* foi escrito. Uma nova onda contra o capitalismo só chegaria ao ápice novamente com a Comuna de Paris, em 1871. Durante esse período, Marx concentrou seus esforços na elaboração de sua crítica à economia política. Em contraposição à exposição do funcionamento de uma sociedade dominada pelo capital, as classes trabalhadoras voltam a ter seu lugar definido de forma negativa em relação ao todo social, isto é, de forma a descrevê-lo preso ao mecanismo do fetichismo da mercadoria e seus sucedâneos. Em poucos momentos a descrição de suas lutas históricas entra em jogo, como nos capítulos sobre a

² Ibidem, p. 47, grifos meus.

³ Ibidem, p. 51, grifos meus.

maquinaria e a grande indústria ou sobre a redução da jornada de trabalho. Grande parte do texto publicado deu conta dos mecanismos que possibilitavam ao capital dominar os homens, mas não ofereceu uma reflexão de fôlego sobre a história do movimento operário e seus desafios. As classes sociais aparecem na obra madura de Marx como portadoras da relação social que constitui o capital, e não seus agentes determinantes.

O próprio marxismo refletiu essas diversas posições diante do proletariado. A dificuldade maior era estabelecer, como Marx fizera em 1848, a ligação do lugar social da classe com a atuação política necessária à derrubada do capitalismo. Resumo desse problema é a reflexão a respeito da consciência de classe, já presente na obra juvenil de Marx, quando ele diferencia a classe-em-si e a classe-para-si. O autor de *O Capital* teve como suas primeiras preocupações acerca do proletariado a seguinte questão: se esta classe se define como lugar social oposto aos processos de alienação, ideologia e fetichismo engendrados pelo capitalismo, como garantir que ela se tornasse *de fato* revolucionária, já que não havia garantias de antemão para sua emancipação, a não ser pela própria luta contra a burguesia? Algumas respostas dadas foram decisivas para a história do marxismo e do movimento socialista.

Entre elas destacam-se os trabalhos de Karl Kautsky.⁴ Reconhecido como o primeiro teórico a usar o termo “marxismo” de forma positiva e intencional, Kautsky elaborou concepções fundamentais, mas não sem problemas, a respeito do papel da classe operária na construção do socialismo. Inspirado por sua peculiar síntese entre darwinismo e teoria marxista, Kautsky via nesta o descobrimento das leis da evolução humana rumo à igualdade social. Por sua vez, o proletariado seria incapaz de vislumbrar tais tendências – que se traduziam num *fim*, o socialismo – por si próprio. Caberia ao inte-

⁴ Para uma avaliação bem mais extensa do que esta breve apresentação da obra e da importância do testamento das obras de Marx e Engels, cf. Massimo L. Salvadori, “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”. In *História do Marxismo*, vol. 2, pp. 299-335; Georges Haupt, “Marx e o marxismo”. In *História do Marxismo*, vol. 1, pp. 347-75.

lectual ligado às massas, mas de origem burguesa, “a tarefa de pôr a serviço do proletariado a sua consciência (por assim dizer) antecipada”.⁵ A teoria de Marx ofereceria ao movimento operário uma base científica de orientação para a ação. Kautsky, portanto, separara radicalmente o que Marx relacionava – movimento socialista, com base nos trabalhadores, de um lado, e marxismo, cuja elaboração seria tarefa destes intelectuais, e só poderia ser trazida ao proletariado de maneira externa.

Por outro lado, encontra-se uma tentativa de renovar o marxismo no famoso livro de Georg Lukács, *História e Consciência de Classe*. O problema da classe trabalhadora para Lukács, crítico do cientificismo presente em alguns autores da Segunda Internacional, apresenta-se da mesma maneira que em Marx: como operar a passagem da mera existência do proletariado à consciência revolucionária? Ou ainda, como é possível que ele tenha consciência dos fins necessários à derrubada do capitalismo, já que inicialmente ele aparece como produto da ordem social capitalista, partilhando a reificação com a burguesia?⁶ Sua resposta reside num trecho justamente intitulado “O ponto de vista do proletariado”. Este ponto de vista deveria ir além da apreensão natural das relações sociais, e assim da mera lógica de existência do proletariado. Mas é por essa posição mesma que a classe operária teria a chance de escapar dos mecanismos do capital. A intenção de Lukács é precisamente aquela de unir, novamente, posição social e revolução, por meio da apresentação das categorias históricas, termos que em Kautsky se separavam. Ou seja, trata-se de fazer com que o movimento operário seja a consciência da história, como o *Manifesto* defendeu, ao ligar o problema da teoria revolucionária com a formação do proletariado, consciência da qual é incapaz a burguesia.

⁵ Salvadori, “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”, *op. cit.*, p. 310.

⁶ Georg Lukács, *História e Consciência de Classe*, São Paulo, Martins Fontes, 2003, p. 309.

2-O proletariado para Lukács: sujeito-objeto e consciência de classe

Enquanto livro de transição em sua trajetória intelectual, Lukács teve de acertar contas com a tradição com a qual dialogara, sobretudo a filosofia e a sociologia alemãs. Apesar de esse aspecto constituir um dos méritos da obra, ele foi simultaneamente um de seus defeitos. A partir da incorporação de autores como Hegel e Weber, Lukács pode resgatar um lado até então ignorado da obra de Marx pela maioria dos marxistas, a teoria do fetichismo. Mas tal resgate o levou a enfatizar em demasia os aspectos metodológicos do marxismo, enfraquecendo uma teorização maior dos processos históricos e efetivos da passagem do capitalismo ao socialismo.⁷ Esses, aliás, seriam problemas com os quais Horkheimer teve que se debater ao longo de seu confronto o autor de *A Teoria do Romance*.

Lukács justificou sua adesão ao método dialético da seguinte maneira: ao contrário do pensamento burguês, com sua compreensão limitada dos fenômenos sociais, a dialética conseguiria apreendê-los em sua centralidade e totalidade, e assim explicar corretamente o devir da sociedade capitalista. Por sua posição social, a burguesia não conseguiria explicar as crises e a guerra imperialista, pois essa explicação levaria a uma ultrapassagem das relações impostas pelo capital. O resultado seria o questionamento de sua própria existência. Caberia unicamente ao proletariado a dupla tarefa de conhecer realmente o capitalismo e de transformá-lo radicalmente. A burguesia, ao contrário,

tinha de fracassar teoricamente em relação à teoria das crises. E, nesse caso, não lhe serve de nada que sua solução teórica esteja cientificamente à sua altura. Porque aceitar, mesmo teoricamente, essa solução equivaleria *a não mais considerar* os fenômenos da sociedade *do ponto de vista da burguesia*. E disso nenhuma classe é capaz, ou melhor,

⁷ Para maiores detalhes das questões e problemas envolvidos na gênese da obra lukácsiana, confronte István Mészáros, *Para além do Capital*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002, cap. 7-9, pp. 373-468; Micahel Löwy, *Romantismo e Messianismo*, São Paulo, Edusp e Perspectiva, 1990; e Andrew Arato et Paul Breines, *El Joven Lukács y los Orígenes del Marxismo Occidental*, México D.F., Fondo de Cultura Económica, 1986. Tanto Mészáros quanto Arato e Breines são unânimes em afirmar que Lukács atribuiu ao proletariado as soluções para as aporias com que a filosofia clássica alemã deparou-se. Lukács mesmo chegou a dizer que o método dialético, originário de Hegel, encontrou seu substrato e base material com a descoberta da classe operária pelo materialismo. *In História e Consciência de Classe, op. cit.*, p. 94.

seria preciso que renunciasse voluntariamente à sua dominação. Portanto, a barreira que faz da consciência de classe da burguesia uma ‘falsa’ consciência é objetiva; é a situação da própria classe.⁸

O proletariado teria condições de levar essa tarefa adiante, já que só renunciaria a sua dominação no momento em que abolisse a sociedade de classes, e, por isso, fosse além de seu ponto de vista.

A possibilidade de tal conhecimento e de tal transformação só pode ser justificada pelo autor na medida em que o proletariado e sua tarefa política são relacionados à descrição do fenômeno da reificação. Característica central de toda sociedade capitalista, a reificação é fundada na universalidade da forma mercadoria. Apoiando-se na seção de *O Capital* a respeito do fetichismo da mercadoria, Lukács estendeu esta categoria à sociedade capitalista como um todo. A mercadoria tornou-se o modelo de todas as suas relações sociais: “na estrutura da relação mercantil [está] o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa”.⁹ As características sociais presentes nas mercadorias aparecem como algo fantasmagórico, roubado dos homens, com vida independente deles.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.¹⁰

A partir deste significado, Lukács definiu a reificação como a oposição de toda atividade humana enquanto algo objetivado e que domina os homens com suas leis próprias e estranhas, imprimindo-se até mesmo em sua consciência individual. Ou seja, a reificação apresenta-se como o fenômeno definidor e universal do capitalismo, do qual é impossível escapar de maneira imediata. Apenas por meio de uma visão da totalidade

⁸ Lukács, *História e Consciência de Classe*, op. cit., pp. 146-7, grifos originais.

⁹ Ibidem, p. 193.

¹⁰ Marx, *O Capital*, vol. I, t. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 71.

seria possível vislumbrar tanto a sua existência quanto uma alternativa à sua imposição, ao perceber que as relações sociais aparecem na realidade como relações entre coisas.

A superioridade do proletariado advém de sua capacidade de considerar a sociedade a partir do centro como um todo coerente, já que ele mesmo está no cerne do processo de reificação. A partir dessa posição ele *pode* agir de maneira a transformar o capitalismo. O lugar que a classe trabalhadora ocupa lhe permite visualizar a totalidade e corporificar o conhecimento da sociedade. Somente ela teria a possibilidade de escapar ao ser social da classe, imposto pela sociedade, e que limita suas aspirações, “pois a situação de classe do proletariado inscreve a contradição diretamente em sua consciência”.¹¹ O sistema capitalista é o único que desenvolve o conjunto das relações entre os homens enquanto relações sociais e econômicas, atribuindo-lhes, porém, o caráter de coisas. Apenas a classe dos proletários tem a possibilidade de conhecer essa contradição. Fica mais nítida aqui a influência da filosofia alemã sobre os conceitos lukacsianos.

A presença de Hegel no marxismo ocidental pode ser avaliada simplesmente pelo número de textos que trataram do assunto: *Sujeito-Objeto: o pensamento de Hegel*, de Ernst Bloch, *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*, de Herbert Marcuse, *Três Estudos sobre Hegel*, de Theodor Adorno, *O Jovem Hegel*, de Lukács. Uma lista poderia ser estendida numa enorme variedade. O que importa aqui é destacar o quanto esse marxismo, em que pesem as inúmeras diferenças entre os autores citados acima, precisou em algum momento se deparar com o legado da filosofia hegeliana, necessário para definir, ou redefinir, em termos precisos o que constituiu o marxismo para cada um deles.

¹¹ Lukács, *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, p. 177.

O uso de Hegel esteve no cerne de uma disputa não só teórica, enquanto entendimento do estatuto “metodológico” acerca do pensamento de Marx, mas também política, posto que o lugar ocupado pela dialética hegeliana em relação ao materialismo definiria o marxismo “mais correto” e suas tarefas decorrentes. É preciso ter em mente aqui as reivindicações de um marxismo heterodoxo, que então se constituía e se contrapunha aos marxismos da Segunda e Terceira Internacionais.

Por um lado, e sabendo do risco de uma generalização forçada, pode-se afirmar que o marxismo das internacionais aproximou-se muito de uma técnica social aplicada.¹² Nesse sentido, sua teoria estaria muito mais próxima de uma ciência da revolução. A relação com Hegel perdia força, já que os “ortodoxos” destacavam a própria crítica de Marx ao filósofo alemão. Toda a ligação com o idealismo, mesmo que de modo negativo, afastaria o marxismo de seu verdadeiro objetivo, a revolução socialista, quando não era simplesmente taxada de revisionismo. Como o marxismo era entendido enquanto um sistema de leis que explicaria o funcionamento da história, a dialética era estendida aos domínios da natureza. Por outro lado, o resgate da herança hegeliana implicava a pensadores como Lukács e Karl Korsch retornar a um aspecto essencial, e então esquecido, do marxismo. Tratava-se de ressaltar, no confronto entre Marx e Hegel, o lugar central da história no pensamento desenvolvido pelo primeiro. Desta forma, o marxismo poderia livrar-se da “ossificação” que vivia no momento.

O uso das categorias hegelianas não foi somente o salto qualitativo de Lukács em relação aos demais teóricos de sua época. Ao mesmo tempo, ele apresentou-se como

¹² Dizer que o estatuto teórico dessas duas Internacionais reduzir-se-ia a um mesmo denominador não exclui as diferenças gritantes, tanto a respeito do entendimento da teoria de Marx e sua validade nas condições históricas de então, quanto às respectivas linhas partidárias. Trata-se de ressaltar, no entanto, um aspecto comum às duas linhas. Da mesma forma, as críticas endereçadas ao seu marxismo não eram unívocas. Por exemplo, os comentários de Lukács abordavam sobretudo a social-democracia alemã. Para ele, a aproximação dos marxistas com o pensamento estritamente científico implicava na capitulação dos socialistas frente à sociedade burguesa e no fim de sua essência revolucionária. Cf. Karl Korsch, *Marxismo e Filosofia*, Porto, Afrontamento, 1977, especialmente o capítulo “A situação atual do problema ‘Marxismo e filosofia’ (Também uma anticrítica)”, pp. 11-59.

um dos seus problemas centrais.¹³ Tomando por base autores como Hegel e Fichte, o conceito de sujeito-objeto desenha-se como o eixo explicativo entre o proletariado e a reificação. Com o proletariado, o sujeito e o objeto da história não apareceriam mais de forma duplicada, como para a burguesia – duplicação que se reflete na permanente contradição entre ser e pensar, voluntarismo e contemplação. Como a reificação atinge até mesmo sua individualidade, não haveria a ilusão própria aos burgueses da possibilidade de se imaginar sujeito dos acontecimentos, tendo em vista que as coisas dominam os homens. Os próprios proletários se enxergam como coisas, como objetos. “Desse modo, para o trabalhador o caráter reificado da manifestação imediata da sociedade capitalista é levado ao extremo”.¹⁴ Contra a acusação de imobilismo, Lukács apontou para o impulso do proletariado sair desse estado precisamente pelo fato de se transformar em mercadoria. Na medida em que a forma mercadoria se espraia por todo o tecido social do capitalismo, ela impõe a onipresença do trabalho abstrato como medida de todas as coisas, como o princípio de igualdade entre todos os objetos, já que é o valor-trabalho que possibilita a troca entre os valores de uso. Ocorre que a força de trabalho é a principal mercadoria do capitalismo, e ela não poderia escapar à objetivação imposta. O próprio trabalhador é reduzido à condição de mercadoria.

¹³ Tal influência ficará mais clara e evidente em todas as suas contradições mais abaixo no texto, quando a crítica de Horkheimer à filosofia hegeliana – e seus frutos – for alvo da análise. Mas não custa relembrar em que consistiu a temática do sujeito-objeto para Hegel e o resto do idealismo alemão, sobretudo em referência a *História e Consciência de Classe*. Segundo Moishe Postone, na história da filosofia moderna delineada no livro de Lukács, a filosofia alemã chegou a um impasse que só seria resolvido, em parte, pela método hegeliano. Na medida em que toda forma de pensamento burguês é incapaz de escapar da dualidade entre forma e conteúdo, ou seja, incapaz de apreender o que se esconde por trás de suas categorias, o idealismo clássico, culminando na coisa-em-si kantiana, não pode entender efetivamente a sociedade capitalista. Dito de outra forma, o pensamento burguês foi incapaz de penetrar em seu substrato real. “Hegel é o único que, segundo Lukács, aponta para o caminho de sua resolução ao voltar a história para o processo dialético total concreto entre sujeito e objeto. A noção de práxis histórica dialética, do sujeito como produtor e produto do processo dialético (isto é, como o sujeito-objeto idêntico) logra abolir a antítese entre sujeito e objeto, pensamento e existência, liberdade e necessidade”. Mas para Lukács, Hegel foi incapaz de descobrir o verdadeiro sujeito-objeto da história. Ver “Lukács y la crítica dialéctica del capitalismo”, *Marx Reloaded: repensar la teoría crítica del capitalismo*, Madrid, Traficantes de Sueños, 2007, pp. 87-91.

¹⁴ Lukács, *História e Consciência de Classe*, op. cit., p. 336.

Com a força de trabalho como única mercadoria a oferecer, o processo de abstração próprio à reificação efetua-se no trabalhador. Enquanto objeto, este se reduz a uma simples quantidade de trabalho, o trabalho necessário a sua reprodução. Aqui aparece um dos problemas principais da leitura lukácsiana. As dificuldades de *História e Consciência de Classe* começam quando Lukács tenta estabelecer o salto para passar de uma posição a outra, identificando o sujeito do processo de produção com seu objeto. Certamente, o proletariado só pode se tornar consciente de seu ser social se tiver a consciência de que ele também é uma mercadoria, a autoconsciência do objeto, já que seu ser imediato o insere como puro e simples objeto no processo. O lado sujeito da equação aparece na medida em que ele próprio é o produtor das mercadorias, o sujeito da produção capitalista. Mas a percepção de que ele mesmo é condicionado pela coisificação não é dada de antemão.

“Na determinação marxista do trabalho capitalista, aludida acima, deparamos com a oposição entre o indivíduo isolado e a universalidade abstrata, em que foi mediada a relação do seu trabalho com a sociedade”.¹⁵ É esse processo de abstração, que se espalha por todo o corpo social no capitalismo, que permite aos trabalhadores surgirem enquanto classe. Quanto mais o trabalho social abstrato torna-se a forma social onipotente, mais o proletariado tem a chance de vislumbrar esse princípio, já que ele está em seu centro.

Dessa forma, a negatividade puramente abstrata na existência do trabalhador constitui objetivamente não apenas a forma mais típica de manifestação da reificação; é também, *subjetivamente* e por essa razão, o ponto em que essa estrutura pode ser elevada à consciência e, dessa maneira, rompida na prática. [...] é preciso apenas que as falsas formas de existência sejam abolidas em seu imediatismo, para que a própria existência surja como classe para o proletariado.¹⁶

¹⁵ Ibidem, p. 344.

¹⁶ Ibidem, pp. 347-8.

No que diz respeito ao desenvolvimento histórico do proletariado e a “certeza” da formação da consciência de classe, Lukács cita o trecho do *Manifesto* em que Marx e Engels descrevem a concentração e a mecanização como processos favoráveis àquela. A retomada do texto de 1848 não é por acaso. “E o fato de essa mercadoria poder se tornar consciente de si mesma como mercadoria *não é suficiente* para se resolver esse problema”.¹⁷ Não basta a tomada de consciência da forma mercadoria de forma isolada, pois isso continua a prender o trabalhador aos mecanismos da abstração, e por conseguinte aos da reificação. A relação com aqueles fatores que a tornam social também se abstrai dessa maneira.

Para Lukács, é o autoconhecimento do trabalhador a peça-chave, pois este realiza uma modificação objetiva e estrutural no objeto de seu conhecimento. Daí que o autor destaque o termo possibilidade quando se trata da questão de modificar a atitude do proletariado, de uma posição contemplativa para uma ativa e transformadora. Não há uma passagem imediata do saber-se mercadoria para a organização política da classe:

[...] a negatividade puramente abstrata [isto é, a transformação da força de trabalho em mercadoria] na existência do trabalhador constitui objetivamente não apenas a forma mais típica de manifestação da reificação, o modelo estrutural para a socialização capitalista; é também, *subjetivamente* e por essa razão, o ponto em que essa estrutura pode ser elevada à consciência e, dessa maneira, rompida na prática.¹⁸

Ao perceber que ele também é alvo da coisificação, sua relação com os objetos muda. Estes passam a ser percebidos como aspectos do desenvolvimento social. Como se fala o tempo todo num processo de conhecimento, o destaque é dado às *premissas* para a unificação entre sujeito e objeto, a passagem da mera contemplação à ação, “da classe ‘contra o capital’ à classe para si mesma”.¹⁹ Em nenhum momento a realidade histórica e os determinantes materiais, a partir dos quais os ensaios foram escritos, aparecem como eixo articulador dessa transformação.

¹⁷ Ibidem, p. 348.

¹⁸ Ibidem, p. 347, grifos originais.

¹⁹ Ibidem, p. 101.

Praticamente em toda a argumentação lukácsiana, os conceitos de consciência e conscientização aparecem de forma destacada. Para que o tema ganhe contornos mais precisos, é necessário discutir outro conceito importante em *História e Consciência de Classe*. Trata-se da *totalidade*. As soluções que Lukács apresentou ao problema da passagem, uma no âmbito da consciência de classe, outra relacionada ao problema da mediação, fazem referência a este conceito.

Para melhor caracterizá-lo, devemos buscar as fontes que dão bases ao livro, procurando enfatizar sua conexão com outros termos centrais na concepção lukácsiana de proletariado.

A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes, constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.²⁰

No início do ensaio “O que é marxismo ortodoxo?”, Lukács faz uma referência ao texto de Marx *A Miséria da Filosofia*: “as relações de produção de toda sociedade formam um conjunto, ponto de partida metódico e a chave do conhecimento *histórico* das relações sociais”.²¹ O destaque à palavra “histórico” não é em vão. Em oposição à ciência, que acredita na pureza dos “fatos” e termina por aceitá-los pura e simplesmente como leis e essência da sociedade capitalista, sem dar conta do real desenvolvimento histórico e social – posição correlata e derivada da burguesia –, é preciso descartar essa imediatez, que leva à compreensão dos fatos enquanto acontecimentos naturais ou fortuitos. Deve-se, pelo contrário, “encontrar as mediações pelas quais eles [os fenômenos] podem ser relacionados ao seu núcleo e à sua essência e nela compreendidos”.²² A história deve ser entendida como história dos homens, isto é, suas relações entre si “enquanto

²⁰ Ibidem, p. 105.

²¹ Ibidem, p. 78.

²² Ibidem, p. 75.

razão última de seu ser e da sua explicação”,²³ contrapondo-se à inversão originada da reificação.

Desta forma, outro conceito a aparecer ao lado de “totalidade” é o de “mediação”, que resulta na recusa do conhecimento enquanto puro pensamento, pura abstração. O sistema conceitual da mediação implica, diz Lukács, na totalidade da empiria. Só se pode apreender que os fatos fazem parte do todo quando as tendências do desenvolvimento da sociedade forem vistas como uma transformação qualitativa e ininterrupta de sua estrutura, a partir do caráter processual de cada um dos fenômenos. Em uma concepção abstrata de totalidade, as partes ocupam uma posição fixa num todo inalterável. Tem-se assim uma totalidade abstrata. A força do método dialético, segundo o autor, reside na possibilidade que ele abre à teoria tornar-se autoconhecimento da realidade. Sem dúvida, Lukács centra seus esforços na distinção do conhecimento possibilitado pelo ser social do proletariado diante do resto da sociedade, especialmente a burguesia. Ele procurou por meio da consciência garantir o marxismo como o método do conhecimento efetivo do capitalismo, e o único fiador de sua transformação revolucionária.

Deve-se ao seu método [o conhecimento resultante do ponto de vista do proletariado] a solução daqueles problemas em torno dos quais os maiores pensadores da época burguesa se debateram inutilmente, ou seja, o adequado conhecimento histórico do capitalismo.²⁴

Porém, ressalta o autor, essa solução é *possível*, dada a imediaticidade do mundo para todos os membros da sociedade burguesa. Ainda que a transformação do trabalhador em mero objeto do processo de produção seja realizada pela produção capitalista, tal como ela se configura – e que, portanto, aquele possa se reconhecer enquanto mercadoria –, a passagem da mera existência social à consciência das relações capitalistas não é uma passagem natural ou automática. Trata-se para o autor dos *pressupostos* para o *desenvolvimento* do proletariado em classe.

²³ Ibidem, p. 372.

²⁴ Ibidem, p. 332.

Esses pressupostos estão ligados ao conceito de consciência de classe, e por isso mesmo trazem algumas incertezas. Por um lado, há a recusa em identificar a consciência de classe com a consciência realmente existente, empírica, psicológica que os trabalhadores possam ter. Ao mesmo tempo, por outro lado, Lukács abandona o vínculo entre indivíduo e consciência de classe. O indivíduo liga-se à imediatez, e assim fica impossibilitado de atingir as mediações necessárias para a visão do todo. Ele estará sempre preso nas malhas da reificação. Somente a classe pode atingir o caminho da totalidade, tendo em vista que ela própria é uma totalidade em seu conjunto. Ao indivíduo resta no máximo vislumbrar leis abstratas e parciais a respeito do funcionamento do capitalismo. As categorias reificadas aparecem como inertes, cuja existência imediata se liga a propriedades essenciais e insuperáveis, num movimento paralelo à consciência que Kautsky atribuía aos trabalhadores: “sua existência e seu modo de ser aparecem como o que é primeiro, real, objetivo”.²⁵ E como método e pensamento burgueses estão relacionados ao indivíduo enquanto fundamento metodológico, a classe dos burgueses também fica impossibilitada do acesso à totalidade.

A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade. Somente as *classes* representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito na sociedade moderna.²⁶

Para o indivíduo – seja ele capitalista ou proletário – o mundo deve aparecer como uma sucessão de acontecimentos estranhos e absurdos, incapaz de poder transformar o mundo.

De maneira correlata, é impossível encontrar o concreto – atribuição fundamental da totalidade – no indivíduo empírico e histórico. “Estudo concreto significa portanto: relação com a sociedade como *totalidade*”,²⁷ afastando-se do que Lukács chama de

²⁵ Ibidem, p. 316.

²⁶ Ibidem, p. 107, grifo original.

²⁷ Ibidem, p. 140.

“consciência psicológica” da classe – para ele mera soma ou média do que seus componentes individuais pensam ou sentem. Se o acesso à totalidade depende do uso correto das mediações, então somente uma consciência atribuída, adjudicada, pode mediar classe e conhecimento do todo social, pois que o indivíduo concreto é incapaz de tal uso. Mais do que isso, a consciência de classe é uma racionalização das experiências dos trabalhadores no processo de produção. Não espanta, pois, que o autor tenha atribuído ao partido o papel de portador da consciência de classe.²⁸ A influência dos escritos de Weber aparece aqui com força, na medida em que existe uma identificação entre objetivação e racionalização na explicação da reificação.²⁹ É possível pensar algo semelhante para o partido. Se Lukács atribuiu a este a racionalização da vontade das massas, podemos dizer que o partido é a consciência de classe objetivada. A organização políti-

²⁸ De fato, este é um tema controverso. Para muitos autores, Lukács oscila entre uma concepção luxemburguista de partido, em que as ações espontâneas da classe teriam lugar privilegiado, e a concepção leninista, com o partido centralizando as ações. Para Marcos Nobre, essa oscilação é um dos principais dilemas para definir o sujeito revolucionário em *História e Consciência de Classe* – e teria suas origens no uso que seu autor faz de Marx, dividido entre o “jovem”, especialmente de *A Miséria da Filosofia*, e aquele de *O Capital*. Na trajetória de Marx, segundo Nobre, seria cada vez mais difícil encontrar esse sujeito diante da objetividade-sujeito que a mercadoria passa a se constituir na obra de Marx. “Por outras palavras, se o sistema *repôs* ‘uma subjetividade profunda que no capitalismo clássico era mais ou menos *pressuposta*’, esse movimento tem duas facetas: pode significar a catalisação de um potencial revolucionário que irá instaurar o verdadeiro sujeito da história, ou caminhar para uma determinação cada vez mais completa e acabada da subjetividade pelo sistema”. “Limites da reificação: notas sobre o sujeito revolucionário em *História e Consciência de Classe*”, *Crítica Marxista*, nº 10, São Paulo, Boitempo Editorial, 2000, p. 37. Essa dificuldade para encontrar o sujeito revolucionário, tamanho o predomínio da reificação, teria levado Lukács a ver o modelo de partido organizado por Lenin como a medida para o julgamento objetivo das ações a serem tomadas. As críticas ao “espontaneísmo” de Rosa Luxemburg teriam sido adicionadas posteriormente ao manuscrito original. Cf. também, do mesmo autor, *Lukács e os Limites da Reificação: Um estudo sobre História e Consciência de Classe*, São Paulo, Editora 34, 2001, sobretudo pp. 69-105. Ver também o livro de Michael Löwy, *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*, São Paulo, LECH Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, especialmente o capítulo 4, “História e Consciência de Classe (1923)”, pp. 187-215, onde o autor nega que Lukács tenha incorrido em subjetivismo idealista ao definir seu conceito de consciência de classe, já que ele o faz enquanto possibilidade objetiva. A crítica à “consciência de classe atribuída” seria um dos lugares comuns da crítica, que, de forma geral, apontaria para o idealismo de Lukács.

²⁹ Para a influência das categorias weberianas em *História e Consciência de Classe*, confronte Arato et Breines, *El Joven Lukács y los Orígenes del Marxismo Occidental*, *op. cit.*, e Jürgen Habermas, *Teoría de la Acción Comunicativa I – Racionalidad de la acción e y racionalización social*, Madrid, Taurus, 1999, pp. 452-64. Apesar da nítida releitura lukácsiana do conceito de racionalização, acredito que a sombra de Weber foi ressaltada em detrimento do outro conceito-chave para se entender a o texto de Lukács, a “abstração” de que fala Marx - também uma forma de racionalização, mas diferente do termo weberiano. Para uma visão diferente, que vincula ambos aspectos, consulte Moishe Postone, “Lukács y la crítica dialéctica del capitalismo”, *op. cit.*, pp. 76-8. Posteriormente, a categoria “abstração” seria fundamental para a obra de Horkheimer e Adorno, na qual a “troca” seria elemento fundamental para a compreensão das sociedades de capitalismo tardio.

ca poderia alcançar as mediações necessárias tanto ao conhecimento quanto à ação apenas por meio dessa objetivação.³⁰

Além de distinguir a consciência de classe de outras formas de consciência, a relação com a totalidade também marca outro ponto relevante na argumentação de *História e Consciência de Classe*, ressaltado com frequência por Lukács.

Ao se relacionar a consciência com a totalidade da sociedade, torna-se possível reconhecer os pensamentos e os sentimentos que os homens *teriam tido* numa determinada situação de sua vida, *se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente* essa situação e os interesses dela decorrentes, tanto em relação à ação imediata, quanto em relação à estrutura de toda a sociedade conforme esses interesses.³¹

A ascendência dos conceitos weberianos também aparece aqui, ainda que de maneira própria, mas destacada pelo próprio autor. Trata-se do conceito central de “possibilidade objetiva”, inspirado nas formulações do sociólogo alemão a respeito dos tipos ideais. O tipo ideal

reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmos não contraditório de relações *pensadas* [...] obtid[os] mediante a acentuação *mental* de determinados elementos da realidade. A sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se *comprove* ou *suspeite* de que determinadas relações – do tipo das representadas de modo abstrato na citada construção, a saber, as dos acontecimentos dependentes do ‘mercado’ – chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos *representar* e tornar compreensível pragmaticamente a *natureza particular* dessas relações.³²

A partir dos dados ressaltados, poder-se-ia imaginar por quê a história seguiu um caminho e não outro, isto é, seria possível imaginar objetivamente um curso diferente para o objeto da análise sociológica. De maneira semelhante ao tipo ideal, que retira da realidade elementos e características para formar um todo conceitual – construção teórica

³⁰ Como não é intenção desta dissertação explorar o tema do partido político, tomando-o como mero *índice e suporte* das práticas políticas dos trabalhadores, remeto o leitor à crítica mais aprofundada feita por Mészáros: “uma vez que os interesses históricos e o processo social correspondentemente estipulado são definidos em termos absolutos, apenas a contra-imagem imperativa atualmente existente pode categoricamente superar a dura evidência da ‘má-imediatez’ prevalecente [Mészáros faz referência aqui às derrotas dos levantes comunistas por toda Europa ocidental]. Portanto, ‘o dever-ser’ do partido deve ser sobreposto à realidade empírica da classe e sua consciência de classe ‘psicológica’”. *Para além do Capital*, *op. cit.*, p. 402.

³¹ Lukács, *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, p. 105, grifos originais.

³² Max Weber, “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”. In *Weber: sociologia*, organizado por Gabriel Cohn, São Paulo, Ática, 1991, p. 105, grifos originais.

“com utilização *ilustrativa* do empírico”³³ –, a consciência de classe não faz referência direta à realidade material, mas ao mínimo necessário aos proletários para que estes revertam a reificação, sem que os “fatos”, traduzidos na consciência empírica e psicológica considerados, pudessem interferir na formulação dessa consciência.³⁴

A despeito das implicações metafísicas e idealistas que as formulações de Lukács possam levar, bem como as atribuições outorgadas pelo partido revolucionário, o autor sabia das dificuldades materiais e ideológicas que a classe trabalhadora enfrentava então. Em algumas passagens, o rebaixamento ideológico em relação à burguesia é destacado. Cada vez mais as condições de vida dos homens “lhes parecem ser tão insuperáveis e superiores que estes as consideram como poderes naturais, como ambiente necessário para sua existência e, por conseguinte, subordinam-se a elas *voluntariamente*”.³⁵

Talvez esse seja o lado mais pertinente que a consciência de classe tenha, enquanto possibilidade objetiva, já que a “racionalização da vontade das massas” trata dos *pressupostos* de uma revolução. Ou seja, embora Lukács se aproximasse do idealismo, não deixou de ter razão ao apontar a necessidade de uma luta para que o proletariado pudesse efetivamente tomar a liderança da sociedade capitalista em meio às dificuldades que a classe enfrentava naquele período histórico. No fim do célebre e longo ensaio “A reificação e a consciência do proletariado” há um trecho pouco ressaltado, mas de suma importância para tal questão. Com a extensão total da reificação, surge para o proletariado “o perigo – pelo menos temporariamente – de submeter-se ideologicamente a essas

³³ Lukács, *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, p. 119.

³⁴ Daí porque Lukács, influenciado pelas concepções de partido político de Kautsky e Lenin, pense na sua existência como uma espécie de esclarecedor das massas, já que ele seria o único capaz, assim como o investigador das ciências sociais em Weber, reconstruir esse todo de maneira “compreensiva”. Para a definição da relação entre partido e classe operária de Lenin e Kautsky, cf. V. I. Lenine, “Que fazer?”, *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 1, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 106-7.

³⁵ Lukács, *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, p. 467, grifo original.

formas vazias e ocas de cultura burguesa”.³⁶ Não por acaso, esse é um dos aspectos centrais de praticamente todo o marxismo ocidental depois de *História e Consciência de Classe*.

Lukács oscila entre as possibilidades de formar a consciência de classe. Isso talvez constitua uma das grandes contradições do texto. Por um lado, ele não quer cair numa mitologia ao atribuir a consciência de classe a uma forma imediata de consciência, “uma enigmática consciência genérica [...], cuja relação com o efeito sobre a consciência do indivíduo é completamente incompreensível por meio de uma psicologia mecânico-naturalista, aparece então como demiurgo do movimento”.³⁷ Dessa forma, Lukács não quis cometer os erros que via na concepção social-democrata, a exemplo de Kautsky, das relações entre o marxismo e a classe operária.

O perigo ao qual o proletariado ficou incessantemente exposto desde seu aparecimento na história, ou seja, o de ficar aprisionado em seu imediatismo junto com a burguesia, adquiriu com a social-democracia uma forma de organização política que interrompe artificialmente as mediações já penosamente conquistadas, para *reduzir o proletariado à sua existência imediata, onde ele é um simples elemento da sociedade capitalista*, e não, *ao mesmo tempo*, o motor de sua autodissolução e destruição.³⁸

Para Lukács, a formação do proletariado em classe não deve se restringir somente à sua inserção no capitalismo, como a classe excluída dos meios de produção e obrigada a vender sua força de trabalho. Este constitui apenas o ponto de partida. “[...] *esse processo não é um único ato em que se rasga o véu que o esconde*, mas a alternância ininterrupta de rigidez, contradição e fluidez [...]”.³⁹ A essência dialética da consciência de classe consiste tão somente em sua tendência à prática, nas ações do proletariado.

Pois é claro que um discernimento do caráter processual dos fenômenos sociais, um desmascaramento da aparência do seu caráter de coisa rígida, por mais corretos que sejam, não podem anular *na prática* a ‘realidade’ dessa aparência na sociedade capitalista. [...] Assim, o pensamento proletário é, antes de tudo, apenas uma *teoria da práxis*, para

³⁶ Ibidem, p. 410.

³⁷ Ibidem, p. 349.

³⁸ Ibidem, p. 389. O destaque maior fica por minha conta.

³⁹ Ibidem, pp. 394-5, grifos meus.

então metamorfosear-se gradualmente (é verdade que muitas vezes aos saltos) numa *teoria prática* que revoluciona a realidade”.⁴⁰

Em Lukács, o desenvolvimento da consciência de classe é sinônimo da constituição do proletariado em classe. No entanto, ele não mostra como “se esclareceriam as íntimas ações recíprocas e dialéticas entre a situação histórico-social objetiva e a consciência de classe do proletariado”.⁴¹

Por outro lado, Lukács não conseguiu evitar em seu livro o aporte do partido bolchevique, na tentativa de explicar precisamente o surgimento da luta política para além da mera existência da classe. Apenas o desenvolvimento histórico e político do proletariado poderia garantir que a “intenção voltada para a totalidade” não permanecesse na apreensão imediata das relações sociais estruturantes: “a consciência de classe não deve deter-se num estágio relativamente superior do imediatismo que retorna, mas encontrar-se num movimento ininterrupto em direção a essa totalidade”.⁴² Mais à frente, o *núcleo prático* desta tomada de consciência é enfatizado, “movimento [que] parte necessariamente do próprio ponto da ação, compreendendo seus objetos imediatos de maneira mais vigorosa e decisiva, para introduzir, mediante sua transformação estrutural e total, a transformação da totalidade extensiva”.⁴³

Lukács apostava que a socialização extensiva da sociedade, por meio do domínio paulatino da abstração, permitiria à classe operária anular esse movimento: “é nessa objetivação, nessa racionalização e coisificação de todas as formas sociais que aparece claramente, pela primeira vez, a estrutura da sociedade constituída a partir das relações dos homens entre si”.⁴⁴ O ponto de partida seria o reconhecimento da reificação. O que ele não esperava é que a história mostrasse justamente o contrário: o domínio amplo da

⁴⁰ Ibidem, p. 405.

⁴¹ Ibidem, *loc. cit.*

⁴² Ibidem, p. 350.

⁴³ Ibidem, p. 352.

⁴⁴ Ibidem, p. 354.

lógica da mercadoria colocou-se como barreira central a todas as tentativas de emancipação.

3-A crítica de Horkheimer: transfiguração e indivíduo

O confronto com Hegel também se mostrou importante para Horkheimer. Em seus textos, a crítica aos ensaios de *História e Consciência de Classe* é feita por meio dos comentários sobre o filósofo alemão, especialmente em dois: o discurso de posse no Instituto de Pesquisas Sociais, intitulado “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais” (1931), e o artigo “Hegel e o problema da metafísica” (1932). As características descritas por Lukács e o papel por ele atribuído ao proletariado foram reexaminados por Horkheimer, tanto à luz das deficiências apresentadas e sua influência demasiadamente hegeliana, quanto à luz dos acontecimentos históricos na Alemanha, após 1923.

Ao descrever os fundamentos do conhecimento para Hegel, Horkheimer comenta a questão da identidade entre sujeito e objeto. Ao mesmo tempo em que Hegel fundamenta o conhecimento metafísico a partir da incondicionalidade do pensamento, isto é, um saber que produza por si mesmo seu sentido e justificação – descartando a atividade concreta dos homens –, ele afirma a necessidade que o conhecimento em sua teoria tem de ser objetivo, ou seja, que a “Idéia” deve se apresentar objetivamente na realidade. Somente um sujeito incondicionado, absoluto, que não esteja limitado por outro ser, pode fundamentar tal saber. Do contrário, este seria um conhecimento fragmentário.

O saber seguro [para Hegel] não deve limitar-se [...] ao conhecimento dos fenômenos psíquicos e físicos; seu fundamento e meta não provêm da atividade material dos homens, senão que é ele mesmo quem, a partir de si, há de produzir o sentido e a justificação da vida.⁴⁵

⁴⁵ Horkheimer, “Hegel y el problema de la metafísica”. In *História, Metafísica y Escepticismo*, Madrid, Alianza Editorial, 1982, p. 122. Evidentemente não faço uma crítica sistemática a essa e outras questões do pensamento hegeliano, para os quais existe uma gigantesca bibliografia. Trata-se simplesmente de

Assim como a intenção de Lukács ao descrever a relação do proletariado com a sociedade era baseada no conhecimento da totalidade, por meio da categoria do sujeito-objeto, Hegel também apontaria na direção de um “saber do todo no sentido de um autoconhecimento do sujeito, que tudo abarca e tudo é”.⁴⁶ A diferença principal é que, enquanto este interpretava a realização do autoconhecimento como o desenvolvimento da história humana, através das realizações mais altas da cultura e do Estado, Lukács atribuía o autoconhecimento a uma classe, e não a uma instância guiada pela “astúcia da razão” – basta lembrar que o próprio autor húngaro identificava no proletariado e no marxismo, a expressão teórica da revolução, o autoconhecimento da sociedade capitalista.

À primeira vista, o idealismo hegeliano é posto de cabeça para baixo em *História e Consciência de Classe*, pois o “desenvolvimento da Idéia” é substituído por um agente social, sem dar margens a interpretações idealistas dos processos sociais. Mas o problema todo reside nessa simples inversão. Se o conceito lukacsiano de proletariado tem por base a problemática hegeliana do sujeito-objeto idêntico, logo, ele padecerá de defeitos semelhantes aos do idealismo alemão. Ao descrever a classe operária como a mediação que faltava à filosofia clássica para chegar ao método correto de compreensão, Lukács ignorou a existência determinada e concreta dos homens comuns, assim como toda a história da filosofia alemã e seu vínculo – ou a falta dele – com a realidade do país, bem como a história de sua classe operária. A abolição da divisão entre ser e pensar, programa de Lukács para superar as antinomias do pensamento burguês, só poderia ser realizada no interior de sua teoria por meio de uma identidade entre pensamen-

apresentar a crítica de Horkheimer a Hegel e entender como ela foi importante para sua recepção da obra de Lukács.

⁴⁶ Ibidem, p. 123.

to e realidade no curso de sua progressiva determinação, assim como no progresso da consciência.

Contra a argumentação de Lukács, Horkheimer rejeita toda e qualquer doutrina da identidade. Seria um deslize indevido para um materialista ignorar a materialidade, a concretude da existência dos indivíduos. Ora, a doutrina da identidade hegeliana entre sujeito e objeto, e por extensão a identidade lukácsiana, é pensada enquanto uma unidade de contradições, antecipada desde o início pelo sujeito que tudo abarca, distinguindo realidade efetiva e mera existência casual e aparente. Sem ter de recusar a pretensão de abarcar o real, o pensamento da identidade descarta o que considera como uma “existência baixa” – e do mesmo modo Lukács rejeita a “consciência empírica e psicológica” dos proletários por ela ser imediata. “As categorias deduzidas do princípio de identidade constituem o critério sob o qual se opera a distinção entre realidade verdadeira e mera existência ‘casual’”.⁴⁷ Da mesma forma que a classe em Lukács tem a primazia em relação aos seus membros individuais, por se constituir em uma totalidade, em Hegel a “determinação (*Bestimmung*) do particular cumpre-se no destino do universal; a essência, o conteúdo substancial do indivíduo não se manifesta nas suas ações individuais, mas na vida do todo ao qual pertence”.⁴⁸ A classe recebe um estatuto semelhante ao Espírito hegeliano em *História e Consciência de Classe*, pois se aqui se mostra como o indivíduo é incapaz de perceber as reais determinações da sociedade capitalista, ao contrário da classe enquanto totalidade. Da mesma forma, o desenvolvimento do Espírito “se completa independentemente do fato de que os indivíduos, no seu modo de agir histórico, o conheçam e o desejem; este tem sua própria lei”.⁴⁹ Ou seja, seria preciso que os indivíduos reconhecessem no partido, de maneira semelhante ao Estado e à cultura, uma

⁴⁷ Ibidem, p. 124.

⁴⁸ Idem, “A presente situação da filosofia e as tarefas de um instituto de pesquisa”, Revista Praga, São Paulo, Hucitec, n.º 7, p. 122.

⁴⁹ Ibidem, p. 123.

instância superior e definidora de sua realidade, tal como “o espírito do povo, [que] muda de um aglomerado de particularidades para um poder metafísico”.⁵⁰

Horkheimer reconhece a importância da dialética e suas origens na filosofia alemã. Seria equivocado dizer que ele, pelo menos nessa fase, seria um anti-hegeliano.⁵¹ Marx é visto como herdeiro e destruidor do legado de Hegel, o que permitiu que as idéias e conteúdos mais frutíferos do método hegeliano ganhassem vida, assim como Lukács pensava. Mas ao contrário da influência decisiva que Hegel impôs sob este, é preciso, nas palavras de Horkheimer, operar uma abstração no “método dialético como tal, [...] [em] que o único resultado perdurável é o detalhe [...] que não aparece mais do que o saber de determinados homens efêmeros”.⁵²

Posteriormente, no livro *O Jovem Hegel* – escrito em 1938 e publicado dez anos depois –, Lukács faria uma releitura da filosofia hegeliana, sobretudo a partir de sua recepção dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx. O autor afirmaria que muitos dos problemas de *História e Consciência de Classe* – o vínculo estreito de seu conceito de classe com a filosofia clássica alemã, por exemplo – teriam origem na identificação entre os termos “alienação” e “objetivação”, e que suas diferenças só teriam sido realmente compreendidas por ele após a leitura do recém-divulgado texto marxiano.⁵³ No entanto, quero chamar a atenção para outra leitura ausente no célebre livro de Lukács, e que teria definido seus vínculos idealistas. Trata-se da inobservância das categorias de outro texto póstumo de Marx, *A Ideologia Alemã*. Como mostrarei a seguir, a ausência da remissão a passagens centrais deste texto – indisponível para Lukács na época da

⁵⁰ Idem, “História e psicologia”, in *Teoria Crítica I*, São Paulo, Perspectiva, 1990, p. 16.

⁵¹ Digo nessa fase de sua carreira intelectual porque é consenso na bibliografia sobre o autor a influência de Schopenhauer, “o maior adversário de Hegel”. Idem, “A presente situação da filosofia e as tarefas de um instituto de pesquisa”, *op. cit.*, p. 125.

⁵² Idem, “Hegel y el problema de la metafísica”, *op.cit.*, p. 128.

⁵³ Os *Manuscritos* foram lançados na União Soviética em 1932. Para uma síntese da revisão de Lukács, cf. o posfácio de 1967 a *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, pp. 1-50, e as cartas trocadas entre ele e os brasileiros Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, em *Lukács e a Atualidade do Marxismo*, organizado por Maria Orlanda Pinassi e Sérgio Lessa, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002, pp. 139-46.

redação dos ensaios presente em *História e Consciência de Classe* – resultou em alguns impasses de sua teoria, os quais ficariam mais claros com a crítica feita por Horkheimer.⁵⁴ Os termos empregados nesta são quase os mesmos do que o livro relegado à “crítica roedora dos ratos”, ainda mais quando se tem em conta que a revisão do pensamento hegeliano foi uma das pedras de toque de *A Ideologia Alemã*. Para efeito de comparação, veja-se o seguinte trecho:

O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados [em determinadas relações de produção], que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica [que se atém simplesmente aos fatos reais] coloque necessariamente em relevo – *empiricamente e sem qualquer especulação* ou mistificação – a conexão entre estrutura social e política e a produção.⁵⁵

A semelhança com o texto de Horkheimer fica mais clara na leitura de seu discurso de posse. Acreditar que a economia enquanto ser material é a única e verdadeira realidade, enquanto a psique dos homens e sua personalidade são meras imagens que espelham a economia, “seria um Marx abstrato e por isso mal interpretado”.⁵⁶ O resultado das dúvidas de Horkheimer quanto à validade das categorias de Lukács em torno da classe operária levariam o autor a verificar concretamente o estado da classe, por meio de pesquisas empíricas. O “trabalho de pesquisa concreto sobre o objeto” tem por objetivo justamente superar os problemas deste tipo de visão que joga todo o destino dos indivíduos em estruturas supra-pessoais.⁵⁷

⁵⁴ Apesar de o livro de Marx ter sido publicado somente na década de 1930, Horkheimer já tinha acesso ao texto pelo menos desde 1925, graças à parceria entre o Instituto de Pesquisas Sociais e o Instituto Marx-Engels-Lenin, que cuidava da publicação das obras de Marx. Friedrich Pollock, membro do Instituto de Frankfurt e bem próximo de Horkheimer, estava à época trabalhando na publicação das obras de Marx. Cf. John Abromeit, *The Dialectic of Burgeois Society: an intellectual biography of the young Max Horkheimer, 1895-1937*, Berkley, University of Califórnia, 2004, p. 207, nota 36. As categorias de *A Ideologia Alemã* fariam muito mais sentido na obra de Lukács quando ele se refere ao problema do atraso histórico da Alemanha, em *El Joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*, Barcelona, Grijalbo, 1976, pp. 27-8.

⁵⁵ Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Editora Hucitec, 1984, p.35. Os colchetes são da edição brasileira.

⁵⁶ Horkheimer, “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisa”, *op. cit.*, p. 130.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 127.

Desse modo, o saber, incluindo o método dialético aventado por Lukács, deve ceder terreno ao conhecimento do particular e abandonar suas pretensões de tornar-se absoluto. Um conceito como o de “consciência adjudicada” não seria condizente, posto que, se existe algo como uma consciência proletária, ela deveria ser buscada nos trabalhadores reais e nas suas reais relações de classe e produção, e não por meio de uma suposta racionalização e hipóstase numa consciência, ainda que Horkheimer reconhecesse o papel do intelectual crítico em relação à classe. Quando Lukács esquece à sua maneira da história, acaba por agir metafisicamente, retornando a uma posição já criticada por Marx. “A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real”.⁵⁸

À certa altura do ensaio sobre a reificação, Lukács tenta explicar o conceito de mediação:

Pois ‘o mediador’, segundo as palavras de Hegel, ‘teria de ser aquele em que os dois lados fossem apenas um, em que, portanto, a consciência reconhecesse um dos seus momentos no outro, seu fim e sua ação no destino, e seu destino em fim e em sua ação, *sua própria essência* nessa *necessidade*’.⁵⁹

Não surpreende o fato de que Lukács retome esse trecho da obra de Hegel, pois já vimos como a identidade entre sujeito e objeto é fundamental em suas considerações a respeito da tarefa histórica do proletariado.

A identidade tem que ser pensada como unidade conceitual das contradições, como algo que surge da superação das mesmas, isto é, tem de ser pensada como sistema filosófico universal unitário com toda a riqueza de seu conteúdo. Mas a doutrina da identidade absoluta de sujeito e objeto é algo do qual se parte de antemão e que em todo o momento constitui o ponto de mira. Somente por isso as diferenças e tensões podem ser reinterpretadas nesta filosofia como ‘contradições’, porque já de antemão são concebidas como pensamentos do sujeito que tudo abarca e que com tudo se identifica.⁶⁰

No entanto, Horkheimer chama a atenção para outro aspecto dessa relação no mínimo conturbada entre os dois porta-vozes da dialética. Em seu discurso de posse no Instituto, o autor mostra mais um problema da leitura hegeliana-lukácsiana da história. Em sua

⁵⁸ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, *op. cit.*, p. 37.

⁵⁹ Lukács, *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, p. 320.

⁶⁰ Horkheimer, “Hegel y el problema de la metafísica”, *op. cit.*, p. 124.

forma mais avançada, representada por Hegel, o idealismo alemão compreendeu que o todo coletivo no qual vivemos é essencial na compreensão do ser humano, já que o destino dos homens, enquanto não são meros indivíduos, é dado pelo fato de serem membros de uma comunidade. Ele só pode ser entendido na medida em que se leve em conta “estruturas ontológicas mais amplas que pertencem somente a um todo suprapessoal, [e] que possam ser descobertas apenas na totalidade social”.⁶¹ Mas aceitar somente isso seria incorrer nos mesmo erros de Lukács.

Daí que é necessário tomar o próximo passo, superando as aporias do pensamento hegeliano.⁶² A comparação com *A Ideologia Alemã* mais uma vez se mostra pertinente, pois nesse texto Marx estabeleceu de forma sistemática, como ele mesmo disse, um acerto de contas com a filosofia que o precedera e que o influenciara.⁶³ Uma das principais teses de Marx contra os neo-hegelianos diz que

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração, a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica.⁶⁴

O problema principal da filosofia hegeliana seria a transfiguração (*Verklärung*), operação realizada por Hegel, conforme entende Horkheimer, com a qual se explicava a vida do indivíduo por meio da vida dos povos e do Estado, e não em referência a sua

⁶¹ Idem, “A presente situação da filosofia e as tarefas de um instituto de pesquisa”, *op. cit.*, p. 122.

⁶² Os comentários de Horkheimer a respeito do conteúdo filosófico-social nas obras de Hegel não invalidam tudo o que foi mostrado anteriormente sobre a necessidade de se levar em conta os indivíduos reais. Horkheimer aponta na direção de uma teoria que reconheça a existência concreta dos indivíduos, o que não pode ser confundido com alguma espécie de “individualismo metodológico”, ou seja, tomar o indivíduo como o princípio constitutivo único da existência humana. Horkheimer inclusive comenta que o idealismo anterior a Hegel, sobretudo representado por Kant, tinha uma filosofia social por trás de si, mas do qual apenas o indivíduo racional era “a única fonte de princípios constitutivos de cada esfera cultural: a essência da cultura e suas articulações podem ser entendidas somente a partir da dinâmica da pessoa, a partir dos modos originais da atividade do ‘eu’ espontâneo”. Ibidem, *loc. cit.*

⁶³ Cf. o “Prefácio” a *Para a Crítica da Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, 1986, p. 26: “decidimos [Marx e Engels] elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar contas com a nossa antiga consciência filosófica. [...] Abandonamos o manuscrito [*A Ideologia Alemã*] à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo”.

⁶⁴ Marx e Engels, *A ideologia alemã*, *op. cit.*, pp. 26-7.

vida cotidiana e efetiva, que aparece como completamente irracional, tornando o que aparece como irracional inteligível e racional: “a verdadeira essência do homem não existe [para essa filosofia] na mera interioridade e no destino factual dos indivíduos finitos [...]. [É] na história universal [que reside] essa essência substancial”.⁶⁵ Assim, o sofrimento do indivíduo foi posto como irrelevante, já que o curso de sua história não é fruto de suas livres decisões. Hegel estava certo quanto à falta de liberdade dos sujeitos na sociedade, mas resolvia esse problema por meio da “realização do fim da razão ao espírito objetivo [...], desenvolvimento [que] se completa independentemente do fato de que os indivíduos, no seu modo de agir histórico, o conheçam e o desejam: este tem sua própria lei”.⁶⁶

Precisamos levar em conta porém que se a história e o Estado no seu devir exterior sempre emergem do “formigar do arbítrio”, se o historiador empírico tem que se ocupar de uma seqüência de sofrimento e morte, de estupidez e infâmia, se a existência finita perece sob tormentos indescritíveis e se a história pode ser comparada a um “matadouro, ao qual foram conduzidos ao sacrifício a felicidade dos povos, a sabedoria dos Estados e a virtude dos indivíduos”, a filosofia nos eleva acima desse ponto de vista do observador empírico. [...] Segundo Hegel, o indivíduo finito só pode adquirir consciência conceitual de sua liberdade no Estado, através da especulação idealista. Nessa função mediadora Hegel viu essencialmente o engenho (*Leistung*) da sua filosofia e, portanto, da filosofia em geral, identificando-a com aquela transfiguração do real “que parece injusto”.⁶⁷

Seu mérito foi levar em conta a história na explicação das realizações individuais, mas história enquanto desenvolvimento da razão. Todas as contradições do mundo real receberiam então uma marca reconciliadora, na medida em que o pensar e a realidade mostrar-se-iam como processos idênticos.⁶⁸ Quanto a Lukács, podemos observar a gritante semelhança com as palavras usadas nos textos hegelianos: imediaticidade do indivíduo, consciência de classe acima do ponto de vista do observador empírico, classe enquanto totalidade.

⁶⁵ Horkheimer, “A presente situação da filosofia e as tarefas de um instituto de pesquisa”, *op. cit.*, p. 124.

⁶⁶ Idem, “Hegel y el problema de la metafísica”, *op. cit.*, p. 123.

⁶⁷ Ibidem, p. 123-4.

⁶⁸ Ibidem, p. 124 e ss.

A mesma antinomia da transfiguração aparecia nas filosofias sociais contemporâneas, as quais tentaram uma resposta à contradição entre a existência da felicidade individual e a real situação dos homens. De maneira semelhante ao filósofo alemão, devolviam o indivíduo no seio de totalidades dotadas de sentido. “A presente situação da filosofia social pode ser explicada, em princípio, com sua dissolução [isto é, dissolução do pensamento hegeliano face aos problemas do capitalismo], e com a impossibilidade de reproduzi-la sem regredir em relação ao atual estado do conhecimento”.⁶⁹ Os questionários de uma enquete com os trabalhadores “devem estimular a pesquisa e mantê-la constantemente em contato com a vida real”, tendo em vista “evitar decididamente todo o tipo de transfiguração”.⁷⁰ Se entendermos aqui que os termos da crítica a Hegel caberiam perfeitamente aos ensaios e conceitos de Lukács, as idéias de proletariado como sujeito-objeto e como a classe quase que destinada a conhecer a totalidade são colocados em xeque.

De fato, Horkheimer aceita a tese lukácsiana de que o proletariado constitui o lugar privilegiado na sociedade capitalista para seu conhecimento e transformação: “as forças dirigidas à criação de um mundo mais humano estão encarnadas na teoria e na práxis de pequenos grupos do proletariado”,⁷¹ embora a expressão “pequenos grupos” possa significar que a totalidade da classe não tenha essa posição.

[...]é necessária a piora da situação social de um homem, de sua exclusão de todas as seguranças de tipo humano e social, para trazer à consciência uma relativa exterioridade às relações sociais e econômicas fundamentais. Só então, pela primeira vez, pode o homem perder a fé na naturalidade das próprias condições [...].⁷²

Ainda que alguém se mantenha no centro da sociedade, quer dizer, ainda que ocupe uma posição respeitada, não entra em contradição com a sociedade, não apreende o decisivo de seu ser. Quanto mais alguém se afasta do centro seguro, seja pela redução ou perda de seu patrimônio, de seus conhecidos, ou de suas relações – que seja culpado ou não,

⁶⁹ Ibidem, p. 122.

⁷⁰ Ibidem, pp. 131-2.

⁷¹ Idem, *Ocaso*, Barcelona, Anthropos, 1986, p. 161.

⁷² Ibidem, p. 29.

ao tem importância –, experimenta praticamente o fato de que esta sociedade se apóia na total negação de qualquer valor humano.⁷³

Horkheimer também reconhece a impossibilidade da burguesia em apreender os verdadeiros nexos da realidade social.

A criança na família burguesa não tem experiência do caráter condicionado e mutável desta. Ela aceita suas relações como naturais, necessárias, eternas, ‘fetichiza’ a forma da família em que cresce. Escapa-lhe, portanto, o essencial sobre sua própria existência. Algo semelhante vale para os homens que se encontram em relações estáveis dentro da sociedade.⁷⁴

O problema para Horkheimer não está na própria posição do proletariado diante da teoria, já que ela constitui a fonte do marxismo.⁷⁵ A questão reside no problema de tomar um dever-ser, como uma identidade absoluta, por algo que é ou possa ser real. Trata-se, portanto, não de erigir uma entidade ideal, a consciência de classe, enquanto ponto futuro das aspirações revolucionárias. A assertiva de que o método dialético deva tratar dos homens em sua materialidade histórica e concreta implica que nem a decisão individual nem a mera reflexão levariam o proletariado a sair de sua situação de miséria. A única objetividade possível quanto a isso seria a situação que ele ocupa, e somente isso. Embora Horkheimer reconheça a classe como instância determinante da vida dos indivíduos, isso não quer dizer para ele que o conhecimento das instâncias psicológicas, e portanto, individuais, não façam sentido, pelo contrário. Por meio deste exame é possível apontar em que medida se encontra a real consciência de classe, ou seja, mostrando como de fato os trabalhadores estavam longe de superar a reificação. Um trecho de “História e psicologia” (1932) merece uma atenção especial, por mostrar que, embora a luta de classes seja o motor da história, não se deve elevar a classe a uma espécie de entidade metafísica:

⁷³ Ibidem, p. 108.

⁷⁴ Ibidem, p. 29.

⁷⁵ Ainda que já nesta época ele reconhecesse que os trabalhadores estavam enredados demais nas teias da reificação, como será mostrado neste capítulo. No mesmo trecho em que o autor trata da criança burguesa, ele diz que “ainda que determinadas camadas dos trabalhadores – nem tão grandes quanto se crê – pudessem compreender, graças à teoria socialista, o caráter condicionado das relações com os empresários, eles aceitam, não obstante, estas relações dentro da própria classe como evidentes e naturais”, *op. cit.*

Quando o antagonismo entre as forças sociais humanas crescentes [ou seja, a classe trabalhadora] e a estrutura social, que neste contexto mostra ser o motor da história, substitui as análises concretas como esquema de construção universal, ou quando ele é alçado a um poder necessário à formação do futuro, então o conceito [marxista] de história ora esboçado pode converter-se numa metafísica dogmática definitiva.⁷⁶

3.1 – Ideologia e classe

Em “Um novo conceito de ideologia?” (1930) Horkheimer faz uma resenha crítica do livro de Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia* (1929). O texto permite entrever a concepção que Horkheimer fazia à época do conceito de ideologia. Nessa reavaliação, alguns conceitos aqui esboçados anteriormente podem ser vistos a partir de questões semelhantes, porém novas em relação aos outros seus ensaios. Seguimos aqui um caminho contrário. Em vez de partir do exame dos pressupostos hegelianos, buscaremos as apropriações e semelhanças que outros autores fizeram do texto lukácsiano. Os comentários a respeito de *Ideologia e Utopia* podem ser endereçados ao marxista húngaro. Um primeiro sinal disso é a influência decisiva que *História e Consciência de Classe* exerceu sobre Mannheim, sobretudo por meio do conceito de “consciência de classe”. Mas é preciso antes situar *Ideologia e Utopia*, para que se possa minimamente discutir a resenha de Horkheimer.⁷⁷

Em primeiro lugar, a reconstrução de Mannheim identifica dois conceitos de ideologia, um “particular” e outro “total”. Enquanto a “ideologia particular” tem suas raízes na idéia iluminista de ideologia, a “ideologia total” teria origem na noção de

⁷⁶ Idem, “História e psicologia”, *op. cit.*, p. 19.

⁷⁷ Toda a apresentação deste livro será feita com base no texto de Horkheimer, “Un nuevo concepto de ideologia?”, in *El Concepto de Ideologia (comentário crítico y selección de textos)*, organizado por Kurt Lenk, Buenos Aires, Amorrotu Editores, 1982, pp. 245-263, e no próprio livro de Mannheim, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972. Além disso, utilizo aqui também o livro de Michael Löwy, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, São Paulo, Cortez, 2003, pp. 78-92, que contém um sumário das idéias de Mannheim acerca da sociologia do conhecimento e do problema da ideologia. Sobre a relação entre Mannheim e Lukács, várias passagens são esclarecedoras da recepção dos ensaios de 1923 sobre o sociólogo alemão. “[Mannheim] parece aceitar o desafio de Lukács, em seus termos: qual a classe social cujo ponto de vista permite o máximo de conhecimento possível em uma época determinada? Evidentemente, sua resposta é diametralmente oposta à dos marxistas, mas os críticos antimarxistas de Mannheim, como Robert Merton, não se enganaram ao afirmar que a *intelligentsia* desempenha em seu sistema o mesmo papel epistemológico de *garantia estrutural da validade* que o proletariado em Marx”, p. 86, grifos originais. Por esse e outros motivos, Löwy critica Horkheimer por não ter compreendido a perspectiva de Mannheim de modo a suplantá-la de fato.

consciência de classe. O vínculo entre “ideologia particular” e a ideologia, no sentido próprio da palavra, é feito por Mannheim quando ele associa este à idéia de que toda consciência oposta ao marxismo e à classe operária seria falsa, pois teria como pressuposto o engodo.

No começo desta nova sociologia do conhecimento há um novo conceito de ideologia, cuja história Mannheim tenta expor. Provavelmente, na prática política gerou-se uma ‘atitude psíquica’ consistente em denunciar as idéias singulares do inimigo como deformações que serviriam a seus interesses. Esta suspeita, segundo Mannheim, tornou-se por fim axiomática. Não se refere à forma, senão aos conteúdos do pensamento contrário, que ela explica psicologicamente por seu egoísmo. Quando, com a designação “ideologia”, não se quer dizer outra coisa senão o objetivo de que “este ou aquele interesse induzem casualmente àquela mentira ou ocultamento”, Mannheim a denomina “particular”. Em relação a este conceito “particular” de ideologia, o conceito “total”, “que questiona a completa visão de mundo do inimigo (incluindo seu aparato categorial)”, representa[ria] um importante progresso.⁷⁸

No entanto, a idéia que Marx teria feito da ideologia não conseguiria extrair de maneira precisa todas as suas conseqüências. Se por um lado a “ideologia particular” seria utilizada pelos marxistas para desqualificar qualquer posição política e filosófica que não a sua, como uma denúncia de deformações que serviriam a determinados interesses, por outro não se observaria que todas as idéias de um grupo, incluindo as do marxismo, dependeriam de circunstanciais sociais, o que acabaria por restringir o termo. Somente um conceito de “ideologia total”, enraizado não na falsa consciência, mas na noção de consciência de classe, possibilitaria ao sociólogo aproveitar todos os seus frutos, isto é, reconhecer que todas as idéias são radicadas na totalidade do ser social, e que à situação de determinado grupo corresponderiam diferentes idéias. Desta maneira, uma das principais dificuldades do marxismo, segundo Mannheim, seria a falta da aplicação de suas categorias a si próprio.

Enquanto não se tiver posto em questão a própria posição, encarando-a como absoluta, ao passo que se interpretam as idéias dos opositores como meras funções da posição social que ocupam, ainda não se terá dado o decisivo passo adiante [...] O pensamento de todas as partes em todas as épocas é de caráter ideológico.⁷⁹

⁷⁸ Horkheimer, “Un nuevo concepto de ideología?”, *op. cit.*, p. 246.

⁷⁹ Mannheim, *Ideologia e Utopia*, *op. cit.*, p. 103.

Não seria possível ao proletariado escapar da acusação de que ele mesmo é ideológico e, por conseqüência, o marxismo não teria validade irrestrita.

Além disso, para Mannheim o conceito de “ideologia total” também seria útil porque poderia apontar formas de consciência correspondentes ou não com a situação social e histórica em que se encontram. Ou seja, com as transformações sociais, existiriam formas de pensamento que entrariam em concordância com sua época, enquanto outras teriam envelhecido, e ainda outras que se adiantariam a ela, chamadas de “utopias”.

*A falsa consciência pode então distinguir-se da verdadeira essencialmente pelo fato de que suas normas e formas de pensar “sobrevivem” e não esclarecem “as ações cumpridas, no interior ou exterior, senão que as encobrem”. [...] o conteúdo de verdade de cada consciência tem de se comparar sempre de novo com uma realidade que jamais permanece idêntica. [...] Todos exigiriam por certo interpretar de maneira adequada a totalidade do mundo e da vida, quer dizer, pretenderiam valer como verdades acabadas, mas na realidade eles são, sem exceção, visões parciais ‘ligadas ao ser’.*⁸⁰

A partir destas distinções entre diferentes formas de consciência social, o sociólogo poderia vislumbrar o caminho para a visão da totalidade social, formada justamente pelo conjunto das formas sociais de pensamento.

*[...] a tarefa da história sociológica do pensamento analisa, sem considerar tendências partidárias, todos os fatores da situação social efetivamente existente que possam influenciar o pensamento [...], dotar os homens modernos de uma visão retrospectiva de todo o processo histórico.*⁸¹

Mannheim não acreditava que apenas o proletariado e seus intelectuais poderiam superar os limites epistemológicos da burguesia, tal como Marx e Lukács. Sua aposta era nos “intelectuais flutuantes”. Tratava-se para Mannheim de alargar o campo de visão da sociedade, tarefa que nenhuma visão dos grupos sociais, quaisquer que eles fossem, poderia cumprir, dadas suas limitações. Só por meio da investigação dessas concepções parciais é que se poderia ter uma visão do todo, que se manifestaria em suas partes, como uma essência que se cumpriria por trás das formações culturais.

⁸⁰ Horkheimer, “Um nuevo concepto de ideologia”, *op. cit.*, p. 248, grifos do original.

⁸¹ Mannheim, *Ideologia e Utopia*, *op. cit.*, p. 104.

Nesse sentido, Horkheimer diz que a sociologia do conhecimento alcançaria “a experiência de algo humano essencial, não condicionado pela história”.⁸² Daí que ela tenha de excluir qualquer consideração do campo empírico, “verificável”, transformando-a numa espécie de retorno à filosofia clássica idealista. “Esta, como resultado da história real e escrita, havia posto ao sujeito que se conhece a si mesmo, que para ela era a única essência verdadeira e que se basta a si mesma, e enquanto tal significava a ‘totalidade’”.⁸³ De acordo com o autor de *Ideologia e Utopia*, seria impossível estabelecer conexões empíricas com as formas de consciência porque sua própria posição prescreveria proposições acerca da “verdade” do todo ou sobre a realidade, ou seja, o sociólogo do conhecimento deveria trabalhar com algo da ordem do extra-histórico. Na descrição de Horkheimer, “segundo Mannheim, seria incorreto pretender investigar a totalidade mental ou alguma de suas partes recorrendo à situação social de seus portadores como condição”.⁸⁴

Aqui fica claro o quanto Mannheim distanciava-se do conceito de ideologia empregado por Marx em *A Ideologia Alemã*. Ao contrário de um conjunto de idéias ligadas a determinado lugar social e que seria decisiva para a luta política, a ideologia em Marx é pensada enquanto falsa consciência socialmente necessária:

Se a expressão consciente das relações reais destes indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultaram. [...] em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura [...].

Quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história [a história dos homens], ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história.⁸⁵

⁸² Horkheimer, “Um nuevo concepto de ideologia”, *op. cit.*, p. 251.

⁸³ *Ibidem*, *loc. cit.*

⁸⁴ *Ibidem*, p. 257.

⁸⁵ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, *op. cit.*, pp. 36 e 24, respectivamente. Alguns autores afirmam existir diferenças entre as diferentes formulações de Marx a respeito da ideologia, sobretudo porque com a noção de fetichismo, Marx matizaria a formulação de que a ideologia seria baseada numa ilusão, e que caberia à crítica desmitificar tal engano. Em sua obra mais tardia, especialmente n’ *O Capital*, Marx reconheceria que a aparência é constitutiva da sociedade capitalista – e não um simples véu que encobriria a

Horkheimer ressalta o equívoco de Mannheim em sua compreensão da ideologia nos termos marxianos. O conceito aparece muito mais em termos de idéias de uma classe, aproximando-se da definição de Lenin.⁸⁶ Mannheim não vê que: 1) Marx nunca afirmou que suas próprias idéias não tivessem vínculo social – para isso, basta citar o que ele disse a respeito da relação entre ser social, qualquer que ele seja, e consciência: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”;⁸⁷ 2) é impossível pensar na idéia de uma consciência de classe sem ligá-la ao problema da ideologia enquanto falsa consciência.

A “ideologia total” de Mannheim não recorre aos homens concretos, dotados de interesses, mas, conforme Horkheimer, a “um ‘sujeito de imputação’ (*Zurechnungssubjekt*), quer dizer, uma atitude cognoscitiva ideal que corresponde à posição de um grupo dentro da respectiva sociedade. [...] A cada grupo corresponderia uma totalidade de pen-

verdade. Acredito, porém, que quando o autor faz referência à idéia de uma ilusão socialmente necessária, ele já leva em conta o fato de que a falsa consciência é real, efetiva. “Dada a sua preparação teórica, Marx tem sempre presente que a manifestação imediata do ser social não revela a sua estrutura e dinamismo – caso contrário, coincidindo a aparência com a essência, o conhecimento imediato identificando-se com o conhecimento teórico, por-se-ia a inutilidade da reflexão. Antes de 1857-1858 [isto é, antes de sua crítica sistemática à economia política], a dialética aparência/essência do ser social lhe resulta *explicada* pela *inversão* que, mercê da alienação, mistifica as expressões da vida social: a descrição daquela inversão, mais o elenco das suas implicações na relação inter-humana, aparecem, assim, como a operação crítica possível, com a qual a tematização marxiana da alienação busca apreender o *porquê* da inversão generalizada”. José Paulo Netto, *Capitalismo e Reificação*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, pp. 76-7.

⁸⁶ “Uma vez que nem sequer se pode falar de uma ideologia independente elaborada pelas próprias massas operárias no decurso do seu movimento, o problema põe-se *unicamente assim*: ideologia burguesa ou ideologia socialista. [...] em geral, na sociedade dilacerada pelas contradições de classe, não pode existir uma ideologia à margem das classes ou acima das classes”. “Que fazer?”. V. I. Lenine, *Obras Escolhidas em Três Tomos, op. cit.*, pp. 107-8. A partir de formulações como essa, Lenin – que não conhecia *A Ideologia Alemã* – pôde ligar o conceito de ideologia à idéia de um conjunto de concepções que permitem a uma classe lutar na arena política. Desta forma, tanto em Lenin quanto em Mannheim, o conceito marxiano perde sua conotação exclusivamente negativa. É verdade que a expressão “falsa consciência” nunca apareceu num texto de Marx, senão numa carta de Engels a Franz Mehring: “A ideologia é um processo que é realizado com consciência pelo assim chamado pensador, mas com uma consciência falsa. As autênticas forças propulsoras que o movem permanecem-lhe desconhecidas”. Florestan Fernandes (org.), *Marx e Engels: História*, São Paulo, Ática, 1983, p. 465. O que importa com toda esta questão é dizer que a ideologia em Marx não aparece simplesmente como uma noção de ilusão – inclusive n’*A Ideologia Alemã*, posto que ela só pode ser superada com a concomitante superação das relações materiais das quais se origina.

⁸⁷ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã, op. cit.*, p. 37.

samento”.⁸⁸ Aqui, o termo imputação, ou adjudicação, é o mesmo utilizado por Lukács. Em certa passagem de *Ideologia e Utopia*, Mannheim chega a formular o problema da consciência individual quase nos mesmos termos presentes em *História e ciência de Classe*:

Os membros individuais da classe operária, por exemplo, não experimentam todos os elementos de um horizonte que se poderia chamar de *Weltanschauung* proletária. Cada indivíduo participa apenas em determinados fragmentos deste sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias.⁸⁹

A grande crítica de Horkheimer a Mannheim, e por extensão a Lukács, consiste em mostrar como a consciência de classe, sobretudo a consciência adjudicada, se constrói tendo por referência uma verdade absoluta. Seus esforços remetem a algo da metafísica do idealismo alemão, desvirtuando a tarefa que o próprio Marx tinha se posto.

Sua astúcia devia consistir essencialmente na explicação unitária dos movimentos sociais a partir das relações entre classes, condicionadas pelo desenvolvimento econômico. O objetivo de sua ciência não era o conhecimento de uma ‘totalidade’ ou de uma verdade acabada e absoluta, mas sim a transformação de certos estados sociais. [...]

Dentro do contexto da sociologia do conhecimento, o conceito moderno de ideologia passa a desempenhar uma missão contrária à teoria da qual surgiu. Marx propôs-se transformar a filosofia em ciência positiva e em práxis, enquanto a sociologia do conhecimento persegue um propósito último *filosófico*.⁹⁰

Horkheimer não rejeita a posição de *Ideologia e Utopia*, “a revolucionária tese segundo a qual de nenhuma posição temos a segurança de que nossa crença possa resistir à prova da eternidade”.⁹¹ Porém, ela torna-se infrutífera nas mãos de Mannheim, pois ele a transforma em uma ontologia dentro de seu arcabouço teórico, chegando a conclusões próximas da filosofia clássica alemã. Trazendo de volta as palavras de Marx n’ *A Ideologia Alemã*, Horkheimer critica a falta de vínculo com a realidade material que os conceitos de Mannheim apresentam:

⁸⁸ Horkheimer, “Um nuevo concepto de ideologia?”, *op. cit.*, pp. 246-7.

⁸⁹ Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, *op. cit.*, p. 84.

⁹⁰ Horkheimer, “Um nuevo concepto de ideologia?”, *op. cit.*, pp.245 e 249.

⁹¹ *Ibidem*, p. 252.

Marx se propôs, justificadamente, recusar a convicção segundo a qual por meio de todas as épocas e sociedades impera um ser que lhes conferiria sentido. E precisamente este aspecto da filosofia hegeliana lhe aparece como ilusão idealista. Os próprios homens são os sujeitos ativos e protagonistas da história, certamente não a “essência” do homem, mas os homens reais, de um momento histórico determinado, que dependem uns dos outros, assim como da natureza exterior e interior.⁹²

Por sua vez, Marx diz que “é preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre estrutura social e política e a produção”.⁹³ No entanto, devemos distinguir o termo “empírico”. Em Horkheimer ele tem um sentido bem específico, ligeiramente distinto da concepção marxiana. Enquanto Marx lutava contra as concepções neo-hegelianas – seus representantes imaginavam que o combate aos “erros” do mundo se daria no plano das idéias, que os limites da sociedade seriam os limites da consciência – Horkheimer tinha a sua frente uma concepção materialista de classe, mas que recaía no idealismo já criticado por Marx. Pode-se dizer, pois, que foi preciso atualizar a crítica marxista, tomando à letra a expressão marxiana em relação aos neo-hegelianos: “As frases ocas sobre a consciência cessam, e um saber real toma seu lugar. [...] abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum”.⁹⁴

É possível apreender desses comentários uma crítica subentendida aos pressupostos de Lukács acerca do conceito de classe, pois ele não consegue deixar de referir a consciência a um reino das idéias, por mais que a ancore em uma instância política como o partido. As lutas entre as classes e os demais processos sociais não apresentam uma unidade psíquica ou mental. Certamente é tarefa do intelectual apreender as diferentes forças que impulsionam um determinado período histórico. Mas não se deve incorrer no erro de hipostasiar essas forças, sob o risco de cair nos erros que tanto Mannheim quanto Lukács caíram.

⁹² Ibidem, p. 253.

⁹³ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, op. cit., p. 35.

⁹⁴ Ibidem, p. 38.

É próprio do materialismo de Marx apresentar o insatisfatório estado de coisas da realidade terrena como o ser verdadeiro [ou seja, como aquele falseia a consciência das classes], e recusar-se a que se hipostasie como o ser no sentido supremo de um pensamento qualquer dos homens. Ele é o inimigo jurado de qualquer ensaio de compreender a realidade a partir de um reino das idéias ou, em geral, de uma ordem puramente espiritual.⁹⁵

Diante do que foi exposto até aqui, é possível questionar se Horkheimer não estaria jogando por terra a discussão a respeito da necessidade da constituição de uma consciência crítica dos trabalhadores, na medida em que rejeita o modo como Lukács constrói seu conceito de classe operária, principalmente com a noção de consciência atribuída. Ou seja, é necessário negar um *telos* ao qual a classe deveria se dirigir sem deixar de lado o problema esboçado por Marx n' *A Sagrada Família*, e no qual se baseou Lukács para montar a estrutura de seu texto.

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com seu *ser*. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual.⁹⁶

Em primeiro lugar, quando Horkheimer faz referência à necessidade de se levar em conta a situação psicológica concreta dos trabalhadores ele não se reporta a um subjetivismo, que de todo modo já estava criticado na citação acima.⁹⁷ Ele não deixa de reconhecer a necessidade de condições materiais objetivas para que a classe operária possa agir de modo emancipatório. Além disso, a referência de Marx ao ser da classe não expressa um lugar *ideal* que a classe deveria atingir, senão que a sua luta deve se pautar pela negatividade em relação ao capital e suas instâncias.

⁹⁵ Horkheimer, “Un nuevo concepto de ideología?”, *op. cit.*, p. 254.

⁹⁶ Marx e Engels, *A Sagrada Família*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 49.

⁹⁷ Conforme disse Mézsáros, “a distinção entre os dois lados desse antagonismo [entre burguesia e proletariado] em termos de consciência de classe, que não depende simplesmente de um *insight subjetivo*, mas de fatores *objetivos*: por um lado, o caráter ‘*inconsciente*’ do capital, determinado por uma forma específica de desenvolvimento social que o força, ‘*contra o seu desejo*’, a produzir o seu oposto; por outro lado, a necessidade de sua manifestação sob a forma de *necessidade prática*, que dá origem à autoconsciência. (A relação entre o ‘interesse de classe’ e a ‘falsa consciência’ tem de ser entendida como uma interação complexa desses dois fatores)”. “Consciência de classe necessária e consciência contingente”. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de afirmação e negação*, São Paulo, Ensaio, 1993, p. 85.

Para resolver este aparente enigma, é necessário ligar o problema da ideologia com as classes dominantes, já que as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante. A ideologia deve ser referida à estrutura de classes. A partir dessa idéia, abre-se a possibilidade de pensar conjuntamente o problema da classe e o da ideologia em Horkheimer. Se este aceita o conceito de ideologia como ilusão socialmente necessária, e levando em conta o conceito lukacsiano de reificação, o problema da consciência de classe passa a estar ligado ao reconhecimento das estruturas fundamentais da sociedade capitalista. Dizer que não se deve pensar o que um proletário ou seu conjunto imagina não significa descartar a consciência “empírica” como um fator importante na avaliação da sociedade capitalista.

A falta de atenção às reais condições da consciência de classe, a “consciência psicológica”, significou o enfraquecimento do método marxista, desconsiderando o estado atual das “massas”. Não levar em conta como os sujeitos da classe de fato pensavam implica em não reconhecer como a ideologia e a reificação operam no interior da classe, já que ambas estão intrinsecamente ligadas ao estado concreto da classe trabalhadora.

As representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, estas representações são a expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações ou atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização política e social. A suposição oposta é apenas possível quando se pressupõe fora do espírito de indivíduos reais, materialmente condicionados, um outro espírito à parte.⁹⁸

Os textos de Horkheimer ajudam a refletir como Lukács acabou por se enredar num beco sem saída. Com as condições nas quais se encontrava a classe operária europeia depois das derrotas nas décadas de 1920, apenas as abstrações de cunho hegeliano possibilitariam encontrar um refúgio aos impasses históricos, reconhecidos por Horkheimer. Para ele, o marxismo deveria ir além de uma noção abstrata de “correspondência”

⁹⁸ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, *op. cit.*, p. 36

entre situação social e consciência de classe, de modo a ressaltar que a ideologia está baseada na contradição entre as relações sociais e as forças produtivas dominantes. Não é que o proletariado estivesse pronto para a revolução com a crise capitalista, pelo contrário. A crise também o atingia, pois as contradições do capitalismo expressavam-se de maneira mais aguda em seu âmago.

Outra questão que chama a atenção faz referência à passagem em que Lukács aborda o autoconhecimento do proletariado. As dificuldades surgem quando se tenta conciliar este autoconhecimento com a necessidade de se sobrepor à consciência empírica. O problema para Lukács não se assenta na consciência psicológica. Por si mesma ela não poderia mudar em nada seu panorama, dada a barreira que a reificação impõe aos trabalhadores naturalmente. Mas, ao mesmo tempo, sua própria condição de mercadoria é o ponto a partir do qual haveria a possibilidade de superar a situação inicial. Também é preciso levar em conta o parentesco entre as idéias de Weber, Lukács e Mannheim, sobretudo no que se refere à passagem já citada sobre o tipo ideal como uma acentuação mental de determinados elementos da realidade. Nos três autores, talvez com menor força em Weber, o termo mental destaca-se, aludindo àqueles elementos criticados pelo marxismo no idealismo alemão. Se nos sociólogos não-marxistas tratava-se de um apoio metodológico decisivo para suas teorias, o mesmo não se pode dizer do marxista húngaro – não de modo positivo. Lukács contradiz-se quando fala de uma consciência imputada porque não avalia como a ideologia é criada a partir da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Talvez essa separação permitisse a Lukács não pôr tanta ênfase na questão do autoconhecimento, e verificar de fato o estado em que a classe se encontrava perante a ideologia.

4 - Breve percurso histórico: trabalhadores na Alemanha

É conveniente fazer um breve confronto com a história da Alemanha de meados da década de 1920 até o ano de 1933. Trataremos ao mesmo tempo das inquietações do projeto inicial do autor de *Eclipse da Razão*, que têm por base um diagnóstico preciso da situação da classe trabalhadora, especialmente na Alemanha entre o fracasso da revolução socialista (1918-1923) e o advento do nazismo (1933). Sem essa interpretação é praticamente impossível entender a especificidade de Horkheimer no interior da teoria social. O texto que será usado para iniciar esta trajetória é um conjunto de aforismos escritos por Horkheimer entre os anos de 1926 e 1931, publicados posteriormente em 1934, sob o pseudônimo de Heinrich Regius, chamado *Dämmerung*.⁹⁹ Ao mesmo tempo em que apresentamos esse diagnóstico – mesmo porque, ele é importante para que vejamos como Horkheimer atribui, da mesma maneira que Lukács, um lugar central ao proletariado diante da reificação –, observamos alguns momentos decisivos para os operários alemães, tanto em termos políticos quanto econômicos.

A época na qual os pequenos ensaios foram escritos caracteriza-se pelo contraste. O curto período de cinco anos fora marcado ao mesmo tempo pela breve recuperação da economia alemã, abalada pela hiperinflação de 1923, e pela devastação causada pela crise de 1929. Já no campo político, observava-se a ascensão lenta e perigosa do nazifascismo durante os governos de coalizão entre a social-democracia e os partidos liberais. Era sobretudo uma época de indefinição. Não por acaso, a organização política dos trabalhadores também se encontrava numa espécie de encruzilhada. Por um lado os mo-

⁹⁹ Uma tradução para o português poderia ser “ocaso”, tal como é utilizada na edição em espanhol. Entretanto, preferimos a palavra “crepúsculo”. Ao mesmo tempo, *Dämmerung* também significa “aurora”, o que denota os motivos expressionistas que tomados pelo autor para escrever os aforismos, bem como a vontade política que nutria, pois o momento histórico lhe parecia ao mesmo tempo o crepúsculo do capitalismo e a *possibilidade* da aurora do socialismo. “[...] o crepúsculo do capitalismo não anuncia necessariamente a noite da humanidade, que hoje parece ameaçá-la”. Horkheimer, *Ocaso*, *op. cit.*, p. 19. Doravante, *Dämmerung* será mantido como referência ao livro. Sobre o período em que o livro foi escrito – em parte anterior ao tempo sobre o qual se dubruça esta dissertação – ele será uma exceção, na medida em que é importante para entender a obra de Horkheimer entre 1930 e 1933.

vimentos que portavam a bandeira da revolução socialista – os comunistas e suas alas mais radicais – estavam sem perspectivas maiores de vitória, principalmente depois das derrotas em 1923.¹⁰⁰ Por outro, a social-democracia, representante de uma camada do movimento operário que conseguira ganhar alguns benefícios – e tornada famosa pela expressão “aristocracia operária” –, não obtinha maiorias significativas no parlamento para implementar seu programa de reformas.¹⁰¹

Diante desse contexto, a análise de Horkheimer não hesita em mostrar que o movimento operário alemão, e por extensão o marxismo, sofria uma grave crise. Particularmente, um aforismo destaca-se dentre os demais, chamado com toda propriedade “A impotência da classe operária alemã”. Partindo da teoria de Marx a respeito do exército industrial de reserva e da acumulação do capital, Horkheimer estabelece uma relação entre o movimento geral da economia capitalista e sua influência no interior da classe trabalhadora, tendo em vista o contexto local. Nas entrelinhas está o capítulo XXIII do 1º tomo de *O Capital*, “A lei geral da acumulação capitalista”.

Com a substituição dos trabalhadores por máquinas nas fábricas, o número de operários empregados tornava-se cada vez menor, o que acabava por alterar estruturalmente as relações entre as camadas desta classe, pois “isto [passava a ferir] cada vez mais a solidariedade dos interesses do proletariado”.¹⁰² O pequeno ensaio de

¹⁰⁰ Última tentativa de tomar o poder na Alemanha, comandada pela Internacional Comunista, e fazer uma revolução. Os planos para uma insurreição em outubro desse ano são frustrados com a implantação de um estado de sítio no país. Para mais detalhes, e visões diferentes sobre o tema, veja Isabel Loureiro, *A Revolução Alemã, 1918-1923*, São Paulo, Editora UNESP, 2005; Dennis Authier, *A Esquerda Alemã [1918-1921]*, Porto, Afrontamento, 1975; Barrington Moore Jr., *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*, São Paulo, Brasiliense, 1987; Ângela Mendes de Almeida, *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*, São Paulo, Brasiliense, 1999; Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução Alemã: mitos e versões*, São Paulo, Brasiliense, 1984; e Milos Hájek, “A discussão sobre a frente única e a revolução abortada”, *In História do Marxismo*, vol. 6, organizado por Eric J. Hobsbawn, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 169-195.

¹⁰¹ Note-se que não entro no problema de saber até que ponto os partidos políticos representavam de fato os trabalhadores e seus interesses. Minha questão diz muito mais respeito a uma visão geral dos trabalhadores, e por isso incluo os partidos, do que ao espinhoso problema da representação política, que certamente cairia na mediação entre consciência e agência política. Parece-me que Horkheimer, por enquanto, também não tinha em vista tal tipo problema.

¹⁰² Horkheimer, *Ocaso*, *op. cit.*, p.85.

Dämmerung começa por constatar uma divisão entre trabalhadores empregados e desempregados na Alemanha, cisão que prejudicava sua luta política.

Quanto mais rara é a ocupação temporária em geral, ou inclusive a ocupação duradoura e remunerada, de um indivíduo, tanto mais claramente se distingue a vida e a consciência dos operários regularmente ocupados daqueles que estão ordinariamente desocupados. Com isto prejudica-se cada vez mais a solidariedade de interesses do proletariado.¹⁰³

Como Marx mostrou em sua obra, ao mesmo tempo em que o capital, no decorrer de seu processo de expansão e acumulação, precisa de mais força de trabalho para continuar sua auto-valorização, produz-se uma parcela cada vez maior de trabalhadores à margem do processo de produção, isto é, não utilizados na produção de mercadorias.

Tal é a lei geral da acumulação capitalista: ao mesmo tempo em que a riqueza do capital aumenta, cresce o exército industrial de reserva e a miséria dos trabalhadores. Todo esse movimento é possível graças à modificação da composição do capital. Conforme a produção supera suas limitações técnicas e passa a usar a força de trabalho de maneira cada vez mais intensiva – o que corresponde ao processo histórico da passagem da cooperação à indústria moderna e predominam não mais as formas de mais-valia absoluta, mas a busca por mais-valia relativa – maior se torna a necessidade de trabalho para o processo de acumulação. Sem esse incessante apetite por trabalho, o capital acabaria por cessar seu movimento de valorização.

O uso mais intensivo da força de trabalho se faz com o auxílio da maquinaria: a necessidade de mais trabalhadores para o mesmo processo de trabalho diminui drasticamente face à possibilidade de extrair mais trabalho de um mesmo trabalhador, diminuindo os custos para o capital. Assim, a parte relativa ao capital constante aumenta sobre o capital variável, que cobre os custos de reprodução da força de trabalho. No entanto, “se o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absolu-

¹⁰³ Ibidem, p. 85.

ta”.¹⁰⁴ A demanda por trabalho cai progressivamente com o decréscimo do componente variável em relação ao capital global, já que é o capital variável quem determina aquela procura. Ao mesmo tempo, “libertam-se” mais trabalhadores da produção, e contraditoriamente, em relação ao menor número de braços ocupados, a classe trabalhadora aumenta de forma absoluta. “Toda a forma do movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-desempregados”.¹⁰⁵

Assim como Marx, Horkheimer também via a existência dessa população excedente como produto e alavanca do capitalismo. Para Horkheimer, fora o próprio capitalismo quem engendrara dificuldades à ação da classe trabalhadora. “O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital”.¹⁰⁶ Tendo em vista a Alemanha do final dos anos vinte, começo dos trinta, Horkheimer diz que:

Trabalho e miséria estão separados, estão repartidos sobre diferentes suportes. Isto não quer dizer que tudo está bem para os trabalhadores, que as relações do capital mudem seu caráter brutal perante eles, que a existência do exército de reserva já não pressione sobre os salários; de maneira nenhuma: a miséria dos trabalhadores segue sendo, todavia, a condição e fundamento desta forma de sociedade; mas o tipo de trabalhador estável já não é dos que necessitam a mudança de modo mais urgente.¹⁰⁷

Esses resultados do modo de produção capitalista seriam completados pela concentração e centralização que acompanharam o uso cada vez mais intenso da força de trabalho, características observadas de maneira nítida a partir do início do século XX.

Um rápido panorama da economia alemã entre 1923 e 1929 mostra como os métodos de racionalização nas fábricas e escritórios passaram a ser utilizados. A capacidade produtiva da indústria aumentara e, em conseqüência, a burguesia se viu impelida a

¹⁰⁴ Marx, *O Capital*, vol. I, t. 2, São Paulo, Abril Cultural, 1984, p.195.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 201.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 203.

¹⁰⁷ Horkheimer, *Ocaso, op. cit.*, p.87.

intensificar o uso da força de trabalho. O aumento da jornada de trabalho para dez horas, proposto pelos patrões, fora aceito pelos sindicatos operários, ao mesmo tempo em que estes sofriam um processo de desmobilização. A social-democracia e seus sindicatos pediram aos operários que entendessem o esforço do país para desenvolver a economia, mesmo que o patronato atacasse cada vez mais a legislação social. Ainda assim, com o fim da onda inflacionária, os trabalhadores conseguiram recuperar parte dos salários, o que lhes permitiu melhorar um pouco o nível de vida. O desemprego também diminuía durante este tempo. Este processo de crescimento da economia, e principalmente da indústria, duraria até o ano de 1929.

A indústria abandonava os métodos de produção baseados na extensão da jornada de trabalho enquanto aperfeiçoava e mecanizava a produção elevando consideravelmente o rendimento do trabalho individual. Como parte deste processo de racionalização do trabalho, a técnica aplicada à produção se eleva até atingir o nível que empregava a indústria norte-americana, figurando entre as mais altas do mundo. A concentração industrial avança a um ritmo sustentado e os poderosos cartéis controlam a economia alemã.¹⁰⁸

A divisão econômica e social entre os trabalhadores seria marcada também na maneira como seus interesses, então diferentes, eram mostrados. Por um lado, os empregados deixaram de apoiar medidas políticas mais enérgicas, que confrontassem os capitalistas, já que a palavra de ordem “revolução” passara a representar um risco à sua estabilidade “assegurada”. Não foi à toa que esta camada apoiara crescentemente medidas de cunho mais reformista. O crescimento da social-democracia alemã é exemplo disso. Aos poucos ela atuava politicamente pautando-se pela colaboração com outros partidos e classes, em benefício da economia do país. Por outro lado, a “miséria e a inquietude do presente” passaram a ser assunto dos desempregados. Separava-se o interesse pelo socialismo dos homens que teriam as características para a sua realização. A

¹⁰⁸ Perla J. Haimovich, “El nazismo y la crisis del movimiento obrero alemán”. In *Historia del Movimiento Obrero*, vol. 3, Centro Editor de América Latina, s.d., p. 271.

disposição revolucionária tornava-se estranha a toda a organização política estabelecida pelos trabalhadores, sobretudo pelos social-democratas antes da I Guerra Mundial.¹⁰⁹

As implicações da cisão são observadas entre os principais partidos operários alemães após 1918, o KPD (Partido Comunista Alemão) e o SPD (Partido Social-Democrata Alemão), pois a cada um deles pertencia uma das camadas então distintas da classe, principalmente ao final da década de 1920. Ao primeiro filiavam-se sobretudo os desempregados e ao segundo os empregados. É essa destinação de cada setor da classe que permitiu a Horkheimer distinguir os interesses de cada uma. Se aos desocupados faltava organização, isso era o correlato do dogmatismo do partido comunista alemão – já então dominado pelas resoluções da matriz russa –, cuja inquietude manifestava-se na mera repetição de suas consignas, o que resulta na perda do sentido originário da teoria marxista, a história. Converteu-se uma fidelidade dogmática à doutrina materialista em espírito vazio e culto à personalidade. Disso resultou a incapacidade para atualizar a teoria em face da realidade social presente, e a conseqüente ignorância do lado empírico necessário à sua construção. Essa era, ao contrário, uma característica positiva da social-democracia para Horkheimer. Mas seu reformismo empedernido colocava tal ganho abaixo.

Ao contrário do comunismo, a ala reformista do movimento operário perdeu o saber acerca da impossibilidade de um eficaz melhoramento das relações humanas sobre a base capitalista [...]; o medo de perder o posto [de trabalho] converte-se paulatinamente no único fundamento explicativo de suas ações.¹¹⁰

¹⁰⁹ O tema da unidade do movimento operário no século XX não era novo, pois já tinha sido examinado por Rosa Luxemburg, em *Greve de Massas*, e seria estendido nos ensaios de Korsch e Lukács. Cf. Ricardo Musse, *Do Socialismo Científico à Teoria Crítica*, tese de doutorado, FFLCH, USP, 1997. Entretanto, mesmo que Horkheimer tenha apresentado uma questão já debatida, vale a pena insistir no ponto, pois ele é atualizado em seus escritos.

¹¹⁰ Horkheimer, *Ocaso*, *op. cit.*, p. 88.

Os social-democratas acabaram se empobrecendo teoricamente, pois passaram a ignorar o marxismo. Assim como as capacidades adquiridas durante o processo de trabalho – a organização política e a consciência de classe – tornaram-se separadas, o mesmo ocorreu com os dois momentos do método dialético, tal como o empreendera Marx, “o conhecimento dos fins e a clareza nos fundamentos”.¹¹¹

Dessa maneira, para Horkheimer, a teoria de Marx não se aproximava de uma lei natural, mas deveria ser trabalhada constantemente diante do contexto social. Essa demanda, no entanto, havia sido paralisada pelo materialismo depois de Marx. O conhecimento da realidade social, que caracterizaria o marxismo, estaria sendo feito por quem não mais se considerava seu representante.¹¹² Os comunistas incorriam em erro paralelo, porque também subestimavam o aspecto teórico, recorrendo ao puro formalismo. “A incapacidade da teoria, transformada dogma, em compreender as mudanças sociais refletia a impotência da prática política para transformar a sociedade em seu conjunto”.¹¹³

A crítica à ala reformista não cabia apenas ao SPD, mas também ao seu braço no sindicalismo. Sabe-se que este partido era dominado pelos sindicatos operários na República de Weimar, principalmente por meio de sua burocracia. Horkheimer acusa seus membros de terem posições políticas mais reacionárias do que os democratas burgueses, pois tinham de conseguir dos empresários vantagens para os trabalhadores e de não representá-los verdadeiramente. Mas seus esforços, tal como os social-democratas, eram

¹¹¹ Ibidem, p. 90.

¹¹² O desemprego, que antes da quebra geral atingira 3 milhões de pessoas, chegaria a 6 milhões no início de 1932, 45% da população ativa alemã. As condições de vida degradaram-se. Os industriais, beirando à bancarrota, procuraram fazer pressão sobre o governo para que esse diminuísse os encargos sociais ou a ajuda aos desempregados e encurtar o período de seu recebimento. Dentro das fábricas, tentaram diminuir os salários e prolongar a jornada de trabalho, esquecendo freqüentemente as convenções coletivas. Cedendo às pressões, o governo acabou adotando as medidas propostas pelos burgueses, reduzindo as pensões dos desempregados, por exemplo.

¹¹³ Manfred G. Gangl, “Le programme interdisciplinaire de l’Institut de Recherches Sociales sous la direction de Max Horkheimer”, *Archives de Philosophie*, nº 49, 1986, p.212.

em vão, já que não conseguiam perceber que não mudariam a estrutura básica da exploração da sociedade capitalista:

é verdade que [os sindicalistas] são pagos pelos operários, mas sua obra é sempre insuficiente por causa da mecânica do sistema econômico [...] e que tenham compreensão especial para as teorias reformistas que tendem à renúncia – exceto no que se refere a seus postos – das pretensões da classe operária.¹¹⁴

A divisão teórica entre os principais movimentos organizados dos trabalhadores possibilitara aos dois grupos interpretações diferentes da mesma realidade social e, mais importante, dera origem a ações políticas distintas. Importante na compreensão desta divisão são as idéias que permearam o debate na esquerda européia a respeito do então caráter do capitalismo.

4.1 – Capitalismo organizado e capitalismo de Estado: visões e erros da esquerda

Um dos teóricos mais destacados da social-democracia alemã foi Rudolf Hilferding. Sua teoria do capitalismo organizado afirmava a necessidade dos trabalhadores controlarem o aparelho estatal em sua busca pelo socialismo. O Estado não seria para ele um “comitê para os assuntos da burguesia”, como o marxismo mais tradicional postulava, mas tão somente um meio de governar um país e controlar sua economia, o que implicava uma espécie de racionalidade neutra por trás de suas operações.¹¹⁵ Tal asserção é fundamental para se entender o conceito de “capitalismo organizado”.

Constatando mudanças nas relações entre proletariado e burguesia no século XX, Hilferding acreditava que o próprio capitalismo transformara sua face. A época marcada pela concorrência, em que o mercado era a instância principal a regular o fun-

¹¹⁴ Horkheimer, *Ocaso*, *op. cit.*, p.166, aforismo “Burocracia sindical”.

¹¹⁵ Tanto Elmar Altvater quanto Giacomo Marramao são unânimes em apontar a semelhança das formulações da social-democracia alemã com o tema da racionalização tal qual desenvolvido por Weber. Para Marramao, a social-democracia entendia o conceito enquanto socialização e expansão da esfera burocrático-administrativa. Deste último, cf. *O Político e as Transformações. Crise do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. De Altvater, ver “O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929”. In *História do Marxismo*, vol. 7, organizado por Eric J. Hobsbawn, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 11-77.

cionamento do sistema, havia passado. Em seu lugar, as instituições estatais passariam a controlar as determinações da economia. Dessa forma, o capitalismo teria conseguido estabilizar as crises pelas quais passava, já que as contradições responsáveis pela anarquia desapareceram da esfera da circulação – sem que fossem explicadas, contudo, as fontes de extração da mais-valia e reprodução do capital, ou mesmo a pertinência dessas categorias.

A estabilização só ocorrera ao custo de ter incorporado aquele que segundo o autor seria o elemento decisivo do socialismo, o “planejamento científico da economia”. *“De fato, portanto, capitalismo organizado significa a substituição teórica do princípio capitalista da livre concorrência pelo princípio socialista da produção planejada”*.¹¹⁶ Com isso, seriam abertas novas possibilidades à política operária, pois seus grupos mais bem estruturados poderiam participar da organização econômica de um país. Diferentemente das teorias socialistas anteriores, para as quais o controle do Estado era um objetivo a ser alcançado em um longo período de tempo, a entrada dos trabalhadores na arena política significava uma tarefa a ser cumprida imediatamente. Só por meio dela é que as intenções de transformar uma democracia política, com o domínio do parlamento burguês, em uma democracia econômica, na qual haveria reformas sociais de ampla escala e que alterassem profundamente a situação de classe na Alemanha, poderiam significativamente acontecer. Nessa visão, o problema para o socialismo e os socialistas era a possibilidade de orientar uma economia organizada e dirigida pelos capitalistas em uma direção democrática, através da única organização consciente da sociedade, e equipada com poder coercitivo suficiente, o Estado. Este se convertia em um meio de “técnica social”, no qual desapareciam os “aspectos coercitivos do Estado, em benefício da expansão de suas funções técnicas de controle de conflito social”. “A tarefa imediata do

¹¹⁶ Rudolf Hilferding, “A economia organizada” (1927). In *Utópicos, Heréticos e Malditos*, organizado por Aloísio Teixeira, Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 526, grifos do original.

movimento operário é *apropriar-se* das técnicas consignadas pelos avanços mais recentes do *organizierter Kapitalismus* [capitalismo organizado]”.¹¹⁷

A partir desses postulados, Hilferding extraía uma visão alternativa sobre os desdobramentos da revolução russa de 1917 e a necessidade da violência como “parteira da história”. Se para a maioria dos marxistas da época aquela revolução significava a possibilidade de uma vitória do socialismo no resto da Europa – e que dizia respeito à própria continuidade do movimento para além do leste europeu – para o social-democrata os acontecimentos na Rússia equivaliam a um verdadeiro desastre, pois implicavam um obstáculo para o socialismo. Ele acreditava que o único caminho para uma sociedade emancipada passava pela democracia, por meio da qual os trabalhadores poderiam unir-se, e não pelo uso da força, que abriria caminho à guerra civil, tal como de fato ocorreu na terra de Lenin. Na esteira das formulações mais conhecidas da social-democracia alemã – pense-se em Bernstein, por exemplo – o desenvolvimento econômico do capitalismo organizado representaria uma chance política para os operários. Se os fundamentos da democracia fossem destruídos, a única posição possível aos trabalhadores seria estar na defensiva.¹¹⁸ “Não há dúvida que para nós, alemães, e para toda a Europa Central, a vitória dos bolcheviques *antes* da vitória da revolução democrática na

¹¹⁷ Marramao, *O Político e as Transformações*, *op. cit.*, pp. 25 e 165, grifos do original.

¹¹⁸ A defesa da democracia na República de Weimar à qualquer custo foi, para muitos autores, um dos fatores que tornaram a social-democracia alemã cega diante da ameaça do nazismo. Para Loureiro, em *A Revolução Alemã*, *op. cit.*, p.175, faltou ousadia aos governos social-democratas para a implementação de seu programa e uma consequente radicalização das massas. Já na opinião de Reis Filho em *A Revolução alemã: mitos e versões*, *op. cit.*, p. 92, ao unir-se “com os partidos burgueses contra os segmentos mais combativos da classe operária”, temendo pelo caos e retrocesso, o SPD apelou para as forças mais reacionárias. Os “social-democratas enfrentariam a ‘era Brüning’ [primeiro-ministro da Alemanha a partir de março de 1930] e os governos subseqüentes até Hitler dentro da estrita defesa da legalidade formal republicana. Face ao exercício do poder por meio de decretos levado a cabo por Brüning, eles responderam com a chamada ‘política de tolerância’, ou do ‘mal menor’: desde que não houvesse ruptura na forma republicana, tudo era aceitável”. In Almeida, *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*, *op. cit.*, p. 103. Contudo, é preciso ficar claro que o KPD também primava pela cegueira, com a famosa alcunha dada aos social-democratas de “social-fascistas”, o que equivalia duas posições muito distintas do espectro político-social. Os comunistas acreditavam que o principal inimigo a combater era o SPD – pois afastaria a classe operária de seus verdadeiros objetivos –, e não os nazistas, que segundo sua visão seriam um problema passageiro.

Alemanha foi uma grande infelicidade”.¹¹⁹ Mais importante que isso, porém, é ressaltar que em sua visão o capitalismo já tinha todas as portas abertas à passagem para o socialismo, por meio de uma aproximação entre a então fase da economia capitalista com este último.

Em oposição às teses do “capitalismo organizado”, outra corrente teórica sustentava que o capitalismo não estava vivendo um período de estabilização, mas, ao contrário, aproximava-se da crise final e de seu colapso. Apesar de também observar mudanças nas feições da economia, com a passagem da predominância da concorrência mercantil para o domínio dos monopólios, seus defensores – os quais se encontravam em sua maioria na III Internacional, dominada pelo partido comunista russo – julgavam que a estrutura capitalista não havia mudado em si. Ainda em comum com a teoria anteriormente esboçada, acreditavam da mesma forma que a esfera política se configurava como âmbito capaz de desempenhar uma função reguladora. Tanto para aquela visão como para esta, as relações capitalistas expressavam situações que podiam ser usadas como instrumentos para a construção do socialismo – veja-se, por exemplo, a defesa por parte dos russos, liderados por Lenin, da adoção de medidas “tayloristas” de racionalização e melhor produtividade da indústria. Tal como para Hilferding, havia uma continuidade entre o capitalismo e o socialismo. A revolução configurava-se como uma estagnação, tendência que amadurecera no seio da sociedade. Diferentemente, no entanto, não cabia à classe operária adentrar o Estado e fomentar uma democracia econômica, mas tomá-lo de assalto e mudar radicalmente seu caráter classista, pois o sistema – com a tendência cada vez mais acentuada à estagnação e à crise – não seria passível de reformas. A crise do regime forçava os capitalistas a recorrerem cada vez mais às instâncias

¹¹⁹ Hilferding, “A democracia e a classe trabalhadora” (1927). In *Utópicos, Heréticos e Malditos*, op. cit., p. 522, grifos do original.

estatais para controlá-la. A classe operária, por sua vez, deveria pautar-se por uma ação autônoma.

Ambas as visões deparavam-se com os problemas que as mudanças nas estruturas capitalistas colocavam aos seus observadores, como a maior participação do Estado na economia, a supremacia do capital financeiro e dos monopólios, a entrada dos trabalhadores no jogo político oficial, em suma, a progressiva transformação do capitalismo da era liberal em um novo arranjo. Contudo, abstraindo as diferentes interpretações a respeito destas transformações, tanto social-democratas quanto comunistas acabaram por se perder em suas estratégias políticas com base no entendimento equivocado a respeito do então momento para a classe trabalhadora e das diretrizes para a ação. Destacase, assim, a incapacidade das duas correntes – resumidas nas teses do “capitalismo organizado”, por um lado, e do “capitalismo monopolista de estado”, por outro – em interpretar os “novos fenômenos” da socialização burguesa,¹²⁰ ou o reflexo de “todas as dificuldades e contradições do movimento operário diante dos grandes processos de reorganização econômico-institucional das sociedades ocidentais”.¹²¹ Ambas caíram no problema da racionalização, porque tendiam a ver o socialismo meramente como uma sociedade mais racionalizada que o capitalismo, permanecendo inalterado em sua substância – é bem verdade que tanto para Hilferding quanto para Lenin a passagem não seria automática ou endógena, mas dependeria fundamentalmente das ações dos trabalhadores, divergentes para cada um dos autores.¹²² Mesmo assim,

¹²⁰ Altvater, “O capitalismo se organiza”, *op. cit.*

¹²¹ Marramao, *O Político e as Transformações*, *op. cit.*, p. 112.

¹²² Seria possível acusar Horkheimer do mesmo erro em seus textos iniciais, haja vista sua definição de socialismo como uma sociedade mais racional, como o seguinte trecho atesta: “Somente quando esta forma contrastante de economia, cuja introdução significou uma vez um progresso extraordinário, entre outras coisas a possibilidade de evolução para pessoas autoconscientes, for substituída por uma forma de vida da sociedade onde a propriedade produtiva seja administrada não apenas com boas intenções, mas com a racionalidade necessária aos interesses gerais, somente então a harmonia entre os objetivos individuais cessará de parecer um milagre” Horkheimer, “Materialismo e moral” (1933). *In Teoria Crítica I*, São Paulo, Perspectiva, 1990, p. 70. Entretanto, há uma diferença entre considerar uma sociedade mais racional do que outra – na medida em que não são as coisas que controlam os homens, mas estes é que

o reconhecimento, por parte do movimento operário, do valor da racionalidade e da organização, significava que o socialismo como forma alternativa da socialização deve restar uma simples fórmula, da qual são excluídos aspectos essenciais da vida humana [as novas formas que o domínio burguês assumia, resumidamente], *com conseqüências catastróficas para o desenvolvimento da social-democracia – e também do comunismo na República de Weimar: com efeito, nos espaços vazios de interesses e necessidades emancipatórias, puderam irromper as ideologias fascistas.*¹²³

Desta maneira, as duas correntes reduziam os novos e complexos problemas que a reorganização do capitalismo, e com ela a reestruturação do domínio burguês, colocava a um esquema unilateral. A falta de uma perspectiva mais substantiva ajudou na impossibilidade de formar qualquer aliança contra o processo de reestruturação do poder das classes dominantes – por seu lado, os comunistas atacavam os social-democratas de “social-fascistas”; estes, ao defenderem com extremada veemência a democracia weimariana, decidiram colaborar com o novo esquema político¹²⁴ – abalado pela ascensão dos trabalhadores e pelas fortes crises econômicas. Além disso, as ações extraídas dessas interpretações mostraram-se inadequadas à realidade que se apresentava, na qual as configurações entre economia, política e cultura passavam a estar crescentemente imbricadas. É diante de tal fraqueza que o projeto crítico de Horkheimer ganha importância, já que o domínio do capital sobre o trabalho não se daria mais apenas através da atividade econômica, mas principalmente por meio de complexas mediações políticas, ideológicas e psíquicas.

controlam aquelas – e usar de uma racionalidade especificamente capitalista para promover transformações sociais. Ou seja, acredito existir uma divergência entre os termos “razão” e “racionalização”, ainda que se possa dizer que ambas sejam confundidas por ele. A crítica ao modo como essa racionalização foi usada, tanto pelo capitalismo quanto pelos socialistas será alvo do último capítulo desta dissertação.

¹²³ Altvater, “O capitalismo se organiza”, *op. cit.*, p. 62, grifos meus.

¹²⁴ Marramao critica a social-democracia por não ter observado com clareza que os acontecimentos na República de Weimar formavam uma nova mediação, com a dimensão cada vez mais massificada e organizada dos conflitos sociais, e que se traduzira numa forma de agir do Estado. Cf. *O Político e as Transformações*, *op. cit.*, p. 56 e ss. Este autor resume sua tese dizendo que a maior parte das correntes de esquerda da época foi incapaz de compreender os novos nexos que estabeleciam entre o político e o econômico, com seu ponto nevrálgico entre os anos 1920 e 1930. Não se trataria de uma simples integração das classes subalternas à esfera política, mas muito mais a internalização dos conflitos sociais, o que acabou por gerar, por parte do Estado, novas variáveis na dinâmica sócio-econômica. Além disso, tanto ele quanto Altvater afirmam, de maneiras diferentes, que a incompreensão da teoria marxiana contribuiu para o diagnóstico errado, pois as duas correntes centravam suas explicações econômicas na esfera da circulação, esquecendo por completo a dinâmica da produção capitalista. Isto só faz confirmar o acerto, pelo menos quanto aos erros teóricos, das críticas feitas por Horkheimer, na mesma época em que estavam sendo formuladas.

5 - Reificação, crise e pesquisa interdisciplinar

No veredicto de Horkheimer não existia uma saída satisfatória no horizonte da classe quanto às estratégias políticas. Além da divisão em seu interior, colocava-se um problema mais geral: os próprios dominados apoiavam a dominação. Para isso aponta o seguinte comentário de Horkheimer, presente num aforismo de *Dämmerung* intitulado “A Europa e o cristianismo”, a respeito das classes dominadas: “elas são as imitadoras de seus guardiões, adoram os símbolos de suas prisões e estão dispostas, não a cair sob seus guardiões, mas a despedaçar a quem quer liberá-los daqueles”.¹²⁵ A referência ao apoio de camadas da classe trabalhadora à ascensão do movimento nazista está implícita, mesmo que este apoio não fosse de sua maioria. Na opinião de Horkheimer, faltava o esperado ímpeto para que os proletários quebrassem os elos de suas correntes e se libertassem do domínio dos capitalistas. Ao invés de realizar a revolução socialista, ou ao menos lutar contra a sociedade burguesa, como esperavam os partidos operários, a classe trabalhadora recaía em posições conservadoras. Mais explicitamente, a pergunta diante do panorama que se descortinava era: por quê uma classe com posição privilegiada para sair dos mecanismos da reificação terminava por enredar-se ainda mais neles?

Se tivermos em mente a definição de Lukács para a reificação, as formulações nos textos de Horkheimer sobre as tarefas do Instituto e o uso da interdisciplinaridade para uma pesquisa social, especialmente através da remissão à psicanálise, serviriam como demonstração de suas reticências quanto ao engajamento político do proletariado. Mais que isso. A então situação da classe operária implicava uma revisão das teses lukácsianas quanto à possibilidade real de emancipação e acerca da superação da reificação, isto é, da tese implícita de que o proletariado foi colocado diante da tarefa histórica

¹²⁵ Horkheimer, *Ocaso, op. cit.*, p. 128.

de transformar a sociedade de forma consciente.¹²⁶ Em “História e psicologia”, Horkheimer afirma a respeito da manutenção do capitalismo que

somente é possível aos homens conservarem relações econômicas, que pelas suas potencialidades e necessidades eles já ultrapassaram, em vez de substituí-las por uma forma de organização superior e mais racional, porque a atuação de camadas sociais numericamente mais significativas não é determinada pelo conhecimento, mas por uma espécie de força motriz falseadora da consciência. De maneira alguma meras manipulações ideológicas formam a raiz deste momento histórico particularmente importante – uma tal interpretação corresponderia à antropologia racionalista do Iluminismo e sua atuação histórica – mas, sim, a estrutura psíquica total destes grupos, isto é, o caráter de seus membros se renova constantemente em relação com o seu papel no processo econômico.¹²⁷

Aqui entra em jogo o papel crucial que a psicanálise empreendeu nas investigações de Horkheimer.

Embora a história fosse apreendida por meio de conceitos econômicos, levando-se em conta o processo de vida material da sociedade e suas exigências, a psicanálise, com destaque para a teoria freudiana,¹²⁸ ocupou um lugar especial na teoria crítica, pois se transformou em peça chave no entendimento dos processos históricos. A explicação de Horkheimer reside na tese de que a determinação da ação histórica dos homens por meio do processo econômico só poderia ser esclarecida pela maneira como eles reagiriam em um dado momento histórico. Mudanças estruturais na vida material implicariam

¹²⁶ E que, como aponta Michael Löwy, em *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, *op. cit.*, p. 132, se constitui de forma fragmentária por todo o texto lukácsiano.

¹²⁷ Horkheimer, “História e psicologia”, *op. cit.*, p. 21.

¹²⁸ Horkheimer usa o termo “psicologia” em vez de “psicanálise”. Isto se explica quando, a certa altura do discurso, comenta-se que a psicologia a ser usada é uma psicologia do inconsciente. Para uma complementação da aproximação entre ciências sociais e psicologia no âmbito dos trabalhos do Instituto, ver os textos de Fromm “O método e a função de uma psicologia analítica” – no mesmo número em que foi publicado “História e Psicologia” (1932) – e “Psicanálise e sociologia”, de 1929. Em ambos o autor mostra que a psicanálise não deveria se restringir à esfera individual, da mesma maneira que a sociologia não deveria ficar presa somente à análise da sociedade. “O fato de que um fenômeno é estudado em sociologia certamente não significa que ele não possa ser um objeto da psicanálise [...]. A tese de que a psicologia lida apenas com o individual enquanto a sociologia apenas lida com a ‘sociedade’ é falsa. Porquanto a psicologia sempre procede a partir de um indivíduo socializado, também a sociologia sempre trabalha com um grupo de indivíduos cuja estrutura psíquica e seus mecanismos precisam ser levados em conta”. “The method and function of an analytic psychology”. In *The Essential Frankfurt School Reader*, editado por Andrew Arato e Eike Gebhardt, New York, Continuum, 1993, p. 481. Wolfgang Bonß afirma que o uso da psicanálise nas pesquisas sociais na Alemanha fora motivado especialmente pela crença de que a revolução não dera certo por conta de seu lado “subjetivo”, isto é, por conta dos trabalhadores, enquanto o “objetivo”, as leis capitalistas, estariam levando o sistema à crise. Cf. “Critical theory and empirical social research: some observations”. In Erich Fromm, *The Working Class in Weimar Germany: A psychological and sociological study*, Cambridge, Harvard University Press, 1984, p. 4.

em certas conformações psíquicas. O indivíduo não seria simples função das condições econômicas, nem possuiria um caráter uniforme, sem que se levasse em conta as diferentes condições sociais.

Enquanto não for esclarecido como mudanças estruturais da vida econômica mediante conformação psíquica, que está presente num dado momento nos membros dos diversos grupos sociais, se convertem em mudanças em suas expressões da vida, a teoria de que esta depende daquelas contém elementos dogmáticos que prejudicam grandemente seu valor hipotético para uma explicação do presente.¹²⁹

Tendo em vista as transformações do capitalismo, já esboçadas pelo debate da esquerda alemã, não seria possível para Horkheimer prender-se a um conceito estático de proletariado. Somente as observações empíricas, incluindo aquelas sobre a estrutura psíquica, poderiam indicar o real comportamento da classe perante as novas situações que o modo de produção impunha. Em que medida as configurações da consciência de classe não revelariam sua importância na própria avaliação do atual estágio do capitalismo, já que havia a possibilidade “de uma possível alteração ou inversão na ordem destas seqüências [entre mudanças econômicas e mudanças culturais] no futuro”?¹³⁰ Lembremos aqui a definição da relação entre conteúdos espirituais e realidade material do marxismo dogmático – as idéias e conteúdos culturais como mero reflexo da economia. Para Horkheimer, “essas teses exprimem uma separação acrítica, envelhecida e extremamente problemática entre espírito e realidade, atribuindo ingenuamente a essa separação uma característica absoluta e, portanto, sem superá-la dialeticamente”.¹³¹ Não se trata, evidentemente, de fazer com que a teoria passe a girar em torno das elucubrações da psique individual.

Segundo [Marx], os homens historicamente atuantes, em nenhuma parte, se tornam inteligíveis apenas graças ao seu interior. [...] a teoria correta emerge da observação dos homens que vivem sob condições definidas e que conservam sua vida com o auxílio de determinadas ferramentas. A normalidade discernível na história não é uma construção

¹²⁹ Horkheimer, “História e psicologia”, *op. cit.*, p. 20.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹³¹ *Idem*, “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas”, *op. cit.*, p. 130.

a priori, nem uma enumeração de fatos por um sujeito cognoscitivo que se julga independente.¹³²

A manutenção de uma sociedade em declínio poderia estar assentada em fatores psíquicos, entre outros. “Particularmente, o mais importante numa análise de determinada época histórica é conhecer as forças e disposições psíquicas, o caráter e a capacidade de mudança dos membros dos diversos grupos sociais”.¹³³ Tendo em vista as dificuldades que o movimento operário tinha para empreender sua luta, não só na Alemanha, como no resto da Europa, o capitalismo revelava-se cada vez mais fortalecido diante das tentativas de superá-lo, levando Horkheimer a indagar “como se produzem os mecanismos psíquicos que possibilitam manter latentes entre as classes sociais as tensões que suscitam a eclosão de conflitos com base na situação econômica”.¹³⁴

Ainda que as análises psicológicas diagnosticassem dificuldades na formação da consciência revolucionária de classe, Horkheimer não deixava de acreditar na superação do capitalismo. Sua obra inicial, especialmente os aforismos de *Dämmerung*, aponta a necessidade vital de uma revolução socialista para superar o sofrimento e a miséria do presente. Nesta fase de sua obra, Horkheimer entende que, apesar das críticas ao movimento operário, aos partidos e ao marxismo da época, a revolução proletária era a única saída imaginada para a sociedade capitalista e o domínio da reificação. “O domínio do processo total da sociedade pelo homem só pode ser realizado se esta vencer sua forma anárquica e constituir-se como sujeito real, ou seja, por meio da ação histórica”.¹³⁵

Uma boa medida deste “entusiasmo” pela revolução proletária é dada pela avaliação feita em relação aos acontecimentos na Rússia, que até então era positiva. Uma das perguntas que deveria ser formulada a um trabalhador alemão em 1930, para que se conhecesse sua disposição, era saber qual sua posição diante da revolução russa, como

¹³² Idem, “História e psicologia”, *op. cit.*, pp. 17-8.

¹³³ Ibidem, p. 21.

¹³⁴ Ibidem, p. 22.

¹³⁵ Idem, “Materialismo e moral”, *op. cit.*, p. 64.

mostra o aforismo “Indicações”¹³⁶ – questão, aliás, que esteve presente no questionário da pesquisa com operários e empregados de escritório iniciada em 1929. Mesmo com o diagnóstico da impotência da classe operária alemã, Horkheimer ainda a considerava a principal força revolucionária: “[...] as forças dirigidas à criação de um mundo mais humano estão encarnadas na teoria e na práxis do proletariado”.¹³⁷ O aforismo que abre o livro e que tem o mesmo título, *Dämmerung*, merece ser transcrito de forma completa, pois, além da sua brevidade, ele encerra alguns aspectos centrais de todo o texto, incluindo a perspectiva de um salto na consciência das massas.

Quanto mais incerta é a sorte das ideologias necessárias, mais terríveis são os meios com que é preciso defendê-las. O grau de zelo e de terror com que são defendidos os ídolos vacilantes mostra até que ponto avançou o crepúsculo. O entendimento das massas aumentou com a grande indústria até o ponto em que os bens mais sagrados têm de ser defendidos. Quem os defende já conseguiu sua carreira. Ai de quem diz a verdade com palavras simples: além da estupidez geral e sistematicamente explorada, com a ameaça da ruína econômica, o desprezo social, o cárcere e a morte, impede-se que o entendimento atente contra os supremos instrumentos conceituais do domínio. O imperialismo dos grandes estados europeus não tem nada para invejar ao medievo com suas fogueiras; seus símbolos são protegidos com aparatos mais sofisticados e com guardas melhor dotados que os santos da Igreja medieval. Os inimigos da Inquisição converteram aquele crepúsculo na aurora de um novo dia; o crepúsculo do capitalismo não anuncia necessariamente a noite da humanidade, que hoje parece ameaçá-la.¹³⁸

De todo modo, já se encontra presente uma contradição na obra de Horkheimer, e que somente aos poucos seria apresentada de forma mais nítida, entre a necessidade da luta política e os impasses que a situação social colocava a este imperativo. Se a relação entre teoria e prática era um dos assuntos em voga no Instituto de Pesquisas Sociais, é sabido também que a teoria sempre manteve a primazia. Tanto é que a formulação do programa de estudos interdisciplinares quer apontar uma saída, ao menos para o impasse teórico então vivido.¹³⁹ É possível dizer que a teoria em Horkheimer tem um aspecto

¹³⁶ Idem, *Ocaso*, *op. cit.*, p. 102.

¹³⁷ Ibidem, p. 161.

¹³⁸ Ibidem, p. 19.

¹³⁹ Sendo assim, a crise vivida pelo marxismo não parece atribuível a um ou outro de seus setores, mas tem muito mais uma conotação geral. A necessidade de sua revitalização já fora apontada anteriormente por Karl Korsch, em *Marxismo e Filosofia*, *op. cit.*, também crítico tanto de comunistas quanto de social-democratas.

eminentemente político. Mais profícuo, porém, é constatar como a montagem do Instituto de Pesquisas Sociais é um filho teórico, no sentido mais forte desta palavra, dos esforços de uma aproximação entre a academia e os movimentos políticos operários. Para isso, basta ter em conta o que representou a direção anterior do Instituto, cargo ocupado por Carl Grünberg.

Como primeiro marxista a assumir uma cadeira na universidade alemã, Grünberg criou uma situação única no ensino superior alemão, pois o estudo das condições de vida dos operários, assim como a teoria e a prática do socialismo, passava a ser discutido em seu interior. A criação do Instituto, em 1923, foi um ato decisivo, porque “se apresentaram as teorias e propostas socialistas não mais como teorias científicas, temas de discussão com seus pares, mas como doutrinas e programas que se dirigiam diretamente às ‘classes inferiores’”.¹⁴⁰ Apesar das diferenças teóricas entre os dois diretores do Instituto, Horkheimer manteve uma postura próxima quanto à direção, pois, além de manter a estrutura da “ditadura do diretor”, continuava com os estudos sobre o movimento operário – muito embora o caráter das pesquisas a serem realizadas fosse alterado. Temas como história econômica e história do socialismo passaram para segundo plano em relação aos artigos sobre problemas filosóficos e da cultura, o que expressava a percepção de Horkheimer a respeito da ligação entre estrutura econômica e superestrutura.¹⁴¹

Diferentemente de seu antecessor, que seguia os preceitos básicos da ortodoxia marxista na versão social-democrata – a superestrutura cultural refletiria, de maneira

¹⁴⁰ Wiggershaus, *A Escola de Frankfurt*, *op. cit.*, p. 60. No entanto, essa questão voltaria ao centro dos debates da teoria crítica, sobretudo em “Teoria tradicional e teoria crítica”.

¹⁴¹ Em seu discurso de posse, Horkheimer comenta as mudanças ocorridas no Instituto com a mudança na direção: “Carl Grünberg dirigiu o Instituto com a missão de ensinar uma ciência especializada, a economia política. Aceitando a tarefa nova, difícil e importante de colocar um grande aparato de pesquisa a serviço dos problemas filosófico-sociais [...], ser-me-á possível utilizar tudo o que ele criou para instaurar – ao menos em âmbito restrito, e em comum com meus colaboradores – uma ditadura do trabalho planejado, em condições de desenvolver uma teoria da sociedade em que a construção filosófica não seja mais dissociada da pesquisa empírica”. “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais”, *op. cit.*, p. 129.

mais ou menos direta, a base material da sociedade, ponto comum com a ortodoxia comunista – Horkheimer acreditava que a questão não se apresentava de maneira tão simples. Se a ordem social “condiciona não só as instituições políticas e jurídicas, mas também as ordens mais altas da cultura”, pressupor uma correspondência constante entre os processos ideais e materiais não dá a devida atenção ao complexo papel mediador dos elementos psíquicos. “Se aprendermos, com a psicologia, que a satisfação das necessidades é uma realidade psíquica que em intensidade não deve ser inferior aos prazeres materiais, então muito se ganhará para a compreensão de uma série de fenômenos históricos”.¹⁴²

Entre esses fenômenos históricos, está a indecisão que permeava a classe trabalhadora, colocada em meio à possibilidade da revolução socialista e a aceitação das formas mais brutais da sociedade capitalista, com as ditaduras fascistas. A questão do consenso e da coerção entre os proletários começa a se delinear nos textos de Horkheimer. Já no prefácio à primeira edição da revista do Instituto, de 1932, Horkheimer dizia que entre os problemas da pesquisa social está cada um dos âmbitos culturais e as leis que estão envolvidas em suas mudanças.¹⁴³ Essa mudança na postura quanto ao papel da superestrutura possibilitaria ao autor complementar seu diagnóstico sobre a classe operária alemã, além de alterar o rumo e os problemas considerados pelo Instituto, mostrando como o marxismo deveria levar em conta os fatos que se opuseram às expectativas revolucionárias do período.

Desta maneira, um projeto de pesquisa interdisciplinar vem a propósito da necessidade de superar as crises do movimento operário e do marxismo, bem como a crise da ciência e do pensamento em geral. Retomando o ensaio sobre Hegel, é possível perceber que suas formulações críticas sobre o idealismo e o uso de suas categorias pelo

¹⁴² Horkheimer, “História e psicologia”, *op. cit.*, p. 25.

¹⁴³ Idem, “L’Istituto per la Ricerca Sociale e la sua rivista”. In, Enrico Donaggio (org.), *La Scuola di Francoforte: la storia e testi*, Turim, Einaudi, 2005, p. 6.

marxismo levou a uma visão diferente a respeito da situação efetiva da classe. Enquanto Lukács praticamente desconsiderava o proletariado existente, Horkheimer via o estudo das questões concernentes como “o estudo científico [que] precisa de análises concretas para poder determinar os fatos supraindividuais e os fatores relativamente individuais que operam em cada caso”.¹⁴⁴ A análise das condições do proletariado não permite determinar de uma vez por todas se a dinâmica dos acontecimentos deve ser atribuída ao indivíduo ou à totalidade, tal como parecem exigir as formas metafísicas de encarar o assunto, incluindo os conceitos lukácsianos.

Horkheimer tinha a intenção de, por meio da teoria, iluminar a realidade social que a classe operária daquele momento histórico não conseguia vislumbrar em seus fundamentos. Certamente, não como uma espécie de portador da consciência, mas como alguém numa união contraditória com a classe. Desta maneira, a realização de pesquisas teóricas e empíricas pode ser vista no interior do pensamento de Horkheimer como uma forma *auxiliar* na luta pela emancipação dos trabalhadores, ao apontar para as condições em que viviam os trabalhadores alemães da época.¹⁴⁵

5.1 – A pesquisa com os trabalhadores alemães

O Instituto elaborou uma pesquisa com operários e empregados de escritório entre 1929 e 1932, no intuito de esclarecer por vez a questão da relação entre classe, consciência de classe e reificação. Embora Fromm estivesse à frente do projeto, Horkheimer já marcava sua presença, tanto por dirigir informalmente o Instituto em 1929 quanto pela fundamentação que suas concepções básicas sobre a teoria marxista deram ao estu-

¹⁴⁴ Idem, “Hegel y el problema de la metafísica”, *op. cit.*, p. 129.

¹⁴⁵ Não por acaso, havia um projeto, nunca concluído, para que publicasse um livro chamado *Die Krise des Marxismus* (A Crise do Marxismo). Cf. Wiggershaus, *A Escola de Frankfurt, op. cit.*, pp. 69 e 71: “Horkheimer parecia estar, desde o começo, animado pela convicção de que ele era o portador de uma mensagem revolucionária e de que seu primeiro dever era preservar essa mensagem além de todas as inconveniências. Entretanto, isso mostrava a vantagem de o Instituto ter agora um diretor que dava a seus colegas da Universidade uma impressão ainda mais tranquilizadora do que Grünberg.”

do.¹⁴⁶ No fim do seu discurso de posse, Horkheimer afirma que uma das principais pesquisas do Instituto sob seu comando diria respeito, num primeiro momento, “a um grupo social particularmente importante e característico, [os] operários qualificados e [os] empregados na Alemanha; depois a pesquisa dever[ia] ser estendida também às classes sociais correspondentes dos outros países europeus altamente desenvolvidos”.¹⁴⁷ O estudo, iniciado por Fromm no período anterior à nova direção,¹⁴⁸ fora o primeiro passo para uma pesquisa empírica de fôlego.

Convém observar que o esforço do Instituto não pôde ser concluído. Muitos questionários não foram respondidos, e boa parte daqueles entregues acabou por ser destruída – 3300 foram distribuídos, dos quais os últimos chegaram às mãos dos pesquisadores no fim de 1931, quando Horkheimer já tinha assumido a direção; do total, 584 retornaram e foram utilizados para análise. A pesquisa foi realizada entre trabalhadores manuais e empregados de escritório, os quais representavam 29% dos pesquisados.¹⁴⁹

A pesquisa contou com 261 itens, que basicamente se dividiam entre perguntas referentes ao *status* do respondente – ano de nascimento, sexo, ocupação, etc. – e outras com o objetivo de sondar a estrutura específica da personalidade, combinando perguntas quantitativas e qualitativas. Tanto Fromm quanto Horkheimer queriam estabelecer uma ligação entre a constituição psíquica dos indivíduos ao desenvolvimento social, já que

¹⁴⁶ Para maiores detalhes, consulte Bonß, “Critical theory and empirical social research: some observations”, *op. cit.*, p. 16; Abromeit, *The Dialectic of Bourgeois Society*, *op. cit.*, pp. 294-316; e Wiggershaus, *A Escola de Frankfurt*, *op. cit.*, p. 116.

¹⁴⁷ Horkheimer, “A situação atual da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais”, *op. cit.*, p. 131.

¹⁴⁸ Ver o livro de Wiggershaus, *A Escola de Frankfurt*, *op. cit.*, pp. 84-8, para maiores informações sobre Erich Fromm e o início deste estudo. Para a pesquisa como um todo, além de Wiggershaus (*ibidem*, p. 144 e ss.), ver também os textos de Bonß, “Le probleme de l’inconscient: la discussion sur la conscience des travailleurs sous la Republique de Weimar”. In Gérard Raulet, *Weimar ou l’explosion de la modernité*, Paris, Éditions Anthropos, 1984, pp. 167-83, e Helmut Dubiel, *Theory and Politics*, *op. cit.*, pp. 11-3.

¹⁴⁹ Erich Fromm, *The Working Class in Weimar Germany*, *op. cit.*, pp. 42, 50 e 69. Outro fato importante a ser ressaltado é sua publicação tardia, em 1980, graças ao esforço de Wolfgang Bonß, que reconstruiu o texto, inclusive com adições suas.

sua meta inicial era vincular as opiniões políticas professadas pelos participantes com determinados tipos de estrutura de personalidade.

[...] quais conexões é possível apurar – num determinado grupo social, num período determinado, em determinados países – entre o papel desse grupo no processo econômico, a transformação ocorrida na estrutura psíquica dos seus membros singulares e os pensamentos e as intuições que agem sobre esse mesmo grupo, como totalidade menor no todo da sociedade, e que são por sua vez o seu produto.¹⁵⁰

O que se esperava com a pesquisa sobre os trabalhadores alemães era verificar se existia mesmo um vínculo entre a opção partidária e o caráter dos indivíduos, permitindo mapear a situação da classe operária na Alemanha da época. Isso entrava de acordo com a tentativa de relacionar infra e superestrutura, de modo a perceber como as posições de classe e circunstâncias históricas determinariam a psique humana.

Havia diferenças entre os grupos investigados, tanto política quanto psiquicamente, ainda que existissem casos ambíguos. De modo geral, os trabalhadores manuais se identificavam com comunistas e social-democratas, enquanto os empregados apoiavam partidos do espectro burguês, e também os nazistas. A pesquisa tomou o cuidado de levar em conta os enunciados de Marx tanto n’*A Sagrada Família* como n’*A Ideologia Alemã* sobre a consciência de um trabalhador e a consciência da classe como um todo:

Aqui, confiamos na regra básica do trabalho psicológico de que as declarações de um indivíduo sobre seus pensamentos e sentimentos, mesmo que subjetivamente honestos, não podem ser tomados literalmente, mas precisam ser interpretados. Ou, para colocar de modo mais exato: o importante não é *o que* alguém diz, mas *como* o diz.¹⁵¹

O maior mérito da pesquisa foi mostrar que existiam atitudes autoritárias em um número significativo de trabalhadores, em ambas as divisões. Nesse sentido, Fromm afirmou que o triunfo nazista revelara a falta de resistência entre os partidos operários, em contraste com sua força no parlamento. Para essa fraqueza teria contribuído a falta

¹⁵⁰ Horkheimer, “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas”, *op. cit.*, *loc. cit.*

¹⁵¹ Fromm, *The Working Class in Weimar Germany*, *op. cit.*, p. 44.

de confiança que muitos de seus membros tinham neles. No entanto, aqui parece residir o erro de Fromm, para quem os elementos passivos, politicamente falando, não eram representativos da classe em 1931, postulando que a classe trabalhadora fosse em sua maioria ativa. “Com sua disposição para responder mais de 200 questões, nossos participantes representavam um nítido tipo ativo e alerta de pessoa. [...] [os estratos passivos e temerosos] dificilmente teriam sido representativos da classe operária alemã em 1931”.¹⁵² A amostra era representativa da situação sócio-econômica dos entrevistados, bem como de sua filiação política, mostrando a existência de diversos setores de classe, mas valeria quanto ao tipo de personalidade. O estudo mesmo apontava a dificuldade em diferenciar empiricamente estruturas de personalidade, havendo uma lacuna entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento psíquico das classes, pois existiam trabalhadores com traços de personalidade típicos da classe média, especialmente nos setores avançados do operariado.

Se o problema for visto de outro ângulo, é possível perceber que foram justamente tais “elementos passivos”, ligados às posições autoritárias, que se tornaram decisivos para a derrota política. Somente entre comunistas e social-democratas podia perceber-se divisões quanto ao grau de atividade política, tanto nos partidos quanto nos sindicatos. A questão, assim, não estava tanto na fraqueza dos partidos operários diante do partido nazista, mas no fato de que a própria classe, ao menos em parte, pudesse ir contra seus supostos interesses. Essa indagação foi retomada em quase toda a obra posterior de Horkheimer.

As respostas que indicavam mais claramente traços autoritários eram referentes a mulheres e crianças: “Você acha correto que mulheres devam ter um emprego? Incluindo mulheres casadas? Por que/ por que não? Você acha que alguém pode educar cri-

¹⁵² Fromm, *The Working Class in Weimar Germany*, *op. cit.*, p. 50.

anças sem punição corporal?”.¹⁵³ “A análise de nossos dados deixa claro, entretanto, que um grande número de socialistas e comunistas não concordavam com aquelas premissas básicas [anti-autoritárias] de seus partidos”.¹⁵⁴

Do total de pessoas que responderam o questionário, 288 pessoas se referiram às questões relativas à autoridade de modo autoritário. Os casos mais típicos eram daqueles simpatizantes com as idéias da esquerda, mas com impulsos “desviantes”. De modo geral, eles apresentavam a necessidade de se submeter a uma liderança e dominar os mais fracos. Além disso, 20% dos apoiadores dos partidos operários expressavam em suas opiniões e sentimentos uma *clara* tendência autoritária, assim como muitos mostraram atitudes ambíguas em relação ao tema. A explicação inicial para essa contradição foi encontrada na suposição de que as mudanças psicológicas eram mais lentas que as econômicas. Daí que apenas os membros da “vanguarda” da classe expressassem-nas. “[...] enquanto isso, a classe como um todo se move apenas sutil e tendencialmente”.¹⁵⁵ Apenas um pequeno número de trabalhadores identificava-se de forma clara com as doutrinas expressas nos programas partidários. Poucos tinham uma posição de esquerda consistente.

Mas as diferenças apontadas entre comunistas e social-democratas, já que Horkeimer mostrara que ambas as correntes tinham problemas fundamentais, ou entre trabalhadores manuais e empregados de escritório, não importavam muito. “Sem dúvida, o *resultado* mais importante é a *pequena proporção de esquerdistas que estavam em conformidade com a linha socialista, tanto em suas idéias quanto em suas opiniões*”.¹⁵⁶ A esquerda fracassara em alterar a estrutura de personalidade de seus membros de tal maneira que pudesse confiar neles em situações críticas, o que só reforça a importância da

¹⁵³ Ibidem, pp. 150 e 170, perguntas 323/24 e 621 do questionário.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 163.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 209.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 228. O destaque mais longo fica por minha conta.

continuidade da pesquisa, com o Instituto fora da Alemanha, e também o argumento de que as “estruturas renovadoras” do capitalismo eram um obstáculo ao mesmo tempo gigantesco e completamente desconsiderado das políticas da classe trabalhadora.

O clima político do país não favorecia a realização dos estudos e pesquisas do Instituto. Em razão da percepção de que algo pior poderia vir, abriu-se um escritório na cidade suíça de Genebra. Em janeiro de 1933 Hitler e os nazistas alcançaram o poder no país. Ainda no mesmo ano, tropas do governo invadiram e confiscaram a sede alemã do Instituto. A crise do proletariado e de seu movimento político atingira seu ápice. O próprio Horkheimer afirmou no “Preâmbulo” a *Dämmerung* que as notas contidas no livro pertenciam ao passado, não por uma transformação radical de suas concepções, mas porque elas faziam referência a um mundo então superado. Apesar do “fracasso” da pesquisa, o tema da diferença entre a dominação capitalista e a “consciência empírica” viria a ser retomado anos mais tarde pelo Instituto, no estudo sobre autoridade e família, assim como a percepção de traços autoritários nos grupos proletários. A partir de 1933 novos problemas foram colocados a Horkheimer e ao marxismo.

II- Do fracasso da revolução à teoria da dominação (1933-1937)

Com a tomada do poder na Alemanha pelos nazistas, o exílio era a única alternativa para o grupo de teóricos marxistas do Instituto de Pesquisa Social. Àqueles que ficavam ou que não tinham possibilidades de fugir, como a imensa maioria da classe trabalhadora, restaria a luta e a resistência. Mas desde o início do regime hitlerista esta seria uma tarefa quase impossível, ainda mais se pensarmos que depois de 1923, quando as forças revolucionárias tiveram sua mais dura derrota, e também das controvérsias entre os diferentes segmentos do movimento operário na década de vinte, a possibilidade de uma insurreição era mínima. A organização política dos trabalhadores, se já estava debilitada, ficaria reduzida a pó com a ditadura iniciada em 1933. Tanto o partido social-democrata quanto o comunista foram perseguidos pelos aparelhos de repressão. Em fevereiro de 1933, foram proibidos encontros, reuniões ou mesmo jornais dos partidos operários. Milhares de comunistas, social-democratas e sindicalistas foram presos depois do incêndio do *Reichstag*, ocorrido no dia 28 do mesmo mês. Em meados de julho, o parlamento alemão tinha um só partido.¹

As forças da contra-revolução começaram a ganhar corpo após o fim da Primeira Guerra, com o surgimento de vários grupos paramilitares. Com o fim da República de Weimar, tais tropas seriam incorporadas ao exército nazista, e desempenhariam papel central no massacre dos opositores ao novo regime. A fraqueza das forças de oposição era cada vez mais aguda com o terror imposto. A impossibilidade de qualquer levante dos proletários era percebida no outro lado do Atlântico, onde Horkheimer passou a morar a partir 1934, após breve passagem pela Suíça. Seus textos, sem abandonar a de-

¹ Cf. Gilbert Badia, *Histoire de l'Allemagne Contemporaine (1917-1962)*, 2º tomo, Paris, Éditions Sociales, 1962, pp. 11-21; Richard J. Evans, *The Coming of the Third Reich*, Londres, Penguin, 2004, pp.335-37 e *The Third Reich in Power*, Londres, Penguin, 2006, pp. 11-4.

fesa das classes oprimidas e de sua emancipação, foram marcados por esses acontecimentos.

Mesmo depois de Hitler ter se tornado o líder alemão máximo, Horkheimer continuaria a vincular classe trabalhadora, emancipação e socialismo. Uma ruptura maior em seus textos, se é que podemos chamá-la assim, só seria evidente no texto “Teoria tradicional e teoria crítica”. Como nos ensaios dos anos anteriores, seus escritos seguintes à tomada de poder nazista preocupam-se por vários momentos em ressaltar a sobrevivência do marxismo, a despeito dos acontecimentos em seu país.

Três serão, pois, os pólos deste capítulo: 1) o exame do fascismo como um momento específico do capitalismo avançado e, principalmente, como tais transformações sociais alteraram as determinações da classe trabalhadora; 2) a busca das razões que levaram à aparente aceitação do nazismo por parte dos trabalhadores – e conseqüentemente, a aceitação dos modos de dominação da sociedade capitalista; 3) dadas todas essas alterações no quadro social e histórico, os diferentes momentos da relação entre teórico/intelectual e classe trabalhadora.

1 – *Da consciência ao inconsciente de classe*

No capítulo anterior procuramos enfrentar as dificuldades que a concepção lukácsiana de classe proletária impôs a Horkheimer, mostrando como a rejeição das determinações psicológicas e empíricas era um problema que não podia ser simplesmente evitado *a priori*, por meio de uma concepção ideal. Nesse sentido, o trabalho realizado pelo Instituto após 1933, especialmente após sua chegada aos Estados Unidos, buscou dar conta dos pressupostos críticos lançados nos ensaios em que Horkheimer estabelecia a necessidade de vincular o marxismo com a perspectiva psicanalítica. As explicações a respeito das transformações na subjetividade dos trabalhadores aproximaram a teoria

crítica de textos como *Psicologia de Massas e Análise do Eu*. Essa relação com o marxismo constituiu um capítulo da trajetória intelectual alemã nas décadas de 1920 e 30.²

O motivo dessa aproximação foi a revolução, mais precisamente a questão do recuo do movimento operário diante das possibilidades objetivas de uma transformação social – desenvolvimento e crise econômica, força política e piora nas condições de vida. Foram problemas que motivaram Horkheimer, e que despertaram toda uma geração de intelectuais para a reflexão sobre seu presente histórico. Psicanalistas como Bernfeld Siegfried e Otto Fenichel desenvolveram perspectivas marxistas a partir da preocupação em “elucidar a defasagem entre a consciência política e as condições objetivas”, buscando “explicar a força da ideologia” – que auxiliaria na compreensão dos impasses da classe trabalhadora – e a ausência da radicalização esperada.³

A aproximação entre marxismo e psicologia nos anos 1920 não constituiu uma novidade, entretanto. Em anos anteriores o debate já havia se colocado. Por um lado, o marxismo “oficial” da URSS rejeitava por completo a teoria freudiana, acusando-a de ser um mero artifício do pensamento burguês, que em nada auxiliaria a teoria nascida de Marx, ainda que muitos autores tentassem estabelecer uma junção entre ambas. Enquanto o marxismo era materialista, a psicanálise se pautava exclusivamente por concepções psicologistas e individualizantes, próximas ao idealismo e ao subjetivismo, descartando por completo os fatores econômicos e sociais, estruturantes e vitais ao materialismo histórico. Com essa recusa, buscou-se um tipo de psicologia empírica, bem diferente de uma ciência “burguesa” abstrata. O marxismo-leninismo acatou a abordagem de Pavlov,

² Para uma breve retrospectiva do freudo-marxismo da época, consulte Sérgio Paulo Rouanet, *Teoria Crítica e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1998, pp. 13-25, João José Lima de Almeida, “Oito encontros sem juntura”, in Vários autores, *Marxismo e Ciências Humanas*, São Paulo, Xamã, 2003, pp. 189-99, e Inara Luísa Marin, “Psicanálise e emancipação na teoria crítica”, in Marcos Nobre (org.), *Curso Livre de Teoria Crítica*, Campinas, Papirus, 2008, pp. 227-50, especialmente as pp. 227-237, onde a autora faz uma apreciação do trabalho de Wilhelm Reich e Erich Fromm.

³ Rouanet, *Teoria Crítica e Psicanálise*, op. cit., pp. 14 e 16.

que buscava interpretar a consciência em termos de reflexos condicionados e não condicionados.⁴ Por outro lado, Erich Fromm empreendeu um esforço analítico em que supostamente ambos os lados sairiam ganhando. De fato, foi Fromm quem mais aproximou a psicanálise do Instituto, e seus escritos foram fundamentais para que Horkheimer formulasse as relações entre teoria crítica e psicanálise.⁵

Para avaliar como o problema da psicanálise em Horkheimer vinculava-se diretamente à questão da classe operária, o texto de Wilhem Reich, *Psicologia de Massa do Fascismo*, pode ser um bom ponto de partida. Sua abordagem aproxima-se de muitos aspectos estudados posteriormente por Horkheimer, sobretudo porque os principais problemas de Reich consistiam em explicar a adesão de trabalhadores ao nazismo e como a psicanálise poderia ser utilizada pelo marxismo para entender melhor o campo da ideologia.⁶ Sua descrição da situação política dos trabalhadores é semelhante aos termos empregados por Horkheimer:

Enquanto se falava na Alemanha, mesmo após a derrota de janeiro de 1933, de um “impulso revolucionário”, a realidade mostrava que a crise econômica, que deveria ter levado, de acordo com as previsões, a uma evolução para a esquerda da ideologia das massas, tinha de fato a uma evolução de extrema direita na ideologia das camadas proletarianizadas e daquelas que tinham mergulhado numa miséria mais profunda do que nunca.⁷

⁴ Não pretendemos fazer um balanço crítico detalhado das divergências e convergências entre as duas teorias, mas tão somente delinear minimamente as discussões que antecederam o uso de Freud por Horkheimer, e em que medida ele se aproximou ou se distanciou desse debate para melhor entender a questão dos trabalhadores. Para maiores detalhes, cf., além dos textos já citados na nota 2, os verbetes de Michèle Barrett no *Dicionário do Pensamento Marxista*, “Psicanálise” e “Psicologia”, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988, pp. 306-9, e também “Freudian Theory under Bolshevik Rule: The Theoretical Controversy during the 1920s”, Martin A. Miller, *Slavic Review*, Vol. 44, No. 4 (Winter, 1985), pp. 625-646. Este autor esclarece que as discussões a respeito da união entre marxismo e psicanálise na Rússia remontam ao início do século XX.

⁵ No fim da década de 1930 Fromm rompeu com Horkheimer e o resto do Instituto. Para um relato das relações entre os dois autores, cf. John Abromeit, *The Dialectic of Burgeois Society*, *op. cit.*, pp. 261-316.

⁶ Muito embora o conceito de ideologia fosse bem diferente para os dois. Enquanto o autor de *Dämmerung* o empregava em seu sentido marxiano de falsa consciência socialmente necessária, Reich se aproximava de uma leitura leninista do termo, como o conjunto de idéias de uma classe com vistas à disputa política. Cito um trecho em que Horkheimer define explicitamente o conceito: “[...] ideologia, ou seja, uma aparência necessária pela forma específica do processo social de vida”. In “Autoridade e família”. In *Teoria Crítica I*, *op. cit.* p. 207. É importante ressaltar, no entanto, que a ideologia em Reich se aproximou em alguma medida do conceito de consciência de classe debatido por Horkheimer.

⁷ Wilhem Reich, *Psicologia de Massa do Fascismo*, Porto, Publicações Escorpião, 1974, pp. 12-3.

Diagnosticada a crise no movimento operário e em meio às dúvidas que brotaram com a chegada do NSDAP ao poder, Reich via a necessidade de defender o marxismo. Apelar à consciência revolucionária não lhe parecia uma atitude sensata num momento de refluxo. Como esses aspectos eram compartilhados por boa parte da esquerda alemã, o que mais chama atenção na sua junção entre Marx e Freud é a formulação da ideologia como um problema objetivo, da ordem material. Desta forma, a despeito das dificuldades que algumas de suas idéias possam trazer,⁸ um dos méritos de Reich, junto com todo o nascente marxismo heterodoxo, foi apontar para a importância dos fatores subjetivos na construção e manutenção da sociedade capitalista. Além disso, ele compartilhou com esse marxismo a necessidade de renovar a teoria nascida em Marx, tendo em vista os desafios que as novas configurações da sociedade no início do século XX apontavam.

Quem tenha seguido e vivido praticamente a teoria e a prática do marxismo destes últimos anos, na esquerda revolucionária, apercebeu-se necessariamente de que aquelas se limitavam apenas ao domínio dos processos *objetivos* da economia e à política do Estado, no sentido estrito, que não seguiam com atenção nem compreendiam aquilo a que se chama o ‘fator subjetivo’ da história, a ideologia das massas, na sua evolução e nas suas contradições; omitiam sobretudo a aplicação de modo sempre novo e a conservação sempre viva do método do materialismo dialético, a apreensão por esse método, de modo sempre renovado, de cada fenômeno social.⁹

Assim como em Horkheimer, havia a constatação de uma discrepância entre a consciência real das classes e a vida material que as envolvia.

A diferença principal entre Horkheimer e Reich está na explicação deste quanto às bases das massas fascistas. Para Reich, o nazismo triunfara em virtude do grande apoio que lhe deu a pequena-burguesia, ignorando o problema no interior da classe operária. Por um lado, Horkheimer mostrava maior sofisticação ao incorporar em sua dis-

⁸ Para uma crítica de Reich, cf. Michael Schneider, *Neurose e Classes Sociais: uma síntese freudiano-marxista*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, especialmente pp. 87-8: “A tragédia de Wilhelm Reich constitui no fato de cada nova e progressiva trilha de seu pensamento com respeito às ortodoxias marxista e freudiana surgia de par com uma revisão, isto é, uma redução naturalista da teoria marxista e psicanalítica”.

⁹ Reich, *Psicologia de Massa do Fascismo*, *op. cit.*, p. 11.

cussão sobre o proletariado o conceito psicanalítico de massas. Por outro lado, Reich acreditava simplesmente que as massas despossuídas falharam politicamente ao não passar para o espectro ideológico da esquerda, como efeito da pauperização que boa parte da população alemã sofria – ainda que ele soubesse do espantoso número de votos ao partido nazista com origem nos trabalhadores.¹⁰ Para Reich, era preciso “saber o que condiciona a situação assim descrita ou, se quisermos, aquilo que impede a harmonia entre a situação econômica e a ideologia”.¹¹ A falsa consciência era entendida como uma representação puramente irracional das relações sociais. Dentro deste arcabouço intelectual, que desconhecia o conceito marxiano de ideologia, era impossível concluir que a adesão dos trabalhadores às hostes fascistas constituía um problema específico. Reich chegava por vias diversas ao mesmo destino que Lukács. Bastaria que a verdadeira consciência de classe fosse trazida à tona, de maneira que ela reagisse sob a base material. Ignorava-se o estado em que os trabalhadores se encontravam subjetivamente, e como havia uma razão por trás de sua irracionalidade. Por esses motivos, Reich ficou aquém das formulações propostas por Horkheimer.

1.1 – A necessidade da repressão

Por mais que ironicamente o nazismo possa ser conhecido como nacional-socialismo, a classe trabalhadora não foi suprimida com seu advento. Daí a necessidade de verificar, mesmo com sua derrota, o estado no qual ela então se encontrava. Uma nova questão se impunha ao esforço teórico de Horkheimer e seus colegas. Se o presente histórico apontava a necessidade de entender as razões do fracasso da revolução e, em contrapartida, a adesão dos trabalhadores ao fascismo, seria preciso remontar ao pro-

¹⁰ O “processo de ideologização para os freudo-marxistas era um cenário rígido, com um desfecho mais ou menos inevitável – a produção da falsa consciência – que só poderia ser modificado através de um projeto político alternativo, que procurasse opor uma contra-hegemonia à hegemonia vigente”. Rouanet, *Teoria Crítica e Psicanálise, op. cit.*, p. 160.

¹¹ Reich, *Psicologia de Massa do Fascismo, op. cit.*, p. 18.

blema maior e anterior da dominação de classe e sua efetivação. Além da questão diversas vezes apontada da ideologia, seria preciso também levar em conta os mecanismos que renovavam a violência inscrita na subordinação do trabalho ao capital.

Por isso, o nazismo pode ser pensado por Horkheimer como uma extensão da lógica capitalista, incluindo sua fase liberal, pois desde que a sociedade burguesa se constituiu como tal, a violência mostrou-se vital para sua manutenção – “o fascismo é o legítimo herdeiro do liberalismo”.¹² O cotejo com Marx mais uma vez pode se mostrar frutífero, na medida em que é a principal fonte da argumentação de Horkheimer. Conforme o capítulo XXIV do primeiro livro de *O Capital*,

O povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas, numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. [...] Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. [...] Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada.¹³

É possível tomar este trecho como um programa de estudos do qual Horkheimer se apropria e atualiza. Nele está contida, ao mesmo tempo, a idéia de que a violência sempre foi necessária para que o capitalismo domesticasse os trabalhadores às suas necessidades e de que é preciso toda uma educação para aceitar o funcionamento desta sociedade. Adicionadas as ferramentas trazidas da psicanálise, tal como o autor pensou nos textos entre 1930-33, é possível dizer que existe uma “permanente necessidade de repressão física e psíquica das massas”.¹⁴

No entanto, como o próprio Horkheimer ressaltou, a violência pura e simples não daria conta de estruturar a dominação social. Seria preciso algo a mais, que nos leva

¹² Horkheimer, “Sobre a metafísica do tempo de Bergson”, *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, nº 6, 2000, p. 62.

¹³ Karl Marx, *O Capital*, vol. I, t. 2, *op. cit.*, pp. 277.

¹⁴ Horkheimer, “Egoísmo y movimiento liberador”. In: *Teoria Crítica*, Buenos Aires/ Madrid, Amorrotu Editores, 2003, p.153.

a um cotejo mínimo com a teoria freudiana. A idéia de que no decorrer da idade moderna os indivíduos estejam cada vez mais submetidos a restrições em suas exigências de prazer encontra apoio no texto “O mal estar na civilização”. De acordo com Freud, o advento da civilização impôs paulatinamente aos seus membros restrições a suas satisfações. Para que seus objetivos sejam alcançados, “faz-se inevitável uma restrição à vida sexual”.¹⁵ Horkheimer parte desta idéia de “repressão pulsional” para entender como o capitalismo teve de impor cada vez mais aos dominados formas semelhantes de repressão. No entanto, se Freud entendia a história da civilização como uma restrição aos impulsos do indivíduo – que sem este artifício recorreria somente à força bruta e à vontade arbitrária para sobreviver –, Horkheimer atualiza a teoria freudiana em termos históricos, já que não se tratava de mostrar como a repressão e a subordinação foram essenciais na humanidade, mas em que medida elas foram necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.

No curso da história até o presente, mesmo naqueles períodos que, em seu conjunto, se caracterizaram como progressistas, foram exigidas de uma imensa maioria privações sem conta. A autodisciplina e a docilidade recíproca e perante os dominadores foram inculcadas com todos os recursos da violência e da persuasão.¹⁶

Outro exemplo que Horkheimer oferece nesse sentido é o significado que o termo “moral” ganha para as massas despossuídas no século XIX.

No texto “Egoísmo e movimento liberador” (1936), a análise pressupõe que a ordem burguesa necessariamente tem de reprimir física e psicologicamente as massas. Seu norte é a hipótese de que toda filosofia burguesa constitui-se a partir da premissa da existência de uma concordância entre os homens, e não o domínio entre eles, uma naturalidade que a sociedade burguesa impõe aos indivíduos e que só é possível por meio da disciplina, da obediência e do sacrifício dos dominados, e também pela suposta inde-

¹⁵ Sigmund Freud, “O mal estar na civilização”. In: *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 165.

¹⁶ Horkheimer, “Egoísmo y movimiento liberador”, *op. cit.*, p. 160.

pendência dos agentes econômicos.¹⁷ Daí a palavra “egoísmo” no título do artigo. Qualquer impulso individual contrário ou rebelde diante de tal estado de coisas deveria ser considerado puro egoísmo. Essa é a função da moral burguesa. O indivíduo deve “dominar seus instintos com uma férrea disciplina”,¹⁸ reprimindo suas próprias aspirações materiais.

Com a ascensão do proletariado enquanto movimento político, fonte de desestabilização dos regimes burgueses na Europa, foi preciso que a sociedade capitalista impusesse uma constante repressão das aspirações materiais, em troca de obediência, disciplina e sacrifício em favor do todo. “A competência entre eles [os trabalhadores], pelo contrário, era favorecida, e sua atenuação mediante uniões de natureza política ou econômica, dificultada”.¹⁹ A moral burguesa servira como esteio da emancipação dos entes que o feudalismo opunha. Assentado seu domínio, ela passaria a se constituir como instrumento de subordinação do resto da sociedade às suas pretensões. Toda ação comum de resistência à burguesia era combatida com vigor.

Os mesmos termos que moldaram a moral no século anterior estavam presentes no ideário fascista. “Este significado da moral burguesa como meio de dominação foi cobrando crescente importância. Nos Estados totalitários do presente, nos quais *o conjunto da vida espiritual é concebido desde o ponto de vista da condução das massas*”, seus aspectos humanistas foram eliminados, de forma que todos obedecem aos fins designados pelo governo.²⁰ Horkheimer se esforça ao longo do texto por apresentar figuras que exemplificam a relação entre líder e massas, tópico central na obra de Freud “Psico-

¹⁷ Cf. o texto de Marcuse na pesquisa sobre autoridade e família, no qual a idéia de uma disciplina necessária do trabalho é desenvolvida tendo em vista algumas figuras centrais do pensamento burguês, como Lutero, Calvino, Kant, Hegel e Weber, “Estudo sobre a Autoridade e a Família”, *Idéias para uma Teoria Crítica da Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pp. 56-159.

¹⁸ Max Horkheimer, “Egoísmo y movimiento liberador”, *op. cit.*, p. 154. Em carta a Katarina von Hirsch (05/06/1936), Horkheimer, ao comentar a estrutura de seu artigo, refere-se a ele como um esboço de teoria da dominação burguesa. Cf. *A Life in Letters Selected correspondence*, organizado por Manfred R. Jacobson e Evelyn M. Jacobson, Lincoln/London, University of Nebraska Press, 2007, p. 65.

¹⁹ Idem, “Egoísmo y movimiento liberador”, *op. cit.*, p. 157.

²⁰ Horkheimer, “Egoísmo y movimiento liberador”, *op. cit.*, p. 158, grifos meus.

logia de massas e análise do eu”. Quanto mais as massas proletarizadas têm seus interesses em desacordo com o discurso do líder burguês, tanto mais existe a necessidade de que a figura deste, e sua personalidade, apareçam como fonte de grandeza, independente das relações sociais.

Também o eminente significado de símbolos [...] brota da necessidade de estabelecer *um vínculo irracional entre as massas e uma política que não é a delas* [...] Quanto mais sólidos se voltam os interesses destes grupos, entrando em contradição com uma forma possível, mais racional, de sociedade, tanto mais se apela aos aspectos irracionais da consciência pública, e tanto menor é o papel desempenhado pela elevação do nível teórico da maioria.²¹

Inspirado por Freud, Horkheimer aponta a necessidade de um vínculo afetivo constantemente renovado entre as duas partes, de modo que os antagonismos sociais mais sérios permanecessem ocultos.

O domínio dos nazistas na Alemanha revela-se por essa necessidade de disciplina, com a crescente imposição da organização do trabalho ao conjunto da sociedade. Após o extermínio das organizações operárias, os nazistas trataram de coordenar os trabalhadores a partir do Estado, mantendo-os sob controle. Instituições como a Frente de Trabalho Alemão tinham por meta impedir conflitos entre capitalistas e trabalhadores no interior das fábricas, para o bom funcionamento da economia – “ambos poderiam trabalhar juntos em harmonia como parte da nova comunidade racial alemã unificada”.²² Os trabalhadores tornavam-se os seguidores (*Gefolgschaft*) do líder da fábrica (*Betriebsführer*), nome pelo qual passaram a ser conhecidos os empresários. Além disso, o tempo livre dos operários também foi alvo das determinações nazistas, por meio da “Comunidade Nacional-socialista Força pela Alegria” (*National Sozialiste-Gemeinschaft Kraft durch Freude*). “Ao prover feriados e outras atividades que de outro modo estariam fora do alcance de muitos dos participantes [como clubes esportivos, cinemas e teatros], a

²¹ Ibidem, p. 167, grifos meus.

²² Evans, *The Third Reich in Power*, op. cit., p. 461.

organização tornou-se amplamente apreciada entre os trabalhadores”.²³ Longas jornadas de trabalho, baixos salários e altas taxas de exploração seriam a contrapartida desses benefícios. Assim, com a derrota das organizações dos trabalhadores, as altas taxas de desemprego e a crise econômica, os capitalistas puderam impor suas condições de domínio por meio da legislação. Com a implantação de um sistema de repressão, passavam a ser prevenidos protestos ou ações que ameaçassem a ordem. Os nazistas procuraram transformar os trabalhadores em uma massa de força de trabalho indiferenciada, constituída por indivíduos ou pequenos grupos, sempre à disposição da administração e da liderança política.

1.2 – Do liberalismo ao capitalismo monopolista

A incorporação das idéias de Freud no arcabouço marxista era paralela a outra novidade no marxismo da época. Como mostramos no capítulo anterior, uma reorganização do capitalismo revelava-se a muitos interpretes, tendo em vista o crescente papel que o Estado assumia na economia dos principais países. Planejamento econômico, domínio de grandes empresas e mudanças na relação entre Estado e classe operária. Estas foram algumas das características centrais apontadas por autores como Hilferding. Sem fazer menção às principais figuras do debate, Horkheimer refletiu sobre alguns de seus

²³ Ibidem, p. 472. Cf. também Tim Mason, “The containment of the working class in Nazi Germany”, in *Nazism, Fascism and The Working Class*, Cambridge University Press, 1985, pp. 231-74. Para não dizer que os trabalhadores tornaram-se uma massa inerte, veja o trabalho de Mason, “The workers’ opposition in nazi Germany”, <http://libcom.org/library/workers-opposition-nazi-germany-tim-mason> (acessado em 17/03/08), publicado originalmente em *History Workshop Journal*, nº 11, Spring 1981, pp. 120-37. Neste artigo, o autor distingue luta política e resistência de classe. Como aquela era impossível na Alemanha nazista, restava aos trabalhadores resistir ao capital com greves e pressões por negociações coletivas, tendo em vista aumento dos salários e melhores condições de trabalho. Mesmo assim, nossa intenção é mostrar em que condições se deu a subordinação do trabalho ao capital, especialmente na Alemanha da época, alvo das atenções de Horkheimer. Até porque “o terrorismo policial roubou da classe operária sua habilidade para conseguir atividades solidárias espontâneas até uma escala pequena. Sem suas organizações, grupos de trabalhadores em tais conflitos estavam muito isolados uns dos outros”. Em 1939, muitos dos trabalhadores “tinham pouca ou nenhuma experiência consciente do movimento da classe operária”, in Mason, *op. cit.* Este detalhe da falta de espontaneidade e do isolamento não escapou da análise de Horkheimer. Outra questão importante diz respeito à repressão. Não é possível esquecer que os trabalhadores foram reprimidos intelectual e fisicamente. Mas a intenção desta dissertação é mostrar que mais importante do que isso, foi a mudança na aceitação da dominação o fator decisivo nas análises de Horkheimer.

aspectos, notadamente aqueles que influenciavam diretamente as relações das classes sociais com a sociedade em geral.

Da mesma maneira que o dirigente social-democrata, Horkheimer afirmava que, apesar das mudanças sociais observadas – incluindo as transformações no seio do proletariado –, a estrutura econômica do capitalismo permanecia fundamentalmente a mesma. A relação entre capital e trabalho continuava a ser estruturante, assim como a separação entre meios de produção e produtores, para não dizer a apropriação de trabalho excedente, na forma de mais-valia. “O lucro provém das mesmas fontes sociais que antes, e tem de ser aumentado da forma costumeira”.²⁴ Entretanto, a concentração e a centralização do capital, resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, alteraram as características tanto da burguesia quanto do proletariado, o que implicou mudanças na maneira como aquela classe exercia seu domínio.

Os proprietários jurídicos das empresas foram afastados de sua direção, que ganha autonomia em relação à posse legal. Seu lugar passou a ser ocupado por administradores. Horkheimer chama-os alusivamente de “magnatas industriais, comandantes da economia”. No liberalismo, “a dominação econômica estava fortemente ligada à propriedade jurídica dos meios de produção. [...] A direção da fábrica era exercida por um ou mais proprietários ou seus encarregados diretos, de acordo com o grau de desenvolvimento técnico da época”.²⁵ Por isso, o setor industrial era composto por uma grande quantidade de pequenas empresas. Diferentemente, o capitalismo monopolista é liderado por poucos *managers*, que controlam sozinhos parcelas imensas da produção.

Porém, para Horkheimer, mais significativo do que a passagem de uma forma de regulação capitalista a outra, era a mudança na função dos aparelhos jurídico e político trazida pelas transformações econômicas. Por conseqüência, houve uma mudança na

²⁴ Horkheimer, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *Textos Escolhidos (Os Pensadores)*, São Paulo, Abril Cultural, 1975, p. 158.

²⁵ *Ibidem*, p. 157.

função social da ideologia. A influência crescente da direção e do comando empresarial sobre o conjunto da sociedade, antes restritos às instâncias jurídicas e administrativas mais baixas, atinge um nível tal que alcança o Estado e a organização do poder político. “Surgem então ideologias conectadas estreitamente com estas e outras transformações: a ideologia das grandes personalidades e da diferença entre capitalistas produtivos e capitalistas parasitários”.²⁶

Essa reconfiguração, paralela às mudanças nos altos escalões industriais, é central para manter o núcleo da ordem social à força. Horkheimer utiliza a imagem de uma sociedade dominada por “camarilhas de dirigentes industriais e políticos” para descrever esse fenômeno. A redução no número daqueles que detêm o poder implica a possibilidade da elaboração consciente da ideologia. Por isso, a relação entre as classes tornou-se mediada por aparatos técnicos, como setores de propaganda e comunicação.

No entanto, a tese da centralidade da política em relação à economia, explorada na obra posterior de Horkheimer, aparecia delineada apenas inicialmente. Ele ainda seguia as teorias a respeito dos monopólios, que relacionavam estreitamente o novo capitalismo ao aparecimento das políticas imperialistas. Tanto no texto “Teoria tradicional e teoria crítica” quanto em “Autoridade e família”, Horkheimer descreveu a passagem das disputas restritas ao âmbito nacional para lutas entre nações.

O período clássico desta situação expirou, de fato, com o liberalismo, e a capacidade individual de boas previsões quanto às condições do mercado, cálculo e especulação, numa época como a atual, que não se caracteriza mais pela concorrência de inúmeras vidas independentes, mas pela *luta de gigantescos trustes monopolistas*, se transformaram na *ampla mobilização de nações inteiras para conflitos violentos*.²⁷

A ênfase no período da obra de Horkheimer aqui analisado, quanto às mudanças econômicas, deve recair na maneira como essas transformações sociais foram acompanhadas

²⁶ Ibidem, p. 158.

²⁷ Idem, “Autoridade e família”, *op. cit.*, p. 201, grifos meus.

por uma redefinição das considerações de Horkheimer sobre a classe operária. Podemos observar que já em 1934, data de publicação do texto “Da discussão do racionalismo na filosofia contemporânea”, ele entende situação econômica como uma forma de “capitalismo tardio, que define *a maioria dos indivíduos como simples elementos da massa*”.²⁸

1.3 – Nova configuração dos trabalhadores: a massa

O conceito de “massas” tornou-se central na constelação dos escritos de Horkheimer. Usado tanto pela psicologia social como pela sociologia alemã clássica, o termo foi geralmente usado para indicar a submissão de grandes parcelas da população alemã às condições de domínio nazista. O que cabe indagar, dessa maneira, é se de fato existe um deslocamento do conceito de classe operária nos escritos entre 1933 e 1937 ou se há uma alteração deste, tendo em vista as transformações no capitalismo.

No marxismo, ocorre um duplo uso da expressão. De um lado, ao usar “massas” como sinônimo de classes trabalhadoras, alguns marxistas, entre eles Lenin e Rosa Luxemburgo, quiseram denotar o número crescente e maciço de pessoas que passavam a fazer parte do movimento socialista. Por outro, a acepção de “massa” na teoria crítica, e sobretudo em Horkheimer, passa a ter ligações cada vez maiores com a especificidade que a psicologia social deu ao termo.

O termo “massa” ganha força no século XIX, como reflexo dos processos de industrialização e urbanização executados no capitalismo.²⁹ Ligado à expansão de zonas fabris nas cidades, à formação das metrópoles modernas e ao fenômeno correlato da

²⁸ Idem, “Da discussão do racionalismo na filosofia contemporânea”, *In Teoria Crítica I, op. cit.*, pp. 133-4, grifos meus.

²⁹ Não é coincidência que surjam nesta época textos que abordem o tema, como o livro de Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, O Antigo Regime e a Revolução*, de Alexis de Tocqueville, e mais à frente a sociologia de Durkheim, destacando-se o conceito de anomia, e a obra *Comunidade e Sociedade*, de Ferdinand Tönnies.

atomização cada vez maior dos indivíduos, “procurou-se recentemente utilizar o conceito de massa como chave para a interpretação e compreensão de nossos tempos”,³⁰ ao mesmo tempo em que se procurava implicações para a coesão social e a ordem política. Os movimentos políticos dos trabalhadores contribuíram para o surgimento desse conceito, já que a psicologia social, ao explicar a formação dessas novas manifestações, identificou a massa com o proletariado moderno.³¹

Na Alemanha, a figura de Georg Simmel ganhou destaque por sua análise das massas em meio às rápidas transformações por que passava o país entre o fim do século XIX e o início do século XX. Ante a dissolução das comunidades tradicionais e o avanço das estruturas impessoais do capitalismo, Simmel refletiu a respeito do lugar que o indivíduo passava a ocupar nas novas formas societárias, sobretudo pelo rebaixamento intelectual e moral que aquele sofreria. Assim como em Horkheimer, a relação indivíduo-sociedade era estruturante de sua teoria, muito embora ela tivesse conotações bem diferentes.

Levando em conta as idéias da psicologia social da época, chamava a atenção de Simmel o fato de que os indivíduos numa massa perdessem suas características mais pessoais para compartilhar com os outros membros do grupo características comuns. Particularmente, as massas exibiam um conjunto de sujeitos com atributos intelectuais pouco desenvolvidos, “mais próximos às expressões imediatas e às necessidades da vida”,³² em detrimento da sofisticação e da complexidade que estariam ligadas às capaci-

³⁰ Max Horkheimer e Theodor Adorno, “A massa”, *Temas Básicos de Sociologia*, São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 78. Para uma retrospectiva da palavra “massas”, cf. também *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, organizado por William Outhwaite e Tom Bottomore, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1996, verbete “Sociedade de massa”, pp. 720-1, e *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, verbetes “Massa” e “Massificação”, pp. 726-28.

³¹ “Em Le Bon, como em muitos de seus seguidores, a aparência de uma descrição científico-naturalista das massas mistura-se com uma metafísica da História que repercute, politicamente, na crítica restauradora à Revolução Francesa. Neste período, Le Bon identifica constantemente a ‘Massa’ com o proletariado moderno e o movimento socialista”. Horkheimer e Adorno, “A massa”, *op. cit.*, p. 81.

³² Georg Simmel, *Questões Fundamentais da Sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006, p. 43.

dades desenvolvidas pelos indivíduos. Simmel postulava a semelhança das massas com os “organismo primitivos”, pois tanto as propriedades do grupo quanto as formas de vida mais comuns teriam como semelhante a simplicidade em suas estruturas.

O indivíduo pode possuir tantas qualidades aprimoradas, altamente desenvolvidas, cultivadas quanto quiser – mas é justamente por isso que, quanto mais freqüente isso se dê, tanto mais inverossímil será a igualdade e, portanto, a formação de uma unidade desse indivíduo com as qualidades dos outros. Assim ele irá se orientar para uma dimensão incomparável, e aquilo pelo qual se equipara com os outros de maneira sólida – e que pode formar uma massa única e característica – será reduzido a camadas inferiores e sensorialmente primitivas.³³

No interior das massas, o indivíduo facilmente arruinaria seu caráter. Sua posição elevada e obtida anteriormente à participação no grupo seria apagada, finalmente levando-o a um ponto no qual ele poderia se adequar às características de qualquer um. Essa simplicidade da massa explicaria a radicalidade de suas opiniões e ações, de forma que os sentimentos individuais fossem exacerbados pelo conjunto. O “intelecto” sofreria um recuo por sua vez. Isso explicaria também os crimes cometidos pelo grupo.

A despeito das metáforas organicistas usadas por Simmel para explicar a constituição das massas e as transformações de seus sujeitos, ele não deixou de observar a ligação do tema com a manipulação social que surgia no início do século XX. As mesmas pessoas destituídas de suas comunidades originais passavam a fazer parte das massas anômicas e desenraizadas, alvos das modernas técnicas de organização e comunicação: “qualquer pessoa que tenha pretendido agir sobre as massas sempre consegue fazer isso apelando para os sentimentos, e muito raramente lançando mão da discussão teórica articulada”.³⁴ Esse é um dos aspectos mais salientes quando se fala de massa, e por isso foi usado por uma vasta gama de autores.

A expressão “é especialmente interessante, porque ambivalente: um termo de menosprezo para grande parte do pensamento conservador, mas um termo positivo para

³³ Ibidem, p. 45.

³⁴ Ibidem, p. 52.

grande parte do pensamento socialista”.³⁵ Essa dualidade, que toma a palavra tanto como um sinal de ignorância e instabilidade quanto expressão de uma força social renovadora, foi aprofundada no século XX, com o surgimento de estudos sobre a sociedade de massas e a indústria cultural. Essas pesquisas retomaram as teorias sociais do século anterior para repensar as transformações no capitalismo. Apesar de suas raízes conservadoras, o emprego do termo procurou manter suas conotações emancipatórias, já que a crítica à massificação vê tais acontecimentos como um modo de desarmar ou incorporar a classe trabalhadora, “isto é, são novas modalidades de alienação e de controle, que impedem e pretendem impedir o desenvolvimento de uma consciência *popular* autêntica”.³⁶

A correspondência entre massas e classe operária em Horkheimer dá conta especificamente desses processos ideológicos entre os trabalhadores. Aqui ideologia ainda era vinculada a uma espécie de ilusão. Mas como indicamos anteriormente, a ligação de Horkheimer com a psicanálise abriu novas portas para a teoria marxista. A referência a Freud torna-se, pois, inevitável.³⁷ Só por meio dela é possível entender a especificidade da reflexão da teoria crítica a respeito dos trabalhadores. Além disso, o uso dessa expressão também denota mais uma vez a importância da atenção dada aos processos individuais, melhor dizendo, sobre os efeitos sociais no indivíduo. Uma teoria freudiana das massas não tem por objetivo naturalizar um “espírito coletivo”, ou “instinto gregá-

³⁵ Raymond Williams, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2007, verbete “Massas”, p. 260.

³⁶ Raymond Williams, *Palavras-Chave, op. cit.*, p. 265, grifos originais. Um pouco antes, na mesma página, o autor oferece uma explicação para a inclinação de alguns marxistas ao uso do termo: “Uma parte do uso revolucionário pode ser compreendida a partir do fato de que, em certas condições sociais, os intelectuais revolucionários não vêm do *povo*, e portanto ‘o’ vêm, para além de si próprios, como **massas** com as quais ou para as quais devem trabalhar: as **massas** como objeto ou a **massa** como material a ser elaborado”. Destaques do original.

³⁷ Adorno mostra que Freud, “apesar de pouco interessado na fase política do problema, claramente previu a origem e a natureza dos movimentos fascistas de massa em categorias puramente psicológicas. Se é verdade que o inconsciente do analista percebe o inconsciente do paciente, pode-se também presumir que suas intuições teóricas são capazes de antecipar tendências ainda latentes em um nível racional, mas se manifestando em um nível mais profundo”. “A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. *Margem Esquerda*, nº 7, São Paulo, Boitempo Editorial, 2006, pp. 166-7.

rio”, nos indivíduos, que a partir deste se reuniram em grupos e sociedades. Freud avaliou em que medida o indivíduo se altera na presença das massas, e também como as alterações na vida mental são decisivas para entender a dinâmica dos grupos sociais, de maneira semelhante ao esforço de Horkheimer em descartar um todo coletivo independente dos homens que o constituem. Se a psicologia individual toma o homem de maneira única e explora as maneiras como ele busca encontrar satisfação para seus impulsos, não deixa de ser menos verdadeiro que seu estudo não despreza as relações com o outro. Daí o trecho que abre o texto “Psicologia de Massas e Análise do Eu”: “a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social”.³⁸

Para Freud, o retrocesso transparece na característica mais marcante das massas, o rebaixamento intelectual de seus membros. “Um grupo é extremamente crédulo e aberto à influência; não possui faculdade crítica e o improvável não existe para ele; [...] os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não passam sem elas”.³⁹ A predominância da ilusão é o aspecto que permite aproximar a mente das massas com as mentes de primitivos e neuróticos. Ilusão que nos neuróticos nasce de um desejo irrealizado, e que é fator predominante em sua psicologia. Assim como na neurose, em que os doentes não se guiam pela realidade objetiva comum, mas pela realidade psicológica, a experiência de verificação com a realidade é relegada para o segundo plano. As idéias mais contraditórias entre si existem lado a lado, sem nenhuma contradição.

Freud enfatiza a semelhança com o arcaico, ao comparar a ação massa com os homens primitivos e estes com os neuróticos. Assim como a relação entre o pai da horda e seus filhos baseava-se no mando absoluto, as massas são conduzidas por um líder,

³⁸ Sigmund Freud, “Psicologia de grupo e análise do ego”. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, Imago, Rio de Janeiro, vol. XVIII, p. 91. Decidi por utilizar o termo “massa” em vez de “grupo” porque ele corresponde melhor ao alemão *Massen*, assim como “eu” em relação a *Ich*.

³⁹ *Ibidem*, pp. 101 e 104.

espécie de pai todo-poderoso. Elas são uma revivescência da horda primitiva, como “o grupo [que] ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade”.⁴⁰ A partir daqui é possível entender o que distingue a massa e o que faz ela surgir. Somente é possível compreender como se estabelecem os laços entre os indivíduos numa massa após se considerar a importância que adquire a obediência ao líder.

Temos assim dois lados da explicação. Em um dos eixos, Freud explica o motivo pelo qual os indivíduos numa massa necessitam de um líder, central para entender a união dos indivíduos. Por outro lado, há uma explicação dos motivos que reúnem os indivíduos em tal grupo. Tanto um quanto outro implicam um laço emocional intenso, uma ligação libidinal com o líder e com os outros membros da massa. Quanto à relação entre os indivíduos, o que se estabelece é um processo de identificação entre eles, em que pulsões amorosas (Eros)⁴¹ foram desviadas de seus objetivos originais, sexuais. O narcisismo, que trabalha para a preservação do indivíduo e assim constitui fonte de aversão a estranhos, é limitado no interior deste grupo. Deste modo, “a essência de uma formação de massa consiste em novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo”.⁴²

Mas só isso não seria suficiente para determinar a configuração da massa. A relação com o líder é estruturante porque a partir dela passa a existir uma qualidade emo-

⁴⁰ Ibidem, p. 161.

⁴¹ Freud faz referência à discussão travada no texto “Além do princípio de prazer”. A partir da dificuldade em mostrar que o princípio de prazer é dominante no funcionamento da mente humana, já que a observação de uma compulsão à repetição – que leva o sujeito a se colocar repetitivamente em situações dolorosas – contrariava-o –, Freud passa a considerar dois tipos de pulsões, as pulsões de vida, ou Eros, e as pulsões de morte. Enquanto Eros procura reunir e manter juntas as substâncias vivas, as pulsões de morte, reforçando o caráter mesmo das pulsões – a restauração a um estado anterior de coisas – querem garantir que o organismo siga seu caminho para a morte, um retorno ao estado inorgânico próprio do organismo. A partir disso, o autor pode dizer que as pulsões de vida têm um papel civilizador, já que só Eros “mantém unido tudo o que existe no mundo [...] só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo”. “Psicologia de grupo e análise do ego”, *op. cit.*, pp. 117, 130. Por sua vez, Horkheimer rejeita a concepção de pulsão de morte, pois aí residiria um forte elemento conservador da obra freudiana. Cf. “Egoísmo y movimiento liberador”, *op. cit.*, pp. 215-6.

⁴² Idem, p. 131.

cional comum e, portanto, a identificação entre os indivíduos, a formação de laços entre eles. Outro conceito importante na compreensão das massas é o de ideal do eu, que mais tarde, no texto “O ego e o id” passaria a ser chamado de superego.⁴³ Enquanto uma parte do ego que é sua instância julgadora e crítica, o ideal do ego desenvolve-se como instância separada e em conflito com o ego. A ele são atribuídas funções morais e repressoras e, nesse sentido, constitui um modelo ao qual o sujeito procura conformar-se. Isso permite a Freud dizer que a massa é um grupo com “*um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificam uns com os outros em seu ego*”.⁴⁴ O objeto em questão é o próprio líder.

A identificação é aproximada ao complexo de Édipo, no qual o menino, ao se identificar com o pai, gostaria de ser como ele, moldar seu próprio ego a partir da pessoa tomada como modelo. Da mesma forma, os indivíduos numa massa tomam o líder como um modelo, o que explica o fascínio amoroso e a submissão à sua figura. Não é por acaso que Freud, quando no decorrer do texto associa o amor à hipnose, pode também relacionar o estado hipnótico à formação das massas, chegando mesmo a dizer que ambos são idênticos. A idealização da autoridade, tanto do pai quanto do líder, “como se emanasse de um decreto divino, da natureza das coisas ou da razão, se revela, a um exame mais acurado, como a glorificação de uma instituição economicamente condicionada”, isto é, perpassada pelas relações sociais.⁴⁵

⁴³ Na verdade, existe uma certa dificuldade ao associar-se os dois conceitos. Se por um lado Freud os torna equivalentes em “O ego e o id”, em outros textos e na literatura psicanalítica subsequente os termos não são equivalentes. Cf. Laplanche e Pontalis, *Vocabulário da Psicanálise*, *op. cit.*, verbete “Ideal do ego”, pp. 222-223.

⁴⁴ “Psicologia de grupos e análise do ego”, *op. cit.*, p. 147, grifos do original.

⁴⁵ Horkheimer, “Autoridade e família”, p. 232.

Freud constitui o ponto de partida do ensaio de Fromm na pesquisa sobre autoridade e família, intitulado “Parte sócio-psicológica”,⁴⁶ e que por sua vez é uma das bases para a discussão do tema em Horkheimer. Por isso, este texto servirá como “mediador” entre o conceito de massas e seu sucedâneo, autoridade, central para a compreensão da relação entre classe e domínio. Na avaliação de Fromm, a teoria psicanalítica “fornece uma importante contribuição para responder à seguinte pergunta: como é possível que o poder existente numa sociedade seja efetivamente tão eficaz como nos mostra a história”?⁴⁷ Sua resposta para o problema da aceitação da autoridade reside na alteração da psique individual, em parte por meio do superego, de modo a tornar as massas dóceis aos mandamentos do líder.

É por meio dele que o poder externo se transforma: e se transforma precisamente em um poder interno. As autoridades são internalizadas como representações do poder externo; e o indivíduo age em conformidade com os preceitos e proibições do poder não mais unicamente por medo de punições externas, mas por medo da instância psíquica que ele construiu.⁴⁸

Ao mesmo tempo, o indivíduo atribui ao líder, enquanto figura da autoridade, as características do seu superego, o que impede a crítica racional. O *Führer* funciona na psique individual de maneira semelhante ao pai em relação à criança, e é precisamente por isso que ele ganha tanta importância aos olhos de seu seguidor. “Assim como a criança, através do superego, interioriza o poder que emana do pai, do mesmo modo a manutenção e renovação do superego no adulto repousam constantemente numa interiorização do poder externo”.⁴⁹ Para Fromm, é decisiva a convergência entre autoridade e superego para a docilização e a submissão voluntária. Mas a teoria freudiana conteria uma lacuna

⁴⁶ Não existem versões completas do ensaio a não ser em alemão. Para traduções parciais, cf. os livros *Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*, organizado por Massimo Canevacci, São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 163-75, e *La Scuola di Francoforte: la storia e testi*, organizado por Enrico Donaggio Turim, Einaudi, 2005, pp. 88-117. A primeira referência é um extrato da segunda parte do texto em alemão, “Autoridade e superego: o papel da família”, enquanto o segundo corresponde à quarta e última seção, “O caráter masoquista-autoritário”.

⁴⁷ Fromm, “Autoridade e superego”, *op. cit.*, p. 167.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 168.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 170.

na medida em que não daria conta da ligação entre a família e determinados conteúdos sociais, de maneira que aquela ajude a produzir no indivíduo uma estrutura psíquica socialmente desejada. Fromm acreditava que Freud não tirara todas as conseqüências de sua teoria do superego, porque o concebeu como uma continuação, um herdeiro do complexo de Édipo. “Concepção problemática, por causa da falta de avaliação da conexão entre estrutura familiar e estrutura social em seu conjunto”.⁵⁰ À figura do pai somam-se outras autoridades, dadas pelo contexto social. A autoridade do pai não é acidental, pois se funda na própria estrutura social de autoridade. Ou seja, ele funciona como cópia da autoridade social. Não se trata, pois, de anular a personalidade individual, mas fazer parte de uma mais forte e superior.⁵¹ Esse dado foi importante para a avaliação das condições da reprodução das relações entre trabalhadores e classes dominantes, pois se tratava de verificar os lugares onde era reproduzida essa subordinação, e em que medida a própria sociedade engendrava-os.

Com isso, a relação entre indivíduo e autoridade caracteriza-se pela “ausência de uma luta contra o poder [...]”.⁵² O indivíduo entrega-se completamente a este. Sua agressividade passa a ser dirigida contra os dominados. Não há outro meio de se adaptar a essa sociedade senão o desenvolvimento de uma estrutura de caráter sadomasoquista. Ele deve sofrer sem se lamentar. O resultado é a incapacidade para agir de forma autônoma. “O masoquismo demonstra-se assim uma das condições psíquicas mais importantes para o funcionamento da sociedade, um ingrediente fundamental do cimento que tende a mantê-la unida”.⁵³ O comportamento autoritário-masoquista pode ser definido como uma das faces da reificação, já que seu detentor é incapaz de compreender as es-

⁵⁰ *Ibidem*, p. 172

⁵¹ Fromm diz que o conceito de identificação só pode ser usado numa sociedade democrática, na qual a distância entre comandados e comandantes pode ser ultrapassada. Numa sociedade estritamente autoritária, em que padrões e empregados nasceram para cumprir suas respectivas funções, não pode existir identificação, senão participação nas “glórias do país”. “Masochismo e autoritã”, *op. cit.*, p. 105.

⁵² *Ibidem*, p. 95.

⁵³ *Ibidem*, p. 102.

truturas que regem sua vida e a sociedade. Quem é sujeito à autoridade não precisa escolher, decidir sua própria vida, mas obedecer.

Feitas essas observações a respeito do papel dos conceitos psicanalíticos, especialmente em relação à questão dos vínculos entre autoridade familiar e autoridade social, podemos fazer um breve resumo sobre as relações entre Marx e Freud no interior da teoria de Horkheimer. Devemos pensar a junção entre ambos como um caminho para se pensar a questão daquilo que Marx chamara de superestrutura ideológica. Neste sentido, o termo cultura serve como espécie de elo entre as duas teorias. Enquanto esta superestrutura é o ponto de partida para as elaborações ideológicas – sem esquecer seu fundamento material –, em Freud a cultura é vista como uma maneira que a sociedade encontrara para o ajuste das relações sociais. Existe um paralelismo entre uma teoria do ajuste social e uma teoria da ideologia, na medida em que esta se define enquanto falsa consciência socialmente necessária, isto é, necessária ao funcionamento das relações de classe no capitalismo, de modo a perpetuá-las. A consciência para Marx “é, antes de mais nada, a consciência dos vínculos imediatos da pessoa com os outros indivíduos e com as coisas situadas fora daquele que se torna consciente”, manifestação subjetiva das relações assumidas pelos indivíduos enquanto seres sociais.⁵⁴ Este tipo de observação não escapou aos membros do Instituto, especialmente a Horkheimer, que ressaltou a questão da perpetuação da subordinação dos trabalhadores ao capital. Para isso, seria central a idéia de que o proletariado passaria a vivenciar como suas as relações capitalistas, invertendo a expectativa de estranhamento suposto pela teoria lukácsiana.

⁵⁴ Mauro Iasi, *O Dilema de Hamlet*, São Paulo, Viramundo, 2002, pp. 94 e 106.

1.4 – Autoridade e família, coerção e consenso

Depois dessa breve análise sobre as relações entre o marxismo e a teoria freudiana, convém ressaltar a especificidade da pesquisa “Autoridade e família”. Na introdução da pesquisa, Horkheimer destaca a importância das diversas esferas culturais, ou superestrutura, para manutenção da crença e seu fortalecimento, de maneira que isso constitui uma das mais importantes funções da cultura.⁵⁵ Tendo em vista as questões acima esboçadas e a pesquisa anterior com os trabalhadores e empregados na Alemanha, o Instituto indagou sobre as razões que levaram os trabalhadores a assumir posições autoritárias. Os resultados da nova pesquisa foram divididos em três partes. A primeira era formada por textos teóricos – respectivamente de Horkheimer, Fromm e Marcuse – que descreviam a constituição e o desenvolvimento das relações de autoridade na história do capitalismo, assim como a especificidade da psicanálise para o entendimento do problema. A segunda continha os questionários utilizados, e, por fim, a terceira era composta por relatórios e resenhas bibliográficas.⁵⁶

Um exame mais detalhado das principais idéias contidas no texto de Horkheimer, “Autoridade e Família”,⁵⁷ requer o cotejo com os outros textos que fizeram parte do projeto original, e também com a pesquisa empírica. Nesse sentido, antes de abordar o ensaio de Horkheimer, serão postas em relevo algumas idéias presentes no artigo de Marcuse, pois possibilitam visualizar de maneira mais nítida o cerne do artigo geral dos estudos.

⁵⁵ Horkheimer, *Studien über Autorität und Familie*, Lüneberg, zu Klampen, 1987, p. VIII. Para informações mais detalhadas, cf. Wiggershaus, *A Escola de Frankfurt*, *op. cit.*, pp. 179-85, e Jay, *The Dialectical Imagination*, *op. cit.*, pp. 124-135.

⁵⁶ As perguntas são as mesmas da pesquisa anterior, *The Working Class in Weimar Germany*, *op. cit.* Na verdade, o editor deste livro resgatou as perguntas da pesquisa de 1935 para reconstruir a de 1929. No presente capítulo, vamos nos concentrar apenas nos textos teóricos, já que estes “não utilizavam nunca os dados fornecidos pelos relatórios do questionário, da pesquisa e da bibliografia”, como apontou Wiggershaus.

⁵⁷ No original alemão, o título do ensaio é “Parte geral”. A tradução brasileira traz a expressão como subtítulo do texto de Horkheimer.

Marcuse abre seu ensaio abordando os dois pólos sobre os quais gravitou o conceito de autoridade:

[...] uma certa medida de liberdade (liberdade de vontade: reconhecimento e aceitação do portador da autoridade que não se baseia na simples coerção) e, por outro lado, submissão, subordinação da própria vontade e até mesmo do próprio pensamento, da própria razão à vontade autoritativa do outro [...]. A teoria [e a prática] burguesa empreendeu todos os esforços no sentido de justificar essas contradições e antagonismos [que se apresentam tanto na sociedade como na teoria].⁵⁸

Fica claro porque o estudo do pensamento burguês a respeito da autoridade foi o alvo de Marcuse. Se por um lado a dominação social se exerce de forma material, por meio da violência, esta não é suficiente para manter um todo social coeso, por outro. Para isso, é preciso mobilizar elementos culturais e atividade psíquica.

Quanto ao problema da autoridade e as concepções que implicam ao domínio de classes, o texto de Marcuse detém-se nas considerações que Marx tece sobre o assunto, como ponto de partida para relacionar autoridade e dominação. “Marx se defronta com a autoridade como uma relação de dependência no processo capitalista de produção. Em sua análise não se trata, portanto, da autoridade em si mesma, mas como fator imanente às relações de produção de uma determinada sociedade”.⁵⁹ Com essa citação, podemos perceber como o projeto de atualização do marxismo empreendido por Horkheimer pode ser compreendido, na medida em que para ele não bastava apontar o despotismo do capital na fábrica. O capitalista deve exercer vigilância sobre o processo de trabalho para que o próprio trabalho não seja desperdiçado – e, por conseguinte, não se perca mais-valia, de modo a não ocorrer “nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam

⁵⁸ Herbert Marcuse, “Estudo sobre a autoridade e família”, *Idéias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pp. 56-7.

⁵⁹ Marcuse, “Estudo sobre autoridade e família”, *op. cit.*, p. 135. Lembremos que essa dependência se resume no fato de que todo trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho ao capitalista. “O ‘ofício’ de direção não se manifesta pela organização factual-razional do processo do trabalho, e sim se apresenta incluído na propriedade dos meios de produção: ele se torna privilégio do capitalismo”. *Ibidem*, p. 137.

nem entram no produto da formação de valor”.⁶⁰ Quando Marx comenta o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria, que possibilitaram extrair o máximo de mais-valia – elevando a produtividade do trabalho – e subordinar por completo o cesso de trabalho à vontade do capital, ele mostra como o trabalhador tornou-se um mero apêndice da máquina, ao invés de servir-se dela para produzir. Foi preciso um aparato autoritário de regulamentação para que o trabalhador permanecesse preso a esse mecanismo.

A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos níveis etários geram uma *disciplina de caserna*, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão, já antes aventado, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em *soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria*.⁶¹

A ligação entre o tema da autoridade e a idéia de que a fábrica capitalista se organiza tal qual um exército não é um mero acaso. Os trabalhadores no processo de produção capitalista devem obedecer aos representantes do capital tal como os soldados perante seus comandantes, sem maiores questionamentos e insubordinações. E mesmo antes do advento da grande indústria o capital já exercia seu poder desta forma, pois a “divisão manufatureira do trabalho pressupõe a *autoridade incondicional do capitalista* sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence”.⁶² Como o autor diria algumas linhas depois, a divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente. “A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores”.⁶³

O código fabril, em que o capital formula, por lei privada e autoridade própria, sua autocracia sobre seus trabalhadores, sem a divisão dos poderes tão cara fora daí à burgue-

⁶⁰ Marx, *O Capital*, vol. I, t. 1, *op. cit.*, p. 161.

⁶¹ Idem, *O Capital*, vol. I, t. 2, *op. cit.*, p. 44, grifos meus.

⁶² Idem, *O Capital*, vol. I, t. 1, *op. cit.*, p. 280, grifos meus.

⁶³ Ibidem, p. 283.

sia e sem o ainda mais amado sistema representativo, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e a utilização de meios coletivos de trabalho, notadamente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salário, e a sagacidade legislativa desses Licurgos fabris faz com que a violação de suas leis lhes seja onde possível ainda mais rendosa do que sua observância.⁶⁴

No *Manifesto Comunista*, a idéia de uma estabilização do capitalismo já se fazia presente, trazendo consigo a descrição de um processo de submissão entre trabalho e capital, mais uma vez com metáforas militares:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados rasos da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse *despotismo* é tanto mais mesquinho, mais odioso e exasperador quanto maior é a franqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo.⁶⁵

A necessidade de explicar os elos entre a “personalidade” dos trabalhadores e a permanência do capitalismo fez com que Horkheimer e outros membros do Instituto levassem em conta justamente os mecanismos com que o capital empreendia o domínio da reificação para além da esfera da produção. Mas não se trata, bem entendido, de uma recusa da exposição de Marx n’*O Capital*, e sim de ponto de partida. O processo de produção influencia os homens não só de maneira direta e atual, como se experimenta no processo de trabalho, mas também dentro de instituições fixas, como a família, a escola e a religião.

Mesmo que a direção e o andamento deste processo sejam determinados em última instância, pelas normalidades do aparelho econômico da sociedade, o modo de agir dos homens, porém, num dado instante, não pode ser explicado somente pelos processos econômicos que ocorram no momento imediatamente anterior. Ao contrário, os diversos grupos sempre agem com base no caráter típico de seus membros, que se formou em conexão tanto com a evolução social anterior quanto com atual. Este caráter origina-se da atuação da totalidade de instituições sociais que funcionaram de maneira específica

⁶⁴ Idem, *O Capital*, vol. I, t. 2, *op. cit.*, p. 45.

⁶⁵ Marx e Engels, *Manifesto Comunista*, *op. cit.*, p. 46, grifo meu. No texto citado de Marcuse, há um comentário feito com base nessa citação de Marx: “Na medida em que a dominação autoritária do capitalista é ‘uma exigência direta para a própria concretização do trabalho’, ela é uma condição real da produção e seu comando no campo da produção é tão indispensável como o comando do general no campo de batalha”. “Estudo sobre autoridade e família”, *op. cit.*, p. 136.

para cada camada social. [...] Para compreender o problema por que uma sociedade funciona de maneira determinada, por que ela é estável ou se desagrega, torna-se necessário, portanto, conhecer a respectiva constituição psíquica dos homens nos diversos grupos sociais, saber como seu caráter se formou em conexão com todas as forças culturais da época.⁶⁶

A idéia de Marx, de que o código fabril é um resumo da regulação social do processo de produção, pode ser muito proveitosa nesse sentido. Como a crise capitalista poderia agravar o questionamento de toda a estrutura de subordinação do trabalho ao capital, foi preciso que se levantasse um aparato ideológico, fincando raízes justamente no modo como a produção capitalista funcionava, de maneira a fazer com que todos aqueles que tivessem de vender sua força de trabalho o fizessem sem maiores questionamentos, de forma interiorizada.

Dito de outra maneira: se a revolução não foi realizada pelos trabalhadores, como se esperava, se a subordinação do trabalho ao capital não foi posta em xeque, deveria haver algo além da produção que mantivesse essa subordinação em funcionamento. Contudo, isso não quer dizer que o domínio básico do trabalho ao capital tenha sido posto de lado. Ao contrário, é a partir desta relação de dominação que se espelham as relações de autoridade no capitalismo. Daí que Marcuse diga que o despotismo na fábrica seja apenas um dos aspectos da relação de autoridade no capitalismo, já que a crescente necessidade de mais-valia, e a conseqüente exploração e resistência dos trabalhadores, faz com que se torne maior a pressão do domínio autoritário do capital. “A forma específica do processo de trabalho capitalista determina a forma das relações de autoridade vigentes na sociedade capitalista”.⁶⁷

Esta análise das relações de autoridade imediatamente decorrentes do processo de produção mostra também como a personificação irracional da autoridade, típica do período posterior [nazista], se baseia na essência do processo capitalista de produção. Mostra, ainda, como a justaposição de atitudes autoritárias e antiautoritárias, que pudemos observar em toda a filosofia burguesa, também decorre do caráter específico desse processo.⁶⁸

⁶⁶ Horkheimer, “Autoridade e família”, *op. cit.*, p. 180.

⁶⁷ Marcuse, “Estudo sobre autoridade e família”, *op. cit.*, p. 136.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 137-8.

Dessa maneira, há uma extensão do despotismo da fábrica para outros de âmbitos da vida social.

A relação autoritária torna-se velada aos olhos dos trabalhadores, reificada, para sermos mais precisos: “No sistema de trabalho que, no século XIX, chegou a predominar em geral na Europa e tem nas cidades uma longa pré-história, a relação entre patrão e trabalhadores está fundamentada no chamado contrato livre”.⁶⁹ A decisão de se submeter ao capitalista estaria baseada na decisão dos próprios trabalhadores, como espécie de servidão voluntária. “Se ambas as partes da relação trabalhista parecem livres, abs-trai-se daí sub-repticiamente que a obrigação de entrar nesta relação atua de forma diferente”. O trabalhador, que na expressão de Marx aparece “livre como um pássaro”,⁷⁰ é obrigado a vender sua força de trabalho, pois “é pobre e tem contra si toda a concorrência de sua própria classe, na escala nacional e na internacional. Atrás de cada indivíduo estão diretamente a fome e a miséria”.⁷¹ A relação de domínio é ocultada no auge da era burguesa pela aparente independência que os sujeitos econômicos teriam, e por meio também domesticação das exigências de prazer e liberdade. A autoridade, do mesmo modo que o proletariado, sofre com as conseqüências da reificação. Na sociedade burguesa, ela é vista como uma característica fixa, uma qualidade natural e inevitável do superior. No entanto, as profundas alterações nas relações de classe forçaram a um reajuste nas relações de autoridade.

Em vista das novas tarefas que impusera o ordenamento econômico, a burguesia teve que educar seus membros num grau de autodisciplina, de responsabilidade e de amor ao trabalho maior que o requerido em uma época anterior, caracterizada por uma economia pouco dinâmica, que se desenvolvia dentro de regras fixas.⁷²

⁶⁹ Ibidem, p. 204.

⁷⁰ Tradução de *Vogelfrei*, que em alemão denota tanto “livre como um pássaro”, quanto pessoas que estão fora da lei, pois perderam suas funções no processo de produção e passaram a mendigar e a roubar.

⁷¹ Ibidem, p. 205.

⁷² Horkheimer, “Egoísmo y movimiento liberador”, p. 191.

Essas transformações necessárias no íntimo dos dominados não afetaram diretamente a estrutura econômica da sociedade, mas ajudaram a promover e ampliar a posição social da burguesia. Desta maneira, Horkheimer segue em alguma medida as formulações de Engels sobre a retroação da superestrutura sobre a base material do capitalismo. “Com o fortalecimento de um pequeno grupo de monopolistas, possibilitado pela concentração e centralização de capitais, a atividade cultural se define, de uma maneira cada vez mais exclusiva, como dominação sobre as massas”.⁷³ Diferentemente da revolução burguesa, em que as massas foram movidas em seu elemento consciente, devendo ser constantemente convencidas de sua importância para o sucesso do movimento contra o Antigo Regime, na contra-revolução as massas tornaram-se simplesmente instrumento de vingança contra os grupos avançados da sociedade capitalista, contrapondo-se a qualquer reordenamento social. “A existência de positividade e submissão, que ameaça também tornar insensíveis à teoria os grupos mais avançados da sociedade, afeta não só a teoria, mas também a *práxis* liberadora”.⁷⁴

Horkheimer busca na psicanálise uma noção importante para entender o funcionamento da dominação capitalista, a interiorização – processo pelo qual certas relações intersubjetivas são transformadas em relações intra-subjetivas. Na sociedade de classes, o aparelho psíquico dos homens opera essa interiorização da violência física – já que não pode haver domínio de classe sem um mínimo de coerção, além de sua racionalização e complementação.

Com as transformações do capitalismo e das relações de classe, a teoria da base/superestrutura teria de ser vista de maneira diferenciada. Já mostramos a necessidade de ir além de uma concepção rígida, que enxergava a superestrutura ideológica como mero reflexo da base econômica. Isso seria pressupor uma fixidez que o capitalismo não

⁷³ Ibidem, p. 192.

⁷⁴ Idem, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *op. cit.*, p. 156.

apresentou na realidade. Ao contrário, para que sua “maleabilidade”, isto é, sua capacidade de adaptação às crises fosse corretamente observada, seria preciso ter em mente que “entre todas as suas partes e esferas subordinadas [existe] uma ação recíproca”.⁷⁵ A despeito do funcionamento normal da sociedade capitalista, com a subordinação do trabalho ao capital, a mais-valia, etc., os processos econômicos “são regidos por tendências que alteram tanto a posição das classes sociais entre si quanto as relações entre todas as esferas de vida e, finalmente, levam ao declínio ou à dominação das culturas em questão”.⁷⁶ A classe operária, juntamente com a crise, lançou um desafio à sobrevivência do sistema. Parafraseando Lampedusa, foi preciso que as próprias relações de classe se alterassem, sobretudo em seu vínculo com a ideologia, para que tudo permanecesse como antes, com os trabalhadores continuando a prestar seus serviços ao capital. Mas as novas condições sociais implicaram novas formas de relação entre as classes.

As transformações no capitalismo engendraram uma nova configuração nas relações entre a base material da sociedade e a cultura. “A dependência da cultura frente às relações sociais mudará até nos mínimos detalhes, na medida mesma das mudanças ocorridas nestas relações sociais”.⁷⁷ O processo econômico passou a determinar os homens de maneira mais direta, pois a consciência de classe, que poderia opor-se à reificação, encontrava-se totalmente submetida. Ou ainda, é como se as idéias da classe trabalhadora refletissem diretamente o momento econômico e político, sem qualquer forma de mediação crítica, impossibilitando outra relação que não fosse de subordinação. “Mesmo os grupos mais avançados da sociedade são desencorajados, tomados pela total desorientação reinante”.⁷⁸ A transição do capitalismo liberal para o monopolista, caracterizada pela concentração e centralização do capital, trouxe consigo mudanças nas fun-

⁷⁵ *Ibidem*, p. 179.

⁷⁶ *Ibidem*, *loc. cit.*

⁷⁷ *Ibidem*, p. 158.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 159.

ções dos aparelhos jurídico e político, e, sobretudo, uma mudança na função da ideologia.

As explicações dos fenômenos sociais tornaram-se mais fáceis e, ao mesmo tempo, mais complexas. Mais fáceis porque o econômico determina os homens de uma forma mais direta e mais consciente, e porque a força relativa de resistência e a substancialidade das esferas culturais se encontram num processo de desaparecimento. Mais complexas porque a dinâmica econômica desenfreada degrada a maioria dos indivíduos à condição de meros instrumentos e traz constantemente, em curto espaço de tempo, novos espectros e infortúnios.⁷⁹

Isso justifica a tese de que o regime nacional-socialista é uma forma de afirmação da sociedade capitalista em sua tentativa de regular a vida e a atividade dos trabalhadores, ainda que por meio de profundas transformações políticas. A coação pura e simples não seria suficiente para explicar por que as classes dominadas continuavam a se manter nessa posição, mesmo em situações de crise. O sistema de comportamentos condicionados nos homens, o ajuste psíquico diante da realidade material, é conservado porque o abandono de uma velha estrutura de vida exige um grande esforço psíquico.

Todo um sistema de instituições, pertencente ele mesmo à estrutura da sociedade, se acha em ação recíproca com esta determinada condição psíquica, de tal forma que ele, de um lado, reforça-a continuamente e ajuda a reproduzir-se e, de outro, ele mesmo é conservado e fomentado por ela.⁸⁰

Dessa maneira, persiste uma idéia fundamental: não é suficiente que as condições materiais tragam consigo a possibilidade de outra forma de sociedade. O descompasso entre produção material e idéias, já apontado na primeira pesquisa, só tendeu a ser reforçado num momento de contra-revolução – diferentemente do que pensava Lukács, para quem o problema quase se resumia a uma simples tomada de consciência, não observando que essa mesma consciência “para-si” dependia inteiramente das condições materiais.

Diante da dupla ameaça, da classe operária e da crise econômica, os capitalistas confiaram cada vez mais nas instâncias de violência, e por isso a ideologia tornou-se um elemento unificador da estrutura social. As causas para esse fato já estavam esboçados

⁷⁹ *Ibidem, loc. cit.*

⁸⁰ *Idem, “Autoridade e Família”, op. cit., p. 189.*

na obra anterior do Instituto, e seriam retomadas com força a partir de 1933, principalmente na ênfase que os aspectos psíquicos, para não dizer individuais e particulares, ganhavam na realidade social. Assim, a explicação que Horkheimer fornecia para as mudanças na ideologia foram semelhantes àquela esboçada na pesquisa de 1929-31:

[...] a mudança psíquica é mais lenta do que a mudança econômica, e enquanto uma classe pode desenvolver de uma maneira relativamente unificada no que concerne o aspecto econômico, psiquicamente pode ser apenas os mais avançados elementos aqueles que exibem uma estrutura psíquica relativamente pura; enquanto isso a classe como um todo se movimenta apenas sutil e tendencialmente. Novamente, outros elementos da classe podem ser muito avançados em suas visões políticas, mas muito reacionários em suas atitudes emocionais. Essa dualidade, que é de interesse particular para nós, pode ser estudada no contexto de nosso segundo complexo de questões a respeito da atitude quanto à autoridade.⁸¹

De fato, a pesquisa de 1935 mostrou que não existia uma dualidade entre opiniões políticas e atitudes autoritárias. Ambas estavam imbricadas, de modo que somente o vínculo com as estruturas de reprodução do capitalismo poderia explicar essa aparente dualidade. Evidentemente, aqui também entra em jogo o quanto as concepções políticas da classe e do movimento operário da época não estavam imbuídas elas mesmas de traços autoritários. Posto isso, Horkheimer pôde afirmar que “fortalecer no íntimo dos próprios dominados o necessário domínio dos homens pelos homens que determina a forma da história até agora, foi uma das funções de todo o mecanismo cultural das diversas épocas”.⁸²

Quando Horkheimer define o seu conceito autoridade, não se trata somente de pôr em questão “aqueles modos de atuar internos e externos nos quais os homens se sujeitam a uma instância alheia”, mas destacar antes de tudo que esta “ação autoritária pode residir no interesse real e consciente de indivíduos e grupos”,⁸³ isto é, que reside uma contradição no próprio conceito de autoridade. Mais do que constatar a aceitação do domínio, Horkheimer explicita que a subordinação vai muitas vezes ao encontro dos

⁸¹ Ibidem, p. 209.

⁸² Ibidem, p. 191.

⁸³ Ibidem, p. 193.

desejos dos subordinados. Na estrutura da sociedade capitalista, é quase impossível desenvolver a personalidade para as relações sociais sem que isso ocorra. Ou seja, a relação de autoridade se retroalimenta.

Cabe retomar a importância da família enquanto lugar privilegiado para a relação dos indivíduos com a autoridade e sua consolidação. Sobretudo porque a família é a primeira instância de socialização, influência central nas condições de desenvolvimento do ser humano.

A família cuida, como uma das componentes educativas mais importantes, da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes empresta em grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente autoritário do qual amplamente a sobrevivência da ordem burguesa.⁸⁴

Dessa forma, se a intenção de Horkheimer era levar em conta a constituição psíquica dos trabalhadores, tornava-se necessária a passagem por essa instituição social, e entender como ela articulava os elementos para uma personalidade autoritária. A educação para o trabalho e o reconhecimento do mando que o capitalismo impõe são realizados em boa medida aqui.

Assim, é possível que, não só das camadas da alta burguesia, mas também de muitos grupos de trabalhadores e empregados, surjam sempre novas gerações que não questionem a estrutura do sistema econômico e social, mas o aceitem como natural e eterno e deixem ainda que seu descontentamento e rebelião se transformem em forças executantes da ordem vigente.⁸⁵

Em suma, a família no capitalismo educa a criança para o reconhecimento da hierarquia social. Com essa formação, o indivíduo aprende a atribuir todos os fracassos de sua vida a si mesmo, e não à estrutura social, como já havia apontado Fromm com sua tese do caráter sadomasoquista. Toda e qualquer energia que pudesse ser contrária às próprias circunstâncias que engendraram essa condição são absorvidas pela psique autoritária.

A crise da sociedade burguesa alterou a estrutura clássica da família burguesa, em que o pai equivale à figura da autoridade social, à autoridade do patrão na fábrica, já

⁸⁴ Ibidem, p. 214.

⁸⁵ Ibidem, p. 221.

que ele é o provedor, aquele que traz dinheiro para a casa. Com o desemprego maciço que se observava nos anos 1930, especialmente nas classes mais baixas, esse papel tende a entrar em decadência. Por outro lado, a figura da autoridade, necessária à dominação, passa a ser exercida diretamente pelo Estado, e por isso a importância do *Führer* como um líder de massas. A estrutura da autoridade pode ser mantida mesmo que o pai perca sua função econômica: “a família naturalmente imprescindível torna-se agora um problema de mera técnica governamental”.⁸⁶

No entanto, a autoridade pode gerar

tanto condições progressistas, favoráveis ao desenvolvimento das forças humanas, correspondentes ao interesse dos participantes, quanto um conjunto de relações e idéias sociais sustentadas artificialmente e há muito falseadas que contrariam os interesses reais da comunidade.⁸⁷

Com essa reflexão, Horkheimer pôde fazer uma aposta no texto, elegendo um lugar especial para que essa contradição surgisse de maneira explosiva, a família proletária. A família pode ser um lugar de resistência, de antagonismo em relação ao ambiente cultural prevalecente, pois é um lugar onde os indivíduos encontram lugar para expressar seus sofrimentos.

Em si mesmo, o conceito de autoridade não expressa uma relação puramente negativa, tanto numa sociedade onde impera o domínio de uma classe e “a submissão cega e servil, que *subjetivamente resulta de indolência psíquica e incapacidade de tomar uma decisão própria* e objetivamente contribui para a continuação de condições limitadoras indignas”, quanto a possibilidade de uma sociedade emancipada, em que trabalho e autoridade se relacionariam de modo diverso.⁸⁸

⁸⁶ Ibidem, p. 236.

⁸⁷ Ibidem, p. 193.

⁸⁸ Ibidem, *loc. cit.* Cf. o texto de Marcuse para a problematização da autoridade numa sociedade livre de exploração: “é um ‘contra-senso’ colocar o princípio da autoridade como absolutamente mau, e o princípio da autonomia como absolutamente bom. Existe uma autoridade que é inseparável da ‘organização em geral’: uma subordinação, baseada em condições factual-rationais, a uma direção e eficácia reais – a disciplina do trabalho. Essa autoridade coisa é necessária em qualquer organização social; ela terá também uma função importante na sociedade futura. De qualquer forma, essa sociedade só permitirá a autori-

A imposição de uma disciplina a todas as camadas da população, fruto da necessidade de adaptar as massas ao modo de produção burguês, reatou sobre o desenvolvimento dessa forma de economia: não só o inaudito aperfeiçoamento da técnica, a simplificação do processo de trabalho, em uma palavra, o aumento do poder do homem sobre a natureza, mas também os pressupostos humanos de uma forma mais alta de sociedade, são impensáveis sem esse processo de espiritualização ou interiorização.⁸⁹

Tal aposta na família proletária reside apóia-se neste último aspecto da autoridade. Tratava-se aqui dos momentos derradeiros em que Horkheimer atribuía à classe proletária alguma positividade, no sentido de que ela pudesse escapar tanto da dominação capitalista quanto da reificação. Essa possibilidade deitava suas raízes na própria crise do capitalismo. Dada a pobreza, existia a chance de que “vínculos comunitários” se desenvolvessem em seu núcleo.

Mesmo que a grande massa das famílias proletárias, especialmente nas épocas de condições razoavelmente suportáveis o mercado de trabalho, seguisse o padrão da família burguesa, sobretudo nos primórdios do capitalismo, tenha atingido formas atrozes em consequência da obrigação de fazer as crianças trabalharem, ainda sim outras relações também são aplicadas a estas famílias.⁹⁰

Para Horkheimer, ainda era possível que este sentimento de solidariedade originado na família proletária fosse externado para os conflitos de classe.

Uma dominação de classe só pode ser racional e aceitável se a classe dominante conseguir impor razões para tal. Do contrário, a possibilidade de uma abertura na consciência e na atividade dos trabalhadores estava aberta para o desvelamento da subordinação. Esse parecia o cenário, pelo menos no que diz respeito à ausência de uma clara hegemonia burguesa na Alemanha. O sinal mais claro desta crise de legitimidade seria a necessidade da ascensão dos grupos nazistas à política institucional, para que fosse possível contornar os problemas do capitalismo alemão.

Mas quando Horkheimer destaca o papel da família proletária, ele não queria enfatizar a possibilidade de atos conscientes dos operários contra o regime nazi-fascista,

dade dentro do limite ‘indispensavelmente traçado pelas relações de produção’”. “Estudo sobre autoridade e família”, *op. cit.*, p. 140. Marcuse cita em seu ensaio um artigo de Engels, “Sobre a autoridade”, de 1873.

⁸⁹ Horkheimer, “Egoísmo y movimiento liberador”, p. 180.

⁹⁰ Idem, “Autoridade e família”, *op. cit.*, p. 233.

tendo em vista que a família é um mediador entre sociedade e indivíduo. Era preciso formar um novo tipo de indivíduo: “[...] a afirmação e negação na consciência ainda quer dizer muito pouco sobre a eficácia da relação na vida íntima do indivíduo”.⁹¹ Tratava-se de apostar ainda no ser social da classe, ou seja, numa espécie de capacidade inerente de revoltar-se contra o estabelecido.

Se voltarmos nossa atenção às formulações de Horkheimer sobre a teoria crítica em 1937, parece ficar evidente que o autor reconheceu a derrota da aposta na resistência da classe operária. O que antes parecia uma ligação quase natural entre marxismo e movimento operário adquire contornos cada vez mais dramáticos. Toda a história anterior apontava na direção de uma revolução que não tardaria a chegar. No entanto, as transformações que vimos até agora dariam novas cores à relação entre marxismo e proletariado. Uma frase de Horkheimer em “Teoria tradicional e teoria crítica” é emblemática desta angústia vivida com o domínio fascista, e resume bem a que conclusões chegaram as pesquisas do Instituto: “Para a grande maioria dos dominados prevalece o medo inconsciente de que o pensamento teórico faça aparecer como supérflua a acomodação deles à realidade, o que foi conseguido com tanto esforço”.⁹² Com isso, podemos passar ao exame detalhado deste texto e um de seus temas centrais, as mudanças nas relações entre marxismo e classe trabalhadora.

2 – Relação entre teórico e classe

Diante da derrota dos movimentos operários e de esquerda, Horkheimer se encarrega no artigo “Sobre o problema da verdade” (1935) de defender a permanência e a necessidade de uma teoria crítica da sociedade. Aparentemente, com o fracasso da revolução proletária, nada mais restaria à análise marxista se sua base social estava solapada

⁹¹ Horkheimer, “Autoridade e família”, *op. cit.*, p. 194.

⁹² *Ibidem*, p. 154.

e completamente dominada. É verdade que a teoria marxista, ao menos pensava o autor na data, correspondia a uma determinada posição social, ligada ao horizonte e interesse de certos grupos. Grupos estes que apresentavam “o estado físico e psíquico miserável das massas e a situação crítica do todo”.⁹³ Mas isto “significa [que] a derrota das forças libertadoras [seja] o desmentido de sua teoria”?⁹⁴

O título deste texto não é gratuito. Quando o autor discute, ainda que brevemente, o vínculo entre marxismo e classe operária no momento de derrota frente ao nazismo, a manutenção do fundamento da crítica continua a remeter à teoria lukácsiana da consciência de classe. A ligação entre classe social e verdade é mantida, mesmo que de forma menos imediata do que em *História e Consciência de Classe*. Marxismo e classe trabalhadora estão essencialmente ligados, já que esta vive as contradições entre forças produtivas e relações de produção:

*Os pontos de vista que a teoria crítica retira da análise histórica como metas da atividade humana, principalmente a idéia de uma organização social racional correspondente ao interesse de todos, são imanentes ao trabalho humano, sem que os indivíduos ou o espírito público os tenham presentes de forma correta. É necessário uma determinada direção do interesse para descobrir e assimilar essas tendências. Que essas são produzidas necessariamente no proletariado, a classe diretamente produtiva, é a lição de Marx e Engels. Devido a sua situação na sociedade moderna, o proletariado vivencia o nexo entre o trabalho que fornece aos homens, em sua luta com a natureza, ferramentas cada vez mais poderosas, e a renovação constante de uma organização obsoleta, que o faz cada vez mais miserável.*⁹⁵

Já em “Teoria tradicional e teoria crítica”, de 1937, Horkheimer estabelece uma correspondência entre a relação sujeito-objeto e aquela entre teórico e classe. Ambas são condicionadas pelo processo histórico, o que não implica a inexistência de modificações no pensamento.

O texto apresenta a teoria crítica – codinome que Horkheimer dá ao marxismo – em dois momentos. O primeiro conceitualiza-a de maneira normativa, em contraposição à ciência e à filosofia, isto é, como o marxismo tem por característica central o reconhe-

⁹³ Idem, “Sobre o problema da verdade”. *Teoria Crítica I, op. cit.*, p. 154.

⁹⁴ Ibidem, p. 158.

⁹⁵ Idem, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *op. cit.*, p. 142. Grifos meus.

cimento de que os homens são dominados por um mecanismo social acima de sua vontade, ao mesmo tempo em que preza pela superação deste estado de coisas. Desse modo, a teoria é definida de maneira próxima à concepção de Lukács, como a autoconsciência da sociedade capitalista. “Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser *contradição consciente*”,⁹⁶ na medida em que os homens reconhecem o mundo em que vivem como produto de seu trabalho – numa alusão ao conceito marxiano de alienação. No entanto, ao contrário do crítico húngaro, para quem a classe trabalhadora encarnava essa contradição, Horkheimer não acredita que a intenção consciente de mudar a estrutura do capitalismo seja suficiente para essa mudança. “Os homens renovam com seu próprio trabalho uma realidade que os escraviza em medida crescente e os ameaça com todo tipo de miséria”.⁹⁷ O marxismo não deve, segundo Horkheimer, restringir-se à ação das classes oprimidas, considerando que os trabalhadores nem sempre têm consciência dos movimentos efetivos do capitalismo. Existe uma tensão necessária entre os dois.

O teórico, cuja única ocupação consiste em acelerar o desenvolvimento que deve levar à sociedade sem injustiça, pode encontrar-se numa situação contrária aos pontos de vista que, como foi exposto acima, predominam justamente entre os explorados. Sem a possibilidade desse conflito não seria necessária nenhuma teoria; ela seria algo espontâneo naqueles que dela necessitassem.⁹⁸

O marxismo não surgiu diretamente dos movimentos operários, mas a ele se juntou em determinado momento. Por isso, Horkheimer enfatiza a impossibilidade do surgimento espontâneo da teoria e do comportamento crítico no seio do proletariado, ainda mais numa época de terror fascista e pouca resistência dos movimentos operários. Em virtude desta situação abismal entre os dois pólos, ele dirá que “a tarefa do teórico crítico é su-

⁹⁶ Ibidem, p. 138. Alguns parágrafos antes, Horkheimer diz isso com todas as letras: “a ciência natural matemática, que aparece como *logos* eterno, não é a que constitui atualmente o autoconhecimento do homem, mas a teoria crítica da sociedade atual, teoria esta impregnada do interesse por um estado racional”, p. 132. Para a posição de Lukács, cf. *História e Consciência de Classe*, *op. cit.*, p. 239.

⁹⁷ Horkheimer, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *op. cit.*, p. 142.

⁹⁸ Ibidem, p. 148.

perar a tensão entre a sua compreensão e a humanidade oprimida”.⁹⁹ O autor não tinha em mente uma “teoria da vanguarda” proletária, à maneira de Kautsky e Lenin, e nem parece possível dizer que o intelectual crítico devesse assumir uma tarefa nista”, ou seja, mostrar à classe reificada sua efetiva situação social de maneira externa.

A vanguarda necessita de inteligência para a luta política, não de lições acadêmicas sobre sua pretensa posição. Ainda mais agora que mesmo as forças libertadoras da Europa estão desorientadas e tentam organizar-se de novo, que tudo depende de nuances dentro do próprio movimento, que a indiferença frente a determinados conteúdos, proveniente da derrota, desespero e burocracia corrupta, ameaça aniquilar toda sua espontaneidade, experiência e conhecimento das massas [...].¹⁰⁰

É preciso, sim, um trabalho crítico conjunto entre ambos. Somente este “confronto entre os setores mais progressistas da classe e os indivíduos que exprimem a verdade delas e, além disso, o confronto entre esses setores inclusive os seus teóricos e o resto da classe”, pode pôr em funcionamento a consciência de classe necessária à revolução, “pois é justamente dentro dessas camadas que esses grupos se encontram ativos”.¹⁰¹ No momento em que os trabalhadores são incapazes de reconhecer a ideologia inscrita na dominação capitalista, faz-se necessário o trabalho teórico. Por outro lado, este não pode ser realizado sem a referência direta ao ser da classe, às atividades práticas e cotidianas – mesmo num período de refluxo. Não são os intelectuais a fonte da teoria, embora eles sejam fundamentais. A todo momento é necessária a remissão às forças que impulsionam o capitalismo.

Uma segunda apresentação da teoria crítica se faz a partir do fracasso momentâneo que esse “comportamento” apresentou diante do presente histórico. É essa derrota mesma que impôs as condições de um marxismo afastado da classe trabalhadora, pois a teoria espelha em seus conceitos as contradições sociais, devendo acompanhar suas transformações.

⁹⁹ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁰⁰ *Ibidem, p. 149.*

¹⁰¹ *Ibidem, pp. 144 e 147.*

Assim, também a relação do conceito com seu objeto não permanece a mesma de uma vez por todas; pois cada configuração teórica só possui efetivamente validade enquanto condiz com a realidade constantemente mutável e com as novas exigências originárias da situação do conhecimento.[...]

Toda teoria, por meio da reflexão renovada tanto sobre seus próprios pressupostos como sobre o elemento desabrochado do objeto, busca reiteradamente reajustar-se à realidade, somente graças ao que se libera o conhecimento nela contido; as definições correlatas reestruturam-se em conhecimentos posteriores, do contrário, elas perdem sua verdadeira validade. Chama-se pensamento esta atividade em conjunto intelectual e social vinculada aos compromissos e lutas práticas [...].¹⁰²

Já que o proletariado deixou de ser a “contradição performativa” do capitalismo com a ascensão do fascismo, o teórico crítico deveria necessariamente refletir que tipo de relação ele teria com a classe, e conseqüentemente alterar as relações com seus objetos. Horkheimer diz que ao proletariado devem ser opostos “seus verdadeiros interesses e com isso também os interesses da sociedade como um todo. [...] Cabe ao teórico introduzir essa tenacidade nos grupos mais avançados das camadas dominadas [...]”.¹⁰³ Ora, não soa estranha uma afirmação destas diante do exame da crítica que o autor faz às particulares concepções de Lukács quanto à consciência adjudicada? Não parece ser o caso. O fato de que Horkheimer diga tal coisa não invalida sua negação da tese de que a consciência de classe deveria ser trazida de fora. Em primeiro lugar, existe a rejeição do simples contrário, ou seja, de que o teórico deva retirar o conteúdo de suas idéias a partir das tendências da classe – ainda que isso seja vital para uma correta compreensão, como exposto anteriormente. Fazer isso é tornar as massas

mais cegas e fracas do que precisariam ser. Seu próprio pensamento faz parte do desenvolvimento das massas como elemento crítico e estimulador. Submetendo-se totalmente às *situações psicológicas respectivas da classe, que em si representa a força para a transformação*, esse intelectual é levado ao sentimento confortador de estar ligado com um enorme poder e o conduz a um otimismo profissional.¹⁰⁴

A classe é o ponto de partida da perspectiva marxista, mas não é garantia eterna para a sua correção. A mesma atitude que enxerga as coisas de forma otimista pode passar para

¹⁰² Idem, “Sobre a metafísica do tempo de Bergson”, *op. cit.*, pp. 77 e 79, respectivamente.

¹⁰³ Idem, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *op. cit.*, pp. 143 e 147.

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 143 e 160, grifos meus.

o extremo oposto, o niilismo e o pessimismo em relação a qualquer perspectiva transformadora, nos momentos em que é abalado pelas derrotas. Para Horkheimer, a atitude do teórico crítico frente à classe em que se funda a teoria deve ser pautada pela independência, sobretudo nos momentos em que ambos os pólos se encontram isolados. Por isso mesmo, é que a teoria deve sim buscar esclarecer às massas suas condições efetivas. Do contrário, seria como abandonar a classe à sua própria sorte, o que não parecia uma perspectiva muito animadora, haja vista a tendência para aceitar a dominação capitalista no momento da crise política.

Levando o raciocínio ao extremo, não chegaríamos à estranha formulação de um marxismo sem classe operária, marca de sua tradição ocidental? Embora este seja um ponto muito controverso, ele é central na avaliação de Horkheimer e da teoria que engendrou. A resposta é mais simples do que parece. Vejamos o seguinte trecho, com especial atenção à categoria “histórico”:

[...] a teoria correta das condições vigentes, a doutrina do aprofundamento das crises e da aproximação das catástrofes são, por certo, sempre comprovadas em todos os detalhes, mas a imagem de uma ordem melhor, que lhe é inerente e pela qual se orienta a afirmação da miséria do presente, a idéia que lhe é imanente do homem e suas possibilidades, é determinada, corrigida e confirmada no decurso de lutas históricas.¹⁰⁵

Nesse ponto entra em jogo mais uma vez a centralidade da aplicação do marxismo, e seus conceitos, a si próprio. Sabemos que a apreciação dos processos históricos no interior da teoria lhe é crucial. Ora, o que Horkheimer mostra acima não é nada além disso. Se a teoria crítica não levasse em conta os rumos e percalços da classe operária em suas avaliações, ela correria o sério risco de cair numa “metafísica da luta”. Sem observar as reais condições e possibilidades da luta política, a compreensão dos mecanismos sociais de dominação e alienação seria jogada por terra, e a própria luta estaria prejudicada. Nesse sentido, o afastamento da classe se mostra vital para a teoria, o que é bem diferente da afirmação de uma teoria isolada da prática. É claro, a questão não se resume a

¹⁰⁵ Idem, “Sobre o problema da verdade”, *op. cit.*, p.151.

isso, já que boa parte das críticas aos representantes da teoria crítica diz respeito a esse divórcio da classe trabalhadora e suas lutas. O que deve ser ressaltado é a “lição” que os ensaios de Horkheimer oferecem. Nos momentos em que capitalismo ganha sobrevida, e os trabalhadores recuam a posições cada vez mais subalternas diante do poder do capital, a posição também recuada do marxismo é quase um sucedâneo natural. O marxismo da teoria crítica é importante porque prestou atenção a esses momentos delicados. Outra questão é saber se esse diagnóstico da crise e da separação vale sem restrições desde a década de 1930.

A teoria crítica é a “face intelectual do processo histórico de emancipação do proletariado” e “incompatível com a crença idealista de que ela própria representaria algo que transcende os homens”.¹⁰⁶ Enquanto face intelectual, ela não pode simplesmente abdicar da tarefa de desvendar os mecanismos que impedem uma sociedade sem exploração e de homens livres, e correr o risco de cair no quietismo tão característico do pensamento tradicional e burguês. A contradição está inscrita no cerne da teoria – não que ela seja contraditória em si, mas, como a própria sociedade o é, ela não pode deixar de levar esse fato em suas categorias. “A relação essencial da teoria com o tempo não se baseia na correspondência de partes isoladas da construção teórica com o período histórico [...], mas na transformação permanente do juízo existencial teórico sobre a sociedade”.¹⁰⁷

Apesar da impossibilidade do marxismo configurar-se somente como teoria, a realidade social das décadas de 1930 e 40 impôs de maneira inequívoca um recuo da prática política. Se mesmo nos momentos em que a teoria crítica foi recebida com bons olhos pelos governantes – especialmente quando os partidos social-democrata e comunista conseguiram um lugar no poder – teve de continuar seus esforços, o que dirá dos

¹⁰⁶ Idem, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *op. cit.*, p. 143.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 156.

momentos de revés? O marxismo para Horkheimer, nos momentos em que os trabalhadores estivessem na posição mais subalterna, seria definido por isso como uma espécie de *memória*, que não deixaria de apontar em nenhum momento a necessidade da crítica – tema que terá mais força no próximo capítulo, quando sua relação com o pensamento de Walter Benjamin for essencial para a compreensão do destino de sua teoria.

Em segundo lugar, os trabalhadores não foram capazes de reconhecer a contradição social e nem mesmo que a sociedade é fruto do trabalho. Não conseguiram perceber que “este mundo não é o deles, mas sim o do capital” e que “o modo de ser dessa miséria não oferece a imagem de sua superação”, em suma, que a sociedade contemporânea equivale a um mecanismo cego.¹⁰⁸ Os representantes do marxismo encontravam-se numa situação de verdadeiro abandono, como demonstra a frase de Horkheimer:

No capitalismo monopolista e na impotência dos trabalhadores diante dos aparelhos repressivos dos Estados autoritários, a verdade se abrigou em pequenos grupos dignos de admiração, que dizimados pelo terror, muito pouco tempo têm para aprimorar a teoria. Os charlatões lucram com isso e o estado intelectual geral das massas retrocede rapidamente.¹⁰⁹

“A conservação do conhecimento adquirido não se efetiva pelo rígido apego a formas teóricas, mas sim pelo empenho adequado, por parte do saber existente, na resolução dos problemas colocados pela história”.¹¹⁰ Ao contrário do desenvolvimento da ciência moderna, que passa a ver seu conceito de teoria independentemente das bases materiais da sociedade – “possuindo uma fundamentação a-histórica, ela se transforma em uma categoria coisificada e ideológica”¹¹¹ –, a teoria crítica deve sempre estar *referida* à sua base social, à classe com a qual ela se ligou em determinado momento da história. O marxismo deve ser a consciência crítica da classe, não só na medida em que esta se apresenta reificada, mas por se apresentar como uma reestruturação da filosofia e da ci-

¹⁰⁸ Ibidem, pp. 139 e 145.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 159.

¹¹⁰ Idem, “Sobre o problema da verdade”, *op. cit.*, p. 78.

¹¹¹ Idem, “Teoria tradicional e teoria crítica”, *op. cit.*, p. 129.

ência possibilitada pelas transformações sociais do capitalismo, justamente com as reivindicações que os trabalhadores passaram a fazer ao longo de sua experiência. “Seu próprio pensamento faz parte do desenvolvimento das massas como um elemento crítico e estimulador”.¹¹² O marxismo, como toda ciência e filosofia, só pode ser compreendido em conexão com os processos sociais reais. Diferentemente dos positivistas, para quem a ligação social de suas idéias é um fato “privado [...] [que] não exerce a mínima influência sobre a sua atividade prática”,¹¹³ o vínculo determinante entre teoria crítica e base social é fundamental. Do contrário, o dualismo entre ser e pensar far-se-ia presente, tal como no pensamento burguês reificado, que vê tais instâncias como autônomas e independentes. Para Horkheimer, a teoria marxista deve levar em conta “a função social da ciência [...] [e] o que a teoria significa para a existência humana”,¹¹⁴ ou seja, deve contribuir para a tarefa da emancipação, ao revelar as estruturas efetivas do funcionamento social. Tal como o proletariado, a tarefa da teoria crítica é sair das teias da alienação e da reificação.

Entretanto, a atividade teórica pode não ter nada a ver com o interesse da maioria da sociedade, “reflexo” de uma sociedade em que o pensamento é relegado a segundo plano. À burguesia, já não interessa desenvolver o pensamento crítico. Sua necessidade de contestar a ordem social retrocedeu desde que venceu a luta contra o Antigo Regime e seus resquícios. Esse fim impõe dificuldades tanto ao marxismo quanto à classe trabalhadora, em seus mais diferentes estratos, porque é inegável que ele surgiu e cresceu num período em que as classes dominantes ainda tinham um real interesse na liberdade.

Mas nesta sociedade tampouco a situação do proletariado constitui garantia para o conhecimento correto. Por mais que sofra na própria carne o absurdo da continuação e do aumento da miséria e da injustiça, a diferenciação de sua estrutura social estimulada de

¹¹² Ibidem, p. 143.

¹¹³ Ibidem, p. 130.

¹¹⁴ Ibidem, p. 131.

cima, e a oposição dos interesses pessoal e de classe, superadas apenas em momentos excepcionais, impede que o proletariado adquira imediatamente consciência disso.¹¹⁵

Esta célebre frase de Horkheimer resume as dificuldades que se impunham tanto ao marxismo da época quanto aos trabalhadores.

A classe operária não deixou de ser para sempre o *locus* de origem do marxismo. Ao contrário, deve-se ter em mente que, nas condições sociais que o capitalismo apresentava *naquele momento*, os trabalhadores não ofereceriam a garantia da correção da teoria, tal como vimos no capítulo anterior, onde a análise dos textos mostrou que a divisão de interesses o seio da classe já impedia o olhar crítico, mesmo antes do advento do nazi-fascismo. No entanto, é justamente a situação social da classe a origem dos entraves que impedem a tomada de consciência desta situação.

Quando Horkheimer fala da teoria crítica como um “comportamento” que rejeita a naturalização da sociedade e suas leis, devemos nos ater a essa expressão. Ao contrário da ciência e do pensamento tradicional, que se perdem na velha fórmula “agir x contemplação”, “ser social x pensar”, o marxismo, vinculado às suas bases sociais, deve superar essa contradição. Trata-se de um comportamento “que tem a própria sociedade como seu objeto. Ele não tem apenas a intenção de remediar quaisquer inconvenientes; ao contrário, estes lhe parecem ligados necessariamente a toda organização estrutural da sociedade”.¹¹⁶ No entanto essa superação torna-se extremamente complexa se a classe ao qual o comportamento crítico se vincula estiver no momento totalmente aniquilada pela alienação e pela dominação.

Essas palavras não deixam de trazer certo desconforto, para não dizer dubiedade. Como mostrado acima, não existe uma relação entre “aprendiz” e “mestre” na situação de classe e teórico, senão uma reciprocidade em que ambas as partes saem ganhando – partes que, no fundo, constituem um todo. Mas fica a questão: como então avaliar a

¹¹⁵ Ibidem, p. 142.

¹¹⁶ Ibidem, p. 138.

consciência de classe e sua ação política diante do fato de que toda e qualquer espontaneidade, naquele momento, estava totalmente fora de cogitação? Se para Horkheimer, retomando os termos em que Marx formulara o problema na crítica a Hegel, “a teoria, que se torna poder real, *a autoconsciência dos sujeitos que promovem uma grande revolução histórica*, supera a mentalidade característica deste dualismo”¹¹⁷ entre teoria e prática – característica de todo pensamento que separa ser e pensar – como a teoria fica diante da incapacidade dos trabalhadores de agir? Como estes ficam, se estão isolados do recurso teórico e, sobretudo, incapazes de uma autoconsciência efetiva? Sabemos que a burguesia não pode resolvê-las. Retomando Lukács, escreve o autor que o “domínio [burguês] da realidade se dá por meio da crença na imutabilidade da forma social. Na sua reflexão os homens se consideram meros espectadores, participantes passivos de um enorme acontecimento que talvez possa ser previsto, mas de forma alguma dominado”.¹¹⁸ Entretanto, não serviriam estas palavras também ao proletariado encoberto pelo véu do fetichismo e da alienação – e que ele mesmo fracassou em retirar? Horkheimer constata que os próprios dominados temem pela teoria crítica e sua atividade modificadora, “medo inconsciente que o pensamento teórico faça aparecer como equivocada e supérflua a [sua] acomodação à realidade”.¹¹⁹ Neste sentido, fica claro o quanto o tema da ideologia revelou-se importante nas pesquisas do Instituto, pois o que se colocava então é o problema da renovação das estruturas ideológicas do capitalismo.

Também é preciso ressaltar aqui a proximidade com um tema que seria desenvolvido na obra posterior de Horkheimer, a questão do indivíduo. Em “Teoria tradicional e teoria crítica” ele diz: “sob o capitalismo monopolista [...] o indivíduo deixou de ter um pensamento próprio. O conteúdo da crença das massas, no qual ninguém acredita

¹¹⁷ Ibidem, p. 155, grifos meus.

¹¹⁸ Ibidem, *loc. cit.*

¹¹⁹ Ibidem, *loc. cit.*

muito é o produto da burocracia que domina a economia e o Estado”.¹²⁰ Qual a ligação existente entre o essa reflexão e o problema da classe trabalhadora? É justamente na desintegração da classe enquanto lugar de crítica e superação do capitalismo, já que ela mesma, com o avanço da reificação, não consegue mais se estruturar enquanto tal. A conseqüência, politicamente falando, é sua atomização. Para o teórico, não é possível tratá-la mais como um todo unitário, senão a partir desse isolamento de cada um de seus membros. O enfraquecimento da classe coincide, não por acaso, com a submissão do indivíduo na massa.

Talvez estas indagações constituam aporias, que só podem ser resolvidas mediante o curso dos acontecimentos históricos. Ou seja, naquelas condições em que se encontravam tanto os teóricos quanto a classe em si, não havia possibilidades maiores de resolver a questão. Isso significa que a classe operária estaria sempre fadada a não realizar a revolução que se anunciava? Estaria ela “integrada” ao capitalismo de uma vez por todas? Teria a transformação radical da sociedade perdido seu agente outrora fundamental, e se radicado somente naqueles “grupos isolados” de que fala o autor? Se não é possível, por enquanto, dar uma resposta firme a essas questões, pelo menos deve ficar claro que essas indagações estiveram presentes nos próprios escritos de Horkheimer, e que após a redação de “Teoria tradicional e teoria crítica” ficariam acentuadas, chegando a textos emblemáticos como *Eclipse da Razão* e *Dialética do Esclarecimento*. Esse deve ser, assim, o ponto de partida do próximo capítulo.

¹²⁰ Ibidem, pp. 158-9.

III – Abstração e integração (1937-1945)

No capítulo anterior vimos como Horkheimer concebia a economia capitalista nos moldes de uma teoria do capital monopolista. No entanto, com os impasses apresentados em “Teoria tradicional e teoria crítica”, e com as discussões suscitadas pelos artigos de Friedrich Pollock acerca das transformações no capitalismo, sua visão modificou-se. Isso não deixa de ter implicações nas considerações sobre o proletariado. Mais decisiva ainda para a avaliação de Horkheimer foi a tentativa de construção do socialismo na União Soviética, ponto ao qual não dedicara maiores esforços até então.¹

Um aspecto que particularmente lhe chama atenção é a comparação da sociedade soviética com a sociedade alemã. Apesar de suas diferenças, fica cada vez mais evidente para o autor a aproximação entre ambas no que tange a forma de dominação autoritária. A análise de Horkheimer estava baseada na afirmação de um domínio geral, tanto da reificação quanto sob os trabalhadores, e por isso mesmo da permanência da sociedade capitalista. Também os acontecimentos históricos do período, de dimensões cada vez mais globais, tiveram seu impacto: a Segunda Guerra Mundial, o pacto de não agressão entre Hitler e Stalin, a expulsão e perseguição de muitos membros dos partidos comunistas nos dois países – pela oposição à burocratização e aos rumos tomados pela revolução russa –, e o extermínio dos judeus.

O conceito de capitalismo de Estado, malgrado os problemas que o texto de Pollock traz, oferece um panorama de época em que as amarras do capitalismo estavam fortalecidas, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle econômico e

¹ Os membros do Instituto, em sua grande maioria, eram reticentes ao criticar a União Soviética até então. Os esforços dos comunistas naquele país não eram questionados, “diz Horkheimer [em uma conversa com Helmut Dubiel], porque eles consideravam-na, num plano ideológico, o adversário mais poderoso ao fascismo. É significativo que essa restrição fosse abandonada em 1939, depois do pacto entre Stalin e Hitler”. Helmut Dubiel, *Theory and Politics*, *op. cit.*, p. 16. Para mais detalhes do silêncio a respeito do socialismo russo, cf. também Martin Jay, *The Dialectical Imagination*, *op. cit.*, pp. 19-20.

político. Além disso, ressaltava a dificuldade do operariado em lutar contra os obstáculos postos pelo desenvolvimento social. Por conta desse motivo, Horkheimer reviu sua teoria da dominação. A mobilização da teoria da abstração, sucedânea do conceito lukácsiano de reificação, assim como da crítica à razão instrumental, será um suporte valioso para o entendimento das questões postas em funcionamento pelo autor. Elas ajudam a entender porque o proletariado foi incapaz de fazer a revolução. Em seguida, nossa análise voltará atenção para a questão da integração do proletariado, o que talvez constitua o principal legado da teoria de Horkheimer às formulações, contrárias ou não, ao marxismo posterior, especialmente o marxismo ocidental.

1 – Do capitalismo monopolista ao capitalismo de Estado

Um breve reexame das teses de Pollock sobre o capitalismo de Estado, e sua comparação com os textos de Horkheimer, faz-se necessário, ainda que este seja um ponto bem explorado pela bibliografia especializada. O rumo diferente que sua obra adota é destacado, em parte sob a influência dos textos “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações” e “O nacional-socialismo é uma nova ordem?” (ambos publicados em 1941), bem como do debate entre os membros do Instituto acerca do nazifascismo. Sem deixar de levar em conta essas questões, convém chamar a atenção para a especificidade dos textos de Horkheimer e para a ascendência exercida por Walter Benjamin. Começemos com o texto de Pollock sobre o capitalismo de Estado, numa caracterização sumária do conceito.²

² Os problemas da descrição de um “capitalismo de Estado” não passaram imunes pela crítica posterior. Em nosso texto, elas não entrarão em questão, posto que se trata apenas de apresentá-lo tendo em vista sua importância para a teoria de Horkheimer. Para as críticas ao conceito proposto por Pollock, cf. Maramao, *O Político e as Transformações*, op. cit., pp. 203-37; Marcos Nobre, *A Dialética Negativa de Theodor Adorno*. São Paulo, Iluminuras, 1998, pp. 21-59; Moishe Postone e Barbara Brick, “Critical theory and political economy”, in *On Max Horkheimer*, op. cit., pp. 215-256; Postone, “Critique, economy and state”, in *The Cambridge Companion to Critical Theory*, editado por Fred Rush, Cambridge University Press, 2004, pp.165-93 e Postone, *Time, Labor and Social Domination*. Cambridge University Press, 1995, pp. 84-120. Entre outros itens, estes autores criticam como um ponto fraco da argumentação

Logo no início do texto, Pollock ressalta as transformações operadas no interior do sistema, com destaque para o declínio do mercado e da livre concorrência, centros da dinâmica da economia capitalista no século XIX. Cada vez mais o Estado, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, assume papel central na coordenação do capital, abarcando funções que outrora competiam ao capitalista privado. “O mercado é destituído de sua função controladora para coordenar a produção e a distribuição. Essa função foi assumida por um sistema de controles diretos”.³ Ao substituir o mercado como “organizador” da economia, o Estado necessariamente passa a cumprir funções ligadas à divisão do trabalho, tais como a coordenação das necessidades e recursos, a direção da produção e da distribuição. Mais importante, porém, é o fato de Pollock assinalar uma mudança profunda nas próprias leis econômicas que regiam o capitalismo até então, tendo em vista especialmente a implantação do regime nazista na Alemanha e os desenvolvimentos econômicos da União Soviética, com seus grandes planos econômicos em busca da reativação de uma sociedade recém-saída da guerra-civil. Desse modo, a formulação do capitalismo de Estado poderia esclarecer se existia mesmo uma coincidência entre sociedade planejada e socialismo.

A idéia de Pollock é que o lucro deixava de ser o centro da economia, embora ainda tivesse papel importante a cumprir nas motivações dos capitalistas e caracterizasse o sistema como um todo. As decisões do Estado eram tomadas pelos grupos que pas-

a ausência de contradições no interior da economia planejada, assim como o tipo de análise que o autor empreendeu, com o uso problemático de tipos-ideais, inspirados em Weber, e principalmente a ausência de considerações a respeito da esfera da produção, já que ele se centrou na distribuição, o que implicava a ausência do conceito de capital. Além disso, houve discussões acirradas no interior do Instituto de pesquisas sociais acerca do estatuto do conceito. A contraposição mais marcante às formulações de Pollock foi dada por Franz Neumann, em seu livro *Behemoth. Pensamento e ação no nacional socialismo*, de 1942. Para maiores detalhes, ver Wiggershaus, *A Escola de Frankfurt, op. cit.*, pp. 308-20 e Martin Jay, *The Dialectical Imagination, op. cit.*, pp. 153-67. Um capitalismo não-contraditório, mas com antagonismos, é a forma com que Pollock descreve essa nova fase. Para nós, esse modelo proposto, ainda que apresente problemas metodológicos, ressalta o fato de que a classe operária estava subordinada ao capital, tanto pela violência quanto pela ideologia, e por isso se configura central em nossa explicação.

³ Friedrich Pollock, “State capitalism: its possibilities and limitations”. In *The Essential Frankfurt School Reader*, editado por Andrew Arato e Eike Gebhardt. Nova Iorque, Continuum, 1993, pp. 72-3.

saram a controlá-lo, especialmente em suas formas mais totalitárias: “o Estado é o instrumento de um novo grupo dominante”, formado pelos líderes industriais, a alta burocracia estatal e militar e os líderes dos partidos dominantes. “Todos que não pertençam a este grupo são mero objeto de dominação”.⁴ Desse modo, as escolhas do grupo dominante foram corporificadas por meio do planejamento – peça-chave no direcionamento da produção e do consumo – e tudo passa a se subordinar ao plano econômico geral: as necessidades sociais em jogo, a divisão e o tempo de trabalho necessário e por último, mas não menos importante, o lucro. Enquanto no capitalismo liberal os homens se posicionavam como agentes do processo de troca, no novo capitalismo eles passam a ser divididos entre comandantes e comandados, o que dependia cada vez mais da posição dos indivíduos na disputa política, e não de sua relação dentro do mercado – as relações sociais como um todo deixaram de ser mediadas unicamente por ele. “O trabalho torna-se diretamente apropriado, em vez dos ‘rodeios’ do mercado”.⁵

O poder, ao invés do lucro, tornou-se a razão de ser dos grupos dominantes. O controle da produção e a execução do plano passaram a depender sobretudo de tarefas técnicas e administrativas. A produção deixava de ser dirigida para um mercado “desconhecido” e imprevisível. O êxito econômico não mais dependia da compatibilidade entre compradores e vendedores de mercadorias, pois passa a ser definida de forma consciente e prévia. Nesse sentido, Pollock permite-se afirmar que “a ciência social [e mais especificamente, a crítica da economia política] perdeu seu objeto. Os problemas econômicos no velho sentido não existem mais”,⁶ já que o plano econômico central passa a ser objeto de disputa política, entre os grupos em luta pelo poder estatal. Além disso, o controle da economia pelo Estado possibilitou um maior controle das crises do capitalismo. Sua intervenção atenuou as disfunções originárias do mercado, estabilizan-

⁴ Ibidem, p. 73.

⁵ Ibidem, p. 78.

⁶ Ibidem, p. 87.

do-o dentro de seus próprios marcos. Nazismo e socialismo de Estado, a despeito das brutais diferenças entre ambos, aproximavam-se no que concerne à planificação econômica. Pollock chega a esboçar uma diferenciação entre estados autoritários e democráticos, tendo em vista a sociedade norte-americana e a implantação do *New Deal*. Entretanto, as críticas prévias endereçadas a essa formulação, especialmente a de que o autor teria atribuído um caráter excessivamente positivo àquela sociedade, levaram-no a apenas colocar o problema, deixando a questão como um ponto a ser desenvolvido.

Dois itens foram centrais na recepção de Horkheimer do ensaio sobre o capitalismo de Estado: a idéia de uma dominação não mais mediada pelo mercado – que já marcava presença em seus textos anteriores – e a de que as mudanças econômicas alteravam não só as feições do capital, mas também o seu antípoda, o trabalho. A situação dos trabalhadores seria modificada profundamente pela redução do papel desempenhado pelo mercado.

A questão da continuidade entre fascismo e capitalismo liberal já tinha sido alvo de suas atenções. Num texto de 1938, intitulado “Os judeus e a Europa”, Horkheimer afirma que a ordem totalitária se desenvolveu a partir do liberalismo. Posteriormente, em *Eclipse da Razão*, o tema seria retomado: “[...] a tendência do liberalismo de inclinar-se ao fascismo e dos representantes intelectuais e políticos do liberalismo de fazer a paz com seus oponentes. Essa tendência [foi] [...] demonstrada na recente história européia”.⁷ Dessa forma, o anti-semitismo deveria – e só poderia – ser entendido no contexto do capitalismo. “No presente, nós realmente atingimos o ponto onde a harmonia da sociedade capitalista junto com as oportunidades para reformá-la foram expostas como as ilusões sempre denunciadas pela crítica da economia de mercado”.⁸ A previsão teórica da crise por meio do avanço do progresso técnico fora confirmada, não pela revolu-

⁷ Horkheimer, *Eclipse da Razão*, São Paulo, Centauro, 2003, p. 29.

⁸ Horkheimer, “The jews and Europe”. In *Critical Theory and Society: a reader*. Editado por Stephen Eric Bronner e Douglas MacKay Kellner. New York/London, Routledge, 1979, p. 77.

ção, mas pelos próprios capitalistas, que tiveram de abolir a liberdade burguesa. A “ordem totalitária apenas se diferencia de sua predecessora burguesa porque perdeu as inibições desta”.⁹ Os trabalhos de Pollock seriam vitais para a mudança de sua opinião.

Antes disso, no entanto, a perda da centralidade do mercado já começava a marcar sua análise. O nazismo e o lugar essencial ocupado pelo partido chamavam a atenção de Horkheimer, assim como as mudanças na economia. A junção desta esfera com a política, característica na análise de Pollock, podia ser vislumbrada. Nesse sentido, Horkheimer pôde afirmar que o fascismo expressa a verdade da sociedade burguesa. Por meio do contrato, as relações de poder capitalistas eram reproduzidas no liberalismo, criando a ilusão da igualdade de interesses entre capital e trabalho. Com as mudanças expressas, essas relações veladas eram mostradas de forma aberta. “O fascismo solidifica as diferenças extremas de classe que a lei da mais-valia ultimamente produziu”.¹⁰

Nessa perspectiva, nenhuma revisão teórica seria necessária para entender o fascismo. No entanto, essa posição seria alterada nos escritos posteriores de Horkheimer que destacam o controle da circulação por meio de mecanismos de planificação. Os temas que marcariam os textos posteriores já estavam de alguma forma presentes. Na medida em que “o mercado de trabalho é substituído pelo trabalho forçado”,¹¹ a dominação se torna direta. “A exploração não mais reproduz a si mesma de maneira incerta via mercado, mas antes pelo exercício consciente do poder”.¹² Além disso, Horkheimer afirma que a aspiração ao lucro deixou de ser central para dar lugar à busca pelo poder social. “A dominação social, que não pôde ser mantida por meios econômicos, já que a propriedade privada sobreviveu a si mesma, continua a ser dirigida por meios econômi-

⁹ *Ibidem*, p. 78.

¹⁰ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹¹ *Ibidem*, p. 80.

¹² *Ibidem*, p. 83.

cos”.¹³ A violência pura e simples paulatinamente tornou-se o meio pelo qual os antagonismos entre trabalho e capital foram controlados. Nos textos sobre a moral burguesa e sobre a autoridade estava explícita a necessidade permanente do uso da violência para o domínio burguês. O fascismo potencializa aquilo que já se anunciava nos primórdios da sociedade capitalista. “O que os nazistas sabem já era sabido centenas de anos atrás”.¹⁴

A influência das opiniões de Pollock já podiam ser sentidas no texto. “As categorias da economia política – troca de equivalentes, concentração, centralização, queda da taxa de lucro, e assim por diante – ainda têm uma validade tangível, exceto que sua consequência, o fim da economia política, foi atingida”.¹⁵ A economia deixou de ser independente em relação à política, como Horkheimer formularia posteriormente. As restrições do mercado tornaram impossível ao movimento operário qualquer forma de progresso no interior de uma sociedade antagônica. Restava a subordinação aos capitalistas e a exclusão dos meios de produção.

“O fascismo salvou a disposição sob os meios de produção para aquela minoria que emergiu da luta concorrencial como a mais resoluta”.¹⁶ Ele representava uma forte tendência na maioria dos países europeus, já que o capitalismo em geral se inclinava a uma crescente administração social que preparava a sociedade para o autoritarismo – de forma que a mais-valia pudesse ser constantemente renovada. O fascismo, como todo domínio burguês, quis “preservar o controle dos meios de produção para aqueles grupos que já os possuíam, para que outros estejam sujeitos à sua direção no trabalho”.¹⁷ No entanto, assim como Pollock destacara em seus textos, a esfera da circulação perdia sua importância econômica. Segundo Horkheimer, o poder do dinheiro diminuía cada vez

¹³ Ibidem, p. 82.

¹⁴ Ibidem, p. 84.

¹⁵ Ibidem, p. 83.

¹⁶ Ibidem, p. 88.

¹⁷ Ibidem, p. 89.

mais. Se antes a distribuição dos bens dependia das determinações do mercado, a partir de então ela deveria passar necessariamente pelos interesses do grupo detentor do poder. “O anonimato do mercado transformou-se no planejamento, mas em vez do planejamento livre da humanidade unida, ele é o hábil planejamento dos arquiinimigos da humanidade”.¹⁸

Também a idéia do domínio do Estado por “máfias” fez-se presente no texto de 1938: “O conceito de Estado perde completamente sua contradição com o conceito de um domínio particularizado, é o aparato da camarilha dominante, uma ferramenta do poder privado [...]”.¹⁹ A teoria dos *rackets*, termo em inglês que Horkheimer usou para descrever a imbricação entre poder político, poder econômico e violência, passou parte do novo arcabouço teórico do autor. Porém, essas mudanças não impediam que a estrutura básica da alienação social continuasse a tomar conta da totalidade dos aspectos sociais. A “anarquia é escondida por trás da unidade e da harmonia; e por trás da economia planejada, o interesse privado e atomístico”.²⁰

1.1 – Mudanças na teoria da dominação

Vistas as modificações na estrutura do capitalismo observadas tanto por Pollock quanto por Horkheimer, podemos passar ao tema subsequente das mudanças no exercício da dominação sobre os trabalhadores. Se antes ela podia ser efetuada de forma indireta, ela teria de ser direta depois da mudança no poder político, muito embora o objetivo fosse o mesmo da forma anterior, a manutenção da empresa privada e, portanto, da propriedade privada.

Para atingir o objetivo principal do capitalismo, a constante valorização do capital, seus detentores – seja o partido fascista, seja o partido burocrático de esquerda –

¹⁸ Ibidem, p. 90.

¹⁹ Ibidem, p. 85.

²⁰ Ibidem, p. 86.

precisam mobilizar uma constante reprodução das condições subalternas dos produtores: “[...] o liberalismo e o autoritarismo tendem a interagir de um modo que ajuda a estabelecer um controle cada vez mais rígido nas instituições de um mundo irracional”.²¹ No capítulo anterior já comentamos a passagem para formas autoritárias de relacionamento entre capital e trabalho. Uma das diferenças para o período abordado no presente capítulo é que esse domínio não passa mais por instâncias legitimadoras, como o mercado e a família – abordadas nos textos passados de Horkheimer. A partir da virada do capitalismo liberal para aquele subordinado ao planejamento estatal, o domínio social passaria a se constituir de maneira direta, por meio das imposições exigidas pelo aparelho burocrático. Esse é o avesso da tese de Pollock a respeito da preponderância que o político ganhou sobre o econômico.

Se o controle da circulação, e por consequência do mercado, pôde ao menos enfraquecer a ideologia do livre contrato entre empresário e trabalhador, a subordinação de um ao outro deveria continuar. Por isso, a necessidade de um Estado cada vez mais repressor, para que as condições sociais da produção capitalistas pudessem permanecer, o que vale tanto para os governos nazi-fascistas, com seus campos de concentração e trabalho forçado, quanto o Estado soviético, com a mobilização massiva de operários para os fins do planejamento econômico central.

O Estado autoritário é repressivo em todas as suas formas. O imenso desperdício não é mais produzido por mecanismos econômicos no sentido clássico. Ele resulta das exorbitantes necessidades do aparato de poder e a destruição de qualquer iniciativa por parte daqueles dominados: a obediência não é produtiva. A despeito da alegada ausência de crises, não existe harmonia. Mesmo que a mais-valia não seja mais absorvida como lucro, ela ainda é o centro [do sistema]. *A circulação é eliminada e a exploração modificada.*²²

Para Horkheimer, na esteira das formulações de “Capitalismo de Estado”, chegou-se a este paroxismo porque a limitação das forças produtivas, outrora condição da crise capi-

²¹ Idem, *Eclipse da Razão*, op. cit., p. 78.

²² Idem, “Authoritarian State”. In *The Essential Frankfurt School Reader*, op. cit., p. 102, grifos meus.

talista, tornou-se circunstância decisiva para o poder exercido de forma consciente e deliberada. O desenvolvimento dessas forças levou os homens a serem cada vez mais dominados por elas. “Até a consciência da opressão enfraquece. Quanto mais incomensurável se torna a concentração do poder e o desamparo do indivíduo, mais difícil é para ele penetrar na origem humana de sua miséria”.²³ A crise tende a tomar cada vez mais a tomar aspectos naturais. Conseqüentemente, a injustiça nunca fora tão cegamente aceita pelas classes oprimidas. “O fascismo reviveu velhos métodos de dominação que, sob as condições modernas, revelaram-se indescritivelmente mais selvagens que suas formas primitivas [...]”.²⁴

O domínio dos nazistas não se deu por acaso. “O governo na Alemanha não foi usurpado por gangsteres que forçaram sua entrada de fora; mais propriamente, a dominação social levou os gangsteres ao poder em virtude de seu próprio princípio econômico”.²⁵ Aqui entra em destaque o tema do gangsterismo que passou a caracterizar o poder nessa fase do capitalismo, momento em que os monopólios liberaram todas as barreiras que se impunham à mera autopreservação. “Eles não conhecem nenhuma outra lei senão a disciplina que eles inevitavelmente tiveram de ter para espoliar seus clientes”.²⁶ A empresa se comportava cada vez mais como uma máfia, e vice-versa, fruto da extensão da racionalidade própria ao capital. A ênfase na figura do gangster procurava ressaltar a violência imperante na sociedade capitalista pós-liberal e sua necessidade de recursos ainda mais autoritários do que os anteriores.

Este movimento em direção ao banditismo, com destaque para a figura do chefe, teve suas implicações não só para a fábrica, como também para os sindicatos. Por mais que a social-democracia alemã tivesse se esforçado, antes de 1933, em aprovar reformas

²³ Idem, “The end of reason”. In *The Frankfurt School Essential Reader*, op. cit., p. 44.

²⁴ Idem, *Eclipse da Razão*, op. cit., p. 68.

²⁵ Idem, “The end of reason”, op. cit., p. 34.

²⁶ Ibidem, loc. cit.

que ajudassem a elevar o padrão de vida dos trabalhadores, ou ao menos mantê-lo, ela não pôde impedir que as novas estruturas do capitalismo organizado deixassem suas marcas sobre os operários. A necessidade do domínio passou a pautar o interior de sindicatos e partidos, muito interessados no controle da classe. O liberalismo “deixou para trás um proletariado desmoralizado e traído por seus líderes, [e] no qual os empregados formam uma espécie de classe amorfa que justamente clamam pela organização vinda de cima [...]”.²⁷

Aqui entra em jogo um ponto fundamental do argumento de Horkheimer sobre as classes trabalhadoras na época da guerra: a manipulação das forças opositoras para a continuidade do domínio social estabelecido – o que já podia se vislumbrar nos ensaios em que se discute a aceitação da autoridade e da dominação.

Típicos de nossa era atual são a manipulação dessa revolta pelas forças predominantes da própria civilização e o uso da mesma como um meio de perpetuação das próprias condições que a provocaram e contra as quais se insurge. [...] interligação entre governo e revolta.²⁸

A única opção para a classe operária diante da repressão e da completa ausência de alternativas políticas era a autopreservação, que nas palavras de Horkheimer se torna o índice cultural da época. Novamente ele retoma termos da psicanálise para explicar as razões do consentimento:

a interiorização da dominação pelo desenvolvimento do sujeito abstrato, o ego; a inversão dialética do princípio de dominação pela qual o homem se torna ele mesmo um instrumento da mesma natureza daquele que ele domina; o impulso mimético reprimido, como uma força destrutiva explorada pelos sistemas mais radicais de dominação social.²⁹

A necessidade de expansão do capital invadiu a subjetividade dos indivíduos. Outrora intransponível para o sistema, ela torna-se necessária para seu funcionamento: “[...] a vida instintiva em todas as suas ramificações está se adaptando cada vez mais ao espíri-

²⁷ Idem, “The Jews and Europe”, *op. cit.*, p. 82.

²⁸ *Ibidem*, p. 99.

²⁹ *Ibidem*, *loc. cit.*

to da cultura comercial”.³⁰ No capitalismo liberal o desenvolvimento do indivíduo era um pressuposto do sistema que se pautava pela concorrência, embora isso fosse ológico. No capitalismo de Estado, por sua vez, o domínio direto de suas instâncias quicas passaria a ser o tom predominante da sociedade. O conceito de mimese, no sentido do imitar mesmo, se revelou importante na compreensão de Horkheimer para o declínio do indivíduo, e será aqui retomado quando a questão da adaptação dos indivíduos e dos trabalhadores for alvo detalhado da análise. Correlato ao tema da adaptação dos indivíduos, a submissão dos trabalhadores ganha contornos mais específicos em sua obra. No período aqui descrito, o autor não tinha em vista apenas o domínio frente ao capital, mas sobretudo à sua própria lógica.

2 – O domínio da abstração, ou a submissão dos trabalhadores à lógica da mercadoria

2.1 – A crise da razão, ou a razão frente à reificação

Um exame mais detalhado de *Eclipse da Razão* pode ser um bom ponto de partida para a discussão a respeito da crise da razão, intrinsecamente ligada ao apogeu daquilo que Horkheimer chamou de “razão subjetiva”, e de como ela se insere no contexto da submissão dos trabalhadores. Como se sabe, o livro de Horkheimer é fruto de palestras realizadas nos Estados Unidos em 1944. A influência das discussões com Adorno na preparação de *Dialética do Esclarecimento* também é uma questão clara.³¹ Partindo do crescente domínio da razão subjetiva em detrimento da razão objetiva, processo ao

³⁰ Idem, “The Jews and Europe”, *op. cit.*, p. 115.

³¹ Alguns comentaristas chegam mesmo a intitular o livro de Horkheimer, publicado em 1947, como uma versão particular do célebre texto escrito em conjunto com Adorno. Wiggershaus, por exemplo, intitula uma das seções de *A Escola de Frankfurt* de “A ‘Dialética das Luzes’ de Horkheimer: *Eclipse of Reason*”. *Op. cit.*, pp. 374-80. Sobre essa peculiaridade, ver também Georg Lohmann, “The failure of self-realization: an interpretation of Horkheimer’s *Eclipse of Reason*”. In *On Max Horkheimer*, *op. cit.*, pp. 387-412, e Jürgen Habermas, “Max Horkheimer: para a história do desenvolvimento da sua obra”, in *Textos e Contextos*. Lisboa, Instituto Piaget, 2001, pp. 85-102.

qual remete o título da obra, foi possível vincular a questão da ampliação da reificação – que já se fazia sentir desde a pesquisa com trabalhadores e empregados de escritório – com a separação entre proletariado enquanto classe e proletariado como movimento político e socialista.

“As reflexões contidas neste livro buscam relacionar o *impasse* atual do pensamento filosófico com o dilema concreto das perspectivas humanas para o futuro”.³² Esta é a primeira frase de *Eclipse da Razão* – prefácio de 1946 – e contém muito da reflexão anterior de Horkheimer. O que chama logo a atenção é a ênfase dada à palavra *impasse*. Vimos como o termo rondava as reflexões iniciais do autor a respeito dos destinos da classe operária na Alemanha. Mas seu significado é ligeiramente diferente neste livro. Nos primeiros textos da década de 1930, o marxismo era visto como uma teoria da revolução. Passada uma década e meia, houve uma radical dissociação entre proletariado e revolução. Enquanto a reificação pudesse ser apresentada como um problema de falsa consciência, sendo necessário um trabalho político e teórico de esclarecimento, na década de 1940 o diagnóstico de Horkheimer passou a adotar um tom mais reticente sobre a possibilidade de mobilizar as massas trabalhadoras de forma política.

Quanto à expressão “pensamento filosófico”, trata-se das aporias em que o marxismo de Horkheimer chegara após seu peculiar percurso. As tarefas de uma teoria crítica da sociedade tiveram de ser redefinidas de acordo com o desenrolar histórico e social. Surgia a questão do marxismo como tradição filosófica a ser preservada, já que o lugar social da emancipação estava entregue às tramas do domínio capitalista. À teoria caberia o último lugar de resistência.

Finalmente, cabem algumas palavras a respeito das “perspectivas humanas para o futuro”. Aqui reside talvez a agudeza de seu diagnóstico sobre a classe trabalhadora.

³² Horkheimer, *Eclipse da Razão*, op. cit. p. 9.

As esperanças da espécie humana parecem hoje mais distantes de serem realizadas do que mesmo nas épocas ainda tateantes em que primeiro foram formuladas pelos humanistas. Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução.³³

Neste instante, Horkheimer afirma que um programa de ação não podia e nem deveria ser feito. A aproximação da política operária com os mecanismos de dominação do capital impediam que os trabalhadores tomassem qualquer atitude emancipatória sem correr o risco de cair na mesma barbárie que o capitalismo havia mostrado em todas as suas faces.

Para avaliarmos de maneira abrangente o entendimento do autor a respeito do significado da extensão da reificação, é preciso chamar a atenção para a continuidade da crítica de Horkheimer à ciência. A partir disto, é possível entender como o conceito de razão subjetiva pode estar ligado à opinião de Horkheimer sobre o destino da classe operária no capitalismo transformado. Sabemos que “Teoria tradicional e teoria crítica” destaca o vínculo entre ideologia capitalista e a maneira como a teoria científica pensa sua própria avaliação, o fazer do cientista, e suas relações com o todo social, em sintonia com a crítica lukácsiana ao pensamento burguês – preso às abstrações, incapaz de levar em conta sua história e fadado à mera contemplação dos fatos ao seu redor. “O próprio conceito de ‘fato’ é um produto – um produto da alienação social; nele, o objeto abstrato de troca é concebido como um modelo para todos os objetos da experiência em determinada categoria”.³⁴

Dessa forma, Horkheimer estabelece uma ligação do conceito de razão subjetiva com sua formulação de teoria tradicional, com destaque para a lógica da abstração presente na mercadoria: “[...] a força que basicamente torna possíveis as ações racionais é a faculdade de classificação, inferência e dedução, não importando qual o conteúdo espe-

³³ Ibidem, pp. 9-10.

³⁴ Ibidem, p. 87.

cífico dessas ações: ou seja, o funcionamento *abstrato* do mecanismo de pensamento”.³⁵ Tais características são muito semelhantes da ciência analisada em “Teoria tradicional e teoria crítica”. Um dos alvos de Horkheimer no texto da década de 1940 é o pragmatismo, herdeiro contemporâneo do pensamento positivista. A reflexão a respeito deste, que levou ao extremo as características da ciência pensadas no texto de 1937, ressalta mais uma vez aqueles aspectos do pensamento burguês: “[...] mera organização, classificação ou computação de tais dados. Essas últimas atividades, nas quais a razão subjetiva tende a ver a principal função da ciência [...]”.³⁶

Não por acaso, o tema da abstração seria central na continuação da tradição nascida no Instituto – vide, por exemplo, os textos de Adorno sobre o capitalismo tardio. Não custa lembrar em que consiste esse conceito de abstração, de acordo com a definição que Horkheimer lhe deu: “[...] na sociedade moderna existe um padrão de medida implícito tanto para a arte quanto para o trabalho não especializado, a saber, o tempo [de trabalho], pois a qualidade no sentido de uma eficiência específica é uma função do tempo [de trabalho]”.³⁷ Aqui é nítida a referência àquela “gelatina” que possibilitaria a equivalência entre os produtos trocados no mercado, o tempo de trabalho socialmente necessário.³⁸

Horkheimer chama de razão subjetiva o conjunto das características vistas acima, e o resultado do desenvolvimento da civilização ocidental em geral. Em contraposição à razão objetiva, que postula a existência de uma racionalidade inerente à realidade,

³⁵ Ibidem, p. 13, grifos meus.

³⁶ Ibidem, p. 20.

³⁷ Ibidem, p. 39.

³⁸ “Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis”. Marx, *O Capital*, vol. I, *op. cit.*, p. 47. Aparentemente, haveria uma contradição entre os processos de abstração e do “fim” da economia de mercado. No entanto, e por mais que a questão possa ser controversa, o controle da esfera da circulação por meio do Estado não implicou no fim da produção de mercadorias.

razão que ligaria o conjunto dos indivíduos, a razão subjetiva ignora completamente qualquer vínculo entre indivíduo e totalidade. O que importa à racionalidade instrumental, outro nome que recebe a razão subjetiva, é a coordenação dos meios para um fim específico. Observando com os olhos do capitalismo, trata-se da renovação constante do valor, não importando para isso os meios necessários. Nem que fosse preciso absorver o “outro” que constituía a classe operária em relação às forças do capital.

O predomínio e a extensão da reificação, em movimento oposto à razão objetiva, impuseram uma total separação entre indivíduo e sociedade. A “reificação é típica da subjetivação e formalização da razão”.³⁹ Conseqüentemente, amplia-se a dificuldade em estabelecer a classe operária como o lugar necessário da emancipação, já que a situação social impede de qualquer maneira a hipótese de algo para além das relações capitalistas. Não existia mais um princípio racional inerente à realidade. “Quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltarão os traços individuais genuínos, e mais a sua mente se transformará num autômato da razão formalizada”.⁴⁰

Ao comentar a passagem para o predomínio da razão subjetiva – concomitante às mudanças radicais no capitalismo – Horkheimer enfatiza o vínculo entre capitalismo e autoridade. O conceito de razão subjetiva implica para o sujeito a seguinte questão: “Fez tudo que estava ao seu alcance para proteger a própria vida e propriedade e as de outras pessoas, e para obedecer à lei? Implicitamente, ele participa do ponto de vista de que esses valores devem ser respeitados”.⁴¹ Esse tipo de razão teria conseqüências vitais para o problema do proletariado em Horkheimer, na medida em que a conciliação é um de seus aspectos mais ressaltados pelo autor.

³⁹ Horkheimer, *Eclipse da Razão*, *op. cit.*, p. 47.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 132.

⁴¹ *Ibidem*, p. 19.

Se seguirmos o conceito oposto, a razão objetiva, podemos entender melhor o que se passou em sua avaliação. “Os sistemas filosóficos de razão objetiva implicam a convicção de que se pode *descobrir uma estrutura fundamental* ou totalmente abrangente do ser e de que disso se pode derivar uma concepção do destino humano”.⁴² Os grifos são intencionais, para ressaltar como ainda existia por trás dessa noção de razão aquele conceito de reificação definido por Lukács. Lembremos que este definia em *História e Consciência de Classe* a mercadoria como estrutura fundamental das relações capitalistas. Sem esse entendimento, é impossível descobrir os mecanismos de dominação e perpetuação do capitalismo. Dessa forma, existem dois movimentos simultâneos, entre abstração e classe trabalhadora. O capitalismo conseguia romper as barreiras sociais que antes poderiam impedir sua existência. Com a ampliação da reificação até suas entranhas, os operários eram cada vez mais incapazes de compreender o cerne da ideologia e de sua submissão à burguesia e ao capital. Daí que a ação política da classe, com vistas à superação do estado de coisas, estivesse muito longe do horizonte real. “Justiça, igualdade, felicidade [e] tolerância [...] ainda permanecem como objetivos e fins, mas não há mais uma força racional autorizada para avaliá-los e ligá-los a uma realidade objetiva”.⁴³

Sabemos que o conceito de reificação em Lukács é indissolúvelmente ligado à teoria marxista do capitalismo, e Horkheimer seguiu-o em boa parte de seus textos. Boa parte porque, a partir do momento de sua aproximação com Adorno, sua compreensão do fenômeno passaria a ser mais abrangente, destacando a centralidade do processo de abstração enquanto fato marcante da vida humana, mas que ganharia toda a sua força com a ascensão e o fortalecimento do capitalismo.

“A reificação é um processo cuja origem deve ser buscada nos começos da sociedade organizada e do uso de instrumentos. Contudo, a transformação de todos os produtos da

⁴² Ibidem, p. 21, grifos meus.

⁴³ Ibidem, p. 32.

atividade humana em mercadorias só se concretizou com a emergência da sociedade industrial”.⁴⁴

O que isso implica, então, para uma teoria sobre o proletariado? Quais as mudanças na relação entre reificação e classe trabalhadora? Já vimos parte da resposta anteriormente, no exame das críticas de Horkheimer a Lukács, bem como no exame da dominação no capitalismo monopolista. Nesse momento é preciso, pois, ter em conta as mudanças no seio da classe esboçadas no capítulo anterior, principalmente a cisão com o marxismo.

2.2 –A crítica de Walter Benjamin à noção de progresso e sua influência em Horkheimer

Na subseção anterior os processos de ampliação da reificação e da razão subjetiva foram constatados. Cabe agora esclarecer de que modo eles funcionaram no interior da classe trabalhadora, já que verificamos com o capitalismo de Estado não só o domínio social dos trabalhadores, mas também dos indivíduos que formam a classe. Dois escritos de Benjamin são fundamentais para uma melhor compreensão dos temas trabalhados por Horkheimer no período aqui analisado, ambos questionando os rumos do movimento operário e a recaída profunda na lógica da reificação – o primeiro, de 1937, intitula-se “Eduard Fuchs, colecionador e historiador”; o segundo é constituído pelas famosas teses “Sobre o conceito de História”, de 1940. Embora o ensaio sobre o social-democrata Fuchs se detenha na concepção de história que guiou as ações do SPD – culminando em sua derrota para o nazismo –, ele antecipa os temas presentes no texto posterior. Há uma grande afinidade entre estes e os ensaios de Horkheimer vistos neste

⁴⁴ Ibidem, p. 48. Para os críticos de Horkheimer, esse seria o sinal mais evidente do abandono da historicidade em favor de uma filosofia geral da história. Sem entrar no mérito do debate, que demandaria por si só uma dissertação, chamamos a atenção para o uso restrito dessa concepção de abstração. Para nós, trata-se de especificar o conceito ao tratamento que Horkheimer dá às mudanças no capitalismo e, conseqüentemente, à classe operária no século XX.

capítulo, até mesmo no tipo de linguagem utilizada para descrever as questões propostas.

No ensaio “Eduard Fuchs”, a social-democracia alemã é criticada por sua postura frente à ciência, pois corroboraria o domínio burguês sobre o proletariado, em vez de capacitá-lo à libertação. Para o partido alemão, tratava-se de assimilar o pensamento que a burguesia proporcionava. Diferentemente, para Benjamin tratava-se não de uma simples assimilação, mas de uma transformação. Além disso, ele mostrava que os social-democratas incorriam no mesmo erro de uma historiografia que via os acontecimentos históricos como uma tranqüila progressão, ao acreditarem em uma evolução natural do capitalismo ao socialismo, bastando para isso pequenas reformas graduais. O materialismo histórico deveria colocar em funcionamento “uma consciência do presente que estilhace o contínuo da história”.⁴⁵ Por um lado, Benjamin reescreve aquilo que Horkheimer tinha mostrado sobre a ciência em “Teoria tradicional e teoria crítica” nas trilhas deixadas por Lukács, ou seja, que a reificação dominava cada vez mais sua epistemologia e conceitos, já que ela era incapaz de fazer qualquer remissão à história. Por outro, constata-se a semelhança entre a opinião dos dois autores quanto à relação proletários e partido político, e especialmente sobre o significado cada vez mais importante que a lógica da abstração adquiria para a classe.

O texto sobre Fuchs mostra com detalhes como a social-democracia alemã primava por uma democratização da ciência e da história, à medida que os operários entravam em suas fileiras. No entanto, segundo Benjamin, o SPD falhou na compreensão da expressão “conhecimento é poder”.

Ele pensou que o mesmo conhecimento que assegurava o domínio da burguesia permitiria ao proletariado libertar-se daquele domínio. Na realidade, um conhecimento sem va-

⁴⁵ Walter Benjamin, “Eduard Fuchs, collector and historian”. In *One Way Street and Other Writings*. Londres, Verso, 1992, p. 352.

zão para a práxis, um conhecimento que não pode ensinar nada ao proletariado sobre sua situação de classe não é um perigo aos seus opressores.⁴⁶

Benjamin criticava o partido alemão por não ter entendido que o positivismo, a quem tanto deveu sua concepção de história, observava esta como um progresso linear, uma história dos vencedores, descartando toda a regressão que a sociedade poderia chegar e de fato alcançou com o fascismo. A partir dessa visão, os trabalhadores eram levados a acreditar que o capitalismo seguiria rumo ao socialismo, com o desenvolvimento das forças produtivas, sem maior necessidade de lutas contra o inimigo que se mostrava cada vez mais forte. Isto se evidenciava numa noção de tecnologia que os partidos, tanto social-democrata quanto comunista, aceitavam e transpareciam em seus programas. “No desenvolvimento da tecnologia, ele [o positivismo, mas comentário também cabe às políticas de esquerda] via apenas o progresso da ciência, não o retrocesso da sociedade”.⁴⁷

Em muitas das “Teses” Benjamin é enfático ao criticar a noção de progresso, típica da historiografia positivista do século XIX e do historicismo, que tanto a social-democracia alemã quanto o partido comunista russo carregavam em suas idéias a respeito de uma sociedade socialista, e seus efeitos negativos para os trabalhadores alemães: “Não há nada que tenha corrompido tanto o operariado alemão quanto a crença de que *ele* nadava com a correnteza”.⁴⁸ Na primeira tese o marxismo da Segunda e da Terceira Internacional é caracterizado como um autômato, um tipo de máquina que conduziria automaticamente a classe operária ao socialismo. No entanto, ele era incapaz de “vencer

⁴⁶ Ibidem, p. 356.

⁴⁷ Ibidem, p. 357.

⁴⁸ Idem, “Tese XI”. A tradução utilizada está no livro de Michael Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005, p. 100. Doravante, a referência ao texto de Benjamin virá com o número da tese e a página correspondente no livro de Löwy.

a partida”, isto é, interpretar corretamente a história e ao mesmo tempo derrotar o fascismo.⁴⁹

Já na tese VI, o autor articula a crítica a esse marxismo com o tema, central em sua obra, da “rememoração” (*Eingedenken*). É neste ponto que nos inspiramos no capítulo anterior, ao descrever o marxismo de Horkheimer diante da separação entre classe operária e movimento político como uma espécie de *memória* – para o autor das teses, os trabalhadores alemães haviam esquecido a advertência de Marx e Engels sobre a possível evolução do capitalismo rumo à barbárie.⁵⁰ Sua consciência de classe, portanto, passara a se configurar desta maneira, da mesma maneira que os partidos operários tinham se rendido à reificação. Benjamin é muito claro ao formular o marxismo como uma tradição intelectual, dissociada pelos acontecimentos históricos de uma teoria da revolução:

Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto seus destinatários. Para ambos o perigo é único e mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la.⁵¹

Para Benjamin, tratava-se de desvincular o marxismo dos movimentos políticos que foram derrotados pelo fascismo – crítica que também coube ao marxismo soviético, que, da mesma forma que seu antecessor alemão, incorria na ideologia do progresso. O KPD, por exemplo, acreditava que o fascismo era o último estágio de uma burguesia decadente e em crise e que, portanto, a Europa estaria às portas da revolução proletária. Uma das tarefas do marxismo crítico a essa noção consistiria em operar uma quebra no *conti-*

⁴⁹ As “Teses” são um dos documentos mais discutidos da história do século XX, e inúmeras foram as interpretações feitas. Quanto ao trecho referido, sigo as palavras de Löwy no livro supracitado, p. 41.

⁵⁰ Para Löwy, talvez “Benjamin se refira a um texto de Marx de 1847, que comenta algumas das manifestações mais sinistras do capitalismo, como as leis dos pobres ou as *workhouses* – essas ‘bastilhas de operários’ nos seguintes termos: ‘A barbárie ressurgiu, mas desta vez é engendrada no próprio âmbito da civilização e dela é parte integrante. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização’”. *Walter Benjamin, op. cit.*, p. 101, nota 83.

⁵¹ Benjamin, “Tese VI”, p. 65.

nuum histórico, uma ruptura na continuidade e extensão da reificação, contra a concepção da revolução como aceleração do tempo. Para isso, a lembrança de um passado em que os grupos sociais dominados foram constantemente derrotados era essencial.

De forma muito semelhante ao Horkheimer de “Estado autoritário” (1942), afirma que era preciso partir “da consideração de que a crença obstinada desses políticos no progresso, sua confiança em sua ‘base de massa’ e, finalmente, sua submissão servil a um aparelho incontrolável, foram três aspectos de uma única e mesma coisa”.⁵² Se antes a crítica de Benjamin poderia estar apenas referida à social-democracia alemã, na passagem citada fica evidente que seus comentários também serviam aos rumos que a política do partido comunista na União Soviética tomava. Podemos nos lembrar da introdução de técnicas tayloristas para que a economia soviética pudesse atingir níveis mais elevados de produção como exemplo da adoção dessa peculiar lógica.⁵³

A afinidade entre os textos de Benjamin e de Horkheimer não se dá por acaso. As teses sobre história foram publicadas de forma conjunta com dois ensaios de Horkheimer, “O fim da razão” e “Estado autoritário”, assim como um texto de Adorno “Sobre a correspondência entre George e Hofmannsthal: 1891-1906”. Todos eles formavam um conjunto intitulado “À memória de Walter Benjamin” (*Walter Benjamin zum Gedächtnis*), de 1942, uma homenagem ao crítico que morreria em sua tentativa de fuga do nazi-fascismo. Em nenhum outro texto ficam mais claras as posições de Horkheimer quanto às transformações da classe trabalhadora no desenrolar histórico.

2.3 – Socialismo não é igual a “soviets mais eletricidade”

A abordagem dos desenvolvimentos da União Soviética guarda semelhanças com análises anteriores de Horkheimer a respeito da social-democracia alemã, quando

⁵² Idem, “Tese X”, p. 96.

⁵³ Para uma análise detalhada do assunto, cf. o texto de Roberto Finzi, “Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica após Outubro”. In *História do Marxismo*, op. cit., vol. 7, pp. 137-57.

ele mostrou a acomodação do partido aos padrões políticos do parlamento. Tal comparação é crucial para a compreensão do destino que a classe operária tomou em seus textos. Se em 1937 o autor separa a classe de seu movimento político e teórico, no texto que observamos agora se trata de recusar o movimento político socialista em suas formas mais tradicionais, isto é, organizado em torno de um partido. Este não poderia ser pensado como uma associação de homens livres, já que a situação social – com a subordinação dos indivíduos na massa e ao líder – impedia qualquer forma de igualdade entre seus membros. A dominação no interior das instituições proletárias era um dos sinais mais claros da assunção da lógica que anteriormente entrava em jogo apenas nas relações entre capitalistas e trabalhadores.

Com as transformações no capitalismo, crescia uma hierarquia rígida entre os membros do partido e da própria classe, tal como as relações entre economia, política e burocracia se davam no âmbito social mais geral. Daí que as possibilidades da emancipação não estivessem mais encarnadas, para Horkheimer, na organização partidária de massa e tampouco numa teoria que apresentasse o socialismo enquanto racionalização da produção econômica. Assim, o partido de massas revolucionário, tal qual venceu a revolução na Rússia, não poderia mais ser tomado como modelo, pois ele apenas substituiria os governantes existentes. A existência de opositores não constituía um problema, a não ser enquanto competidores pelo poder político, pois eles não afetaram o princípio do estado autoritário – o que está em jogo é a disputa pelo poder político, de maneira semelhante como Pollock entende a questão em “Capitalismo de estado”. A revolução, proletária ou não, deixaria de residir nestes aspectos.

A União Soviética sofria um processo em que o partido comunista era tomado como a única instância a representar os interesses do proletariado, de maneira semelhante ao esforço de Lukács em atribuir ao órgão político a tarefa de trazer a verdadeira

consciência de classe. Porém, a idéia de que o partido fosse o lugar em que a continuidade da revolução socialista estivesse garantida deu lugar à desvitalização das atividades operárias mais independentes, como os comitês de fábrica, assim como ao controle centralizado da imprensa e das manifestações culturais em geral, estatização dos sindicatos, interdição da greve (com a posterior prisão de seus participantes e até fuzilamentos) e dos movimentos sociais autônomos. Além disso, houve a mobilização forçada de camponeses e trabalhadores em benefício do crescimento econômico, por conta da crise pela qual o país passava após os anos de guerra civil.⁵⁴ Esse movimento de estatização geral da sociedade, conhecido como “revolução pelo alto”, já se dava desde 1929, mas a idéia de que a Rússia fosse o grande adversário do fascismo impedia os membros do Instituto de opinar explicitamente contra os rumos do “socialismo real”. Com os relatos dos imigrantes socialistas nos Estados Unidos aos integrantes da Escola de Frankfurt, ficava evidente para Horkheimer que a sociedade dos trabalhadores emancipados revelava outro caráter.⁵⁵

O presente histórico da época impunha a Horkheimer uma nova formulação das tarefas do marxismo. Tendo em vista as disputas no interior do partido comunista russo entre as diversas facções, não só pelo destino da revolução, mas também pela posse dos aparatos de poder, diz ele:

Mesmo que o fim desta última fase [do capitalismo] venha em um lugar ou tempo inesperados, dificilmente ele será trazido pelo partido de massas ressuscitado, que apenas substituíra os atuais soberanos. [...] O Estado autoritário deve temer os partidos de massa opositores apenas enquanto competidores. Eles não ameaçam o princípio do Estado autoritário em si mesmo.⁵⁶

⁵⁴ Utilizamos aqui dois textos que dão conta da União Soviética e o fortalecimento do Estado e do partido comunista: Daniel Aarão Reis Filho, *Uma Revolução Perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 89-145, e Milos Hájek, “A bolchevização dos partidos comunistas”. In *História do Marxismo, op. cit.*, vol. 6, pp. 197-218.

⁵⁵ Dubiel mostra em seu livro que o Instituto teve em Paul Massing, que emigrou da Rússia para os Estados Unidos em 1939, uma testemunha do terror stalinista. Além disso, começavam a circular textos a respeito da forte coerção exercida na sociedade soviética. Cf. *Theory and Politics, op. cit.*, pp. 73-4 pra maiores detalhes.

⁵⁶ Horkheimer, “Authoritarian state”, *op. cit.*, p. 103. Sobre a disputa interna do partido, diz Hájek: “O modelo apresentado era o partido que surgira no curso das lutas entre Trotski e o triunvirato, ao final de

A prática revolucionária reduziu-se a uma transição mais rápida ao capitalismo de Estado. A transformação social, e aqui o autor fala tanto dos comunistas quanto dos social-democratas, passou a ser entendida essencialmente como uma extensão da história - ecoando, assim, a crítica de Benjamin. “[...] as primeiras tentativas de planejamento devem ser reforçadas e a distribuição feita de modo mais racional. *A doutrina da parteira rebaixa a revolução ao mero progresso*”.⁵⁷

O diagnóstico político realizado por Horkheimer no texto segue o mesmo movimento da análise sobre a economia comandada pelo Estado autoritário. Assim como o autor constata a integração dos trabalhadores e indivíduos, os partidos de massa e organizações dos trabalhadores, que levariam a revolução a termo, acabaram por também se integrar à estrutura da sociedade pós-liberal. “A habilidade do capitalismo para sobreviver à economia de mercado estava anunciada há muito tempo no destino das organizações da classe trabalhadora”.⁵⁸

Os partidos e sindicatos, tanto social-democratas quanto comunistas, não tiveram como meta unir o proletariado e organizá-lo na luta de classes, suas tarefas em princípio, mas sim submetê-los a suas condições naturais através de organizações de massa. A crítica do trabalho, e de sua submissão aos ditames do capital, permaneceu no passado. O que importava a partir deste momento histórico não era mais a utopia ou a fantasia, mas a existência mesma de um aparato burocrático e de lideranças que permanecessem em seus altos postos, onde apenas os mais capazes estariam aptos a preenchê-los.

1923: época em que, embora os opositores não tivessem sido expulsos do partido, estavam reduzidos ao silêncio, e já se falava de monolitismo, a despeito de ainda estar distante a elaboração staliniana deste termo. [...] Determinou-se, assim, uma situação paradoxal: o regime interno da Internacional Comunista, que fazia referência à idéia leniniana segundo a qual não há prática revolucionária sem teoria revolucionária, limitava ao mínimo a possibilidade de um pensamento político. Quase toda contribuição ao pensamento marxista europeu, nos anos 20 – se se excetua Gramsci – proveio integralmente de homens que se achavam à margem, ou mesmo fora das fileiras do Comintern”. “A bolchevização do partidos comunistas”, *op. cit.*, pp. 208 e 218.

⁵⁷ Horkheimer, “Authoritarian state”, *op. cit.*, p. 107. O autor faz referência à famosa tese da violência como parteira da história.

⁵⁸ *Ibidem*, p.97.

Todos concordam hoje que o termo ‘liberdade’ deve ser usado somente como uma frase; levar isso a sério é utopia. A um tempo, a crítica da utopia ajudou a manter o pensamento da liberdade como o pensamento da sua realização. *Hoje a utopia é maldita porque ninguém quer realmente ver sua realização.*⁵⁹

Tais líderes e seus seguidores tornaram-se independentes da organização de classe assim como o quadro de diretores de um monopólio industrial está em relação com os acionistas. Ao contrário do que se poderia esperar, os trabalhadores, reunidos em partidos e sindicatos, passaram a obedecer “às condições naturais de seu próprio desenvolvimento em organizações de massa”, em vez de levar a tarefa de lutar contra as instâncias capitalistas.⁶⁰ Dessa maneira, podemos dizer que os movimentos operários também seguiram a forte tendência burocrática que se assentou no capitalismo no século XX, o mesmo movimento econômico e social em direção ao capitalismo pós-liberal. “A burocracia tomou o controle do mecanismo econômico. [...] A institucionalização dos estratos mais altos do capital e do trabalho tem a mesma base: a mudança na forma de produção”.⁶¹

Os trabalhadores deixaram-se naturalizar pelo próprio movimento da sociedade capitalista rumo ao capitalismo Estado autoritário, em que as massas predominam. “As grandes organizações [do proletariado] fomentaram uma idéia de associação que pouco de distingua das de estatização, nacionalização ou social-nacionalização do capitalismo de Estado”.⁶² Da mesma forma que a razão paulatinamente elegia os meios sem questionar os seus fins, os trabalhadores cada vez menos tinham em mente uma imagem da sociedade emancipada. Várias vezes Horkheimer retoma um tema oriundo de *História e Consciência de Classe*: a semelhança cada vez maior da organização social com a organização da fábrica. O tipo de razão embutida na mercadoria, a mesma que Horkheimer

⁵⁹ Ibidem, p. 115, grifos do autor. Para Reis Filho, os sindicatos russos tinham se transformado em correias de transmissão, cujas funções básicas eram “mobilizar os trabalhadores para garantir as metas do Plano e gerenciar o sistema assistencial. Para que, e como, iriam os trabalhadores lutar contra o *seu* Estado”? *Uma revolução perdida, op. cit.*, p. 141.

⁶⁰ Horkheimer, “Authoritarian state”, *op. cit.*, p. 97.

⁶¹ Ibidem, pp. 110 e 98.

⁶² Ibidem, p. 97.

definira como homogeneizadora, fora assumida pelos líderes operários. “O dirigente e sua camarilha chegam a ser tão independentes dentro da organização operária quanto o diretor da assembléia geral é em outra, na do monopólio industrial”.⁶³ Essas críticas valem não somente para os sindicatos, mas também para os processos de expulsão do Partido Comunista na União Soviética: “Aqueles que estão descontentes são debandados [...]. No caso extremo, a resistência é decapitada, comprada na assembléia geral [dos acionistas de uma empresa] mediante o suborno, ou expulsa no congresso do partido”.⁶⁴

O dinheiro, que como fonte de poder ficara restrito ao âmbito dos capitalistas, e portanto se constituía num contraponto à impotência dos trabalhadores frente ao domínio do capital, passou a ser alvo das estratégias de partidos e sindicatos. No capitalismo tardio as pessoas passaram a receber assistência social para posteriormente serem transformadas em meras seguidoras do líder. As conseqüências para um conceito já desgastado de consciência de classe podiam ser sentidas mais ainda. “O interesse comum dos explorados é mais difícil do que nunca para ser reconhecido hoje, quando é mais forte do que nunca” (86).⁶⁵ Para entender o significado dessa contradição, precisamos pensar no tema aludido no capítulo anterior.

⁶³ Ibidem, p. 98.

⁶⁴ Ibidem, *loc. cit.* Os altos dirigentes da revolução russa de 1917 foram liquidados entre 1936 e 1938. Reis Filho, *Uma Revolução Perdida*, *op. cit.*, p. 139. Para Helmut Dubiel, é difícil dizer a quem se endereçam especificamente as críticas em “Estado autoritário”. Em momento nenhum, Horkheimer estabeleceria diferenças históricas ou sociais em seus comentários sobre a social-democracia, a União Soviética, os comunistas ou os sindicalistas. Cf. *Theory and Politics*, *op. cit.*, pp. 69-70. Para nós, essa indistinção é essencial, já que ela mostra até que ponto a reificação ampliou seus mecanismos. Para uma visão semelhante, cf. Stephen Eric Bronner, *Da Teoria Crítica e Seus Teóricos*. Campinas, Papirus, 1997, pp. 101 e 108. Dubiel parece seguir aqui as indicações de Habermas a respeito das mudanças na teoria de Horkheimer. Diz Habermas: “as tendências históricas possíveis de observar perdem qualquer interesse mais sério se agora se trata simplesmente de quebrar a continuidade da história. Aquilo que vale unicamente a pena estudar são as invariantes instituintes de continuidade da desgraça e da opressão”. “Max Horkheimer: para a história do desenvolvimento da sua obra”, *Textos e Contextos*, *op. cit.*, pp. 90-1. Acreditamos, como tentamos mostrar, que os acontecimentos históricos permanecem centrais neste período da obra de Horkheimer, ainda que eles não sejam nomeados explicitamente.

⁶⁵ Horkheimer, “The Jews and Europe”, *op. cit.*, p. 86.

Horkheimer enfatiza a junção do conceito de massas com a situação da classe operária, ao dizer que seus interesses tornam um só diante da massa nazista, simbolizada pelo partido de massa que substituiu os anteriores partidos operários: “quanto mais a destruição de toda espontaneidade, condicionada pela impotência econômica, era dirigida pelo velho partido de massas, mas fácil foi para as vítimas ser capturadas pelo novo partido”. Horkheimer atenta para a semelhança entre ambos, tanto o partido revolucionário quanto o partido fascista, pois os dois tinham por característica o coletivismo enquanto ideologia das massas atomizadas. A diferença é que anteriormente o trabalho industrial formava a base da solidariedade entre os proletários. Depois da longa crise, em que predominou o desemprego, a determinação da classe perdeu seu sentido. O que passaria a unir seus membros seria a crença no *Führer* e na comunidade nacional propagandeada pelo Estado, que proporcionaria condições para o pleno emprego – muito em função da política industrial da Alemanha cada vez mais estar voltada à corrida armamentista. “As irrupções nacionais são o substituto consentido para a revolução. Inconscientemente, os trabalhadores percebem o horror de sua existência, a qual são incapazes de alterar, todavia” .⁶⁶

A evolução do capitalismo trouxe problemas não só organizacionais à classe trabalhadora, mas à sua própria estrutura social. Foram desenvolvidas máquinas e técnicas poupadoras de trabalho, o que segundo o autor teria reduzido sua importância para o funcionamento da produção econômica. Podemos encontrar nessa afirmação bases sociais para a cisão entre movimento político e classe social no interior do proletariado, aventada no capítulo anterior. Para Horkheimer, Engels estava certo quanto ao desenvolvimento do Estado na economia. Mas este não poderia sequer adivinhar qual seria a sorte dos trabalhadores no capitalismo:

⁶⁶ Ibidem, p. 87.

Para o desenvolvimento natural da ordem mundial capitalista, a teoria prescreve um fim não natural: os proletários reunidos destruirão a última forma da exploração, a escravidão do capitalismo de Estado. [...] Seus interesses os orientam inexoravelmente até o socialismo. Quando a classe dominante ‘tem que alimentar o trabalhador, em vez de ser alimentada por ele’, chegou o momento da revolução. Essa teoria do fim teve sua origem em uma situação que ainda era ambígua, e que é em si mesma ambígua [...].⁶⁷

Mesmo os grupos opositores a esse estado de coisas no interior das organizações políticas, que protestaram contra o conformismo das lideranças e a rígida disciplina partidária, não resistiram ao movimento geral e aderiram a ele, ou se dividiram ainda mais. “O movimento revolucionário refletiu negativamente a situação que está atacando”.⁶⁸ O partido *de* massas, desse modo, tornara-se o partido *das* massas.

Os comentários de Horkheimer a respeito das idéias propagadas por socialdemocratas e comunistas são esclarecedores. Um exemplo dessa virada nos organismos operários é a tão citada imaturidade política da classe trabalhadora. Na verdade, esta idéia não fazia nada mais que esconder o ceticismo dos partidos burocráticos em relação a suas lideranças. O conceito de uma ditadura do proletariado não teria originalmente a intenção de ser um monopólio dos meios de produção por alguma elite, como os fatos históricos acabaram por apontar. Aqui entram em jogo as críticas de Benjamin à concepção evolucionista, de um progresso contínuo, que as organizações da classe operária tanto repetiam: “Não somente a liberdade, mas também futuras formas de opressão são possíveis”.⁶⁹ Do entendimento da história como algo linear adveio a tese da inadequação das condições para que uma revolução se efetivasse, já que não estariam maduras o suficiente. Nas palavras de Horkheimer, isso constituiu um véu para a tolerância à opressão, da mesma forma que operavam a reificação e a ideologia. Para um verdadeiro revolucionário, toda situação deveria ser encarada como a última chance para agir, de modo que as condições para isso sempre estiveram maduras. Ecoando mais uma vez as

⁶⁷ Idem, “Authoritarian state”, *op. cit.*, p. 96. Horkheimer cita o livro de Engels *Do socialismo utópico ao socialismo científico*.

⁶⁸ *Ibidem*, p.99.

⁶⁹ *Ibidem*, p.109.

palavras de Benjamin, era necessária a ruptura revolucionária, na direção oposta da integração social, muitas vezes desejada pelos trabalhadores, principalmente na figura de alguns líderes partidários e sindicais. “A estabilidade do fascismo reside em uma aliança contra a revolução e na eliminação das reparações econômicas”.⁷⁰ O princípio da competição atomizada, do “todos contra todos” – e que Marx já chamava atenção como obstáculo contra a organização política dos trabalhadores – foi elevado no nazifascismo.

A teoria crítica não poderia aceitar o veredicto de tais organizações. O aperfeiçoamento dos meios de produção não aumentou somente as chances de uma maior exploração, mas também da eliminação da opressão. No entanto, essa possibilidade era descartada pelo movimento organizado. Os sindicatos e os partidos tornaram-se simples meios para que suas cúpulas atingissem o poder. Evidenciava-se a dupla e mesma lógica da abstração e do progresso que os pautava: “Em vez de dissolver-se no fim em uma democracia de conselhos, o grupo pôde manter-se a si mesmo como liderança [...] [cujo objetivo passou a ser] o controle do trabalho alienado”.⁷¹

Esse controle, não mais realizado pelos capitalistas privados, senão pelas instituições estatais, tornou-se para Horkheimer a forma mais conseqüente e desenvolvida do Estado autoritário, e, portanto, da própria lógica pautada pela mercadoria. A extração da mais-valia, operada por aqueles que antes se arvoravam em arautos da revolução proletária, ao invés de ser mediada pelo mercado, era realizada diretamente pelas imposições governamentais, tudo em nome do socialismo. O fim do Estado e do próprio poder, proclamado pelo marxismo tradicional, transformava-se numa grande ironia. “O estatismo integral não é uma retração, mas um avanço do poder. [...] os produtores, a quem o capital pertence legalmente, ‘permanecem assalariados, proletários’, não importa o quanto

⁷⁰ Idem, “The jews and Europe”, *op. cit.*, p. 86.

⁷¹ Idem, “Authoritarian State”, *op. cit.*, p. 99.

seja feito para eles. A organização da fábrica é estendida a toda a sociedade”.⁷² Tal como ocorria na União Soviética, quanto mais o plano administrativo se desenvolvia, maior era a repressão aos trabalhadores.

Se o poder do capital precisava apelar para as formas mais brutais de autoridade, o risco que o movimento político dos trabalhadores corria em adotar medidas semelhantes passava a ser muito grande. Para o autor, isso já fora antevisto pelo partido socialista de massas na Alemanha, para o qual o controle do Estado era o objetivo principal. Havia um desvio total de suas aspirações anteriores. Por isso, Horkheimer afirma que o capitalismo de estado parece ser às vezes uma paródia da sociedade sem classes.

Em todo lugar os esforços da oposição [tanto ao partido dominante quanto à própria lógica do capital] falharam em tomar os soldados-rasos [da administração burocrática] ou em desenvolver novas formas de oposição. Quando os grupos de oposição alcançaram maior significância depois de sua saída, eles se transformaram em instituições burocráticas. *A integração é o preço que os indivíduos e grupos têm de pagar para prosperar sob o capitalismo.*⁷³

Essa integração do proletariado veio acompanhada pela reprodução das estruturas autoritárias, originalmente vindas da relação entre trabalhadores e capitalistas, especialmente pela aparição e exaltação da figura do líder do partido centralizado.⁷⁴

Não escapa a Horkheimer possíveis formas de resistência a esse processo de assimilação. Segundo ele, não faltaram discordâncias no interior dessas organizações de classe e a percepção de que seus líderes estavam se afastando da luta pelo fim da exploração, luta que tomava cada vez mais ares de um simples anúncio publicitário. “[Os trabalhadores] reconhecem que a idéia da transformação social radical debilita-se quanto maior é a ação dos aparatos encarregados de recrutar adeptos para [as organizações

⁷² Ibidem, p. 102.

⁷³ Ibidem, p. *loc. cit.*, grifos do autor.

⁷⁴ Mais uma vez, Dubiel engana-se, pois para este autor a dupla tese da integração e do autoritarismo no interior da classe trabalhadora não seria produto de experiências ou dados históricos novos, mas simplesmente a intensificação da opinião pessimista. Cf. *Theory and Politics, op. cit.*, pp. 71-3. Procuramos mostrar ao longo deste capítulo que tanto a experiência stalinista quanto as mudanças na teoria foram cruciais para que surgisse essa nova posição da teoria crítica.

operárias]”.⁷⁵ Mas qualquer forma de resistência fracassava diante da lógica quase explícita que assumiam seus líderes.

Nesse sentido, para o autor não existiam grandes diferenças do problema quanto aos países mais democráticos, lembrando a diferença que Pollock estabelecera entre países de capitalismo de Estado autoritário e países de capitalismo de Estado democrático. O problema da integração social não se restringiu a um tipo específico de Estado, mas dependeu essencialmente do movimento geral que a sociedade capitalista tomara. Assim como nos países autoritários, os líderes das organizações políticas em países mais livres se comportavam diante seus membros do mesmo modo que os funcionários se organizavam naqueles, mantendo “sob estreita vigilância a massa que está sob seu cuidado. [...] só toleram a espontaneidade quando ela é resultado de sua própria manipulação”.⁷⁶

Horkheimer aponta, tanto em “Estado autoritário” quanto em “Os judeus e a Europa”, que a submissão dos sindicatos à lógica da mercadoria já era anterior ao advento do nazi-fascismo, e com isso a submissão aos interesses do poder: “Os sindicatos queriam transformar eles mesmos de órgãos da luta de classe em instituições estatais que distribuiriam donativos governamentais, inculcar uma atitude leal nos recebedores, e participar do controle social”.⁷⁷ Para isso, eles ajudaram até mesmo o capital a se estabelecer no poder – comentário de Horkheimer aos acordos entre os sindicatos de trabalhadores alemães, dominados pela social-democracia, e as empresas, o que não deixou de fortalecer os futuros apoiadores de Hitler.

O colapso da economia era previsível no interior do liberalismo, ao contrário da revolução proletária. Por isso, Horkheimer pode dizer que a teoria e a prática não são idênticas, reforçando a tese da separação entre marxismo e classe operária.

⁷⁵ Horkheimer, “Authoritarian State”, *op. cit.*, p. 98.

⁷⁶ *Ibidem*, *loc. cit.*

⁷⁷ “The Jews and Europe”, p. 80.

Os trabalhadores alemães possuíam as qualificações para reorganizar o mundo. Eles foram derrotados. Quão longe o fascismo pode atingir seu objetivo dependerá das lutas da presente época. A adaptação dos indivíduos ao fascismo, entretanto, também expressa certa racionalidade. Depois de sua traição pela própria burocracia desde 1914, depois do desenvolvimento dos partidos em maquinarias mundiais para a destruição da espontaneidade, depois do assassinato dos revolucionários, a neutralidade dos trabalhadores com respeito à ordem totalitária não é sinal de idiotice.⁷⁸

Vamos nos deter um pouco nessa citação. A primeira parte da sentença não constitui para nós novidade, tendo em vista o diagnóstico de Horkheimer feito no início dos anos 30. O que nos chama mais a atenção são os termos “adaptação dos indivíduos” e “neutralidade dos trabalhadores”. Ambos estão intimamente ligados e expressam temas trabalhados à exaustão nos textos subseqüentes.

As perspectivas de alguma forma positiva de resistência operária não pareciam muito sensatas para o autor. É certo que Horkheimer não deixou de apontar a necessidade de resistência, assim como a própria possibilidade de sua existência. Mas ela não mais seria apontada pelos trabalhadores e seu lugar no processo de produção. Sua opinião baseava-se sobretudo na perspectiva de que a economia fascista durasse algum tempo – “os colapsos não uma probabilidade a curto prazo”⁷⁹ –, e não como mero estado de exceção, para lembrarmos as palavras de Walter Benjamin. A lógica da mercadoria tornou-se ela mesma totalitária:

Com o declínio do ego e sua razão reflexiva, as relações humanas tendem para o ponto no qual o domínio da economia sobre todas as relações pessoais, o controle universal das mercadorias sobre a totalidade da vida, transforma-se em uma nova e despida forma de comando e obediência.⁸⁰

As dificuldades de uma possível reversão da situação política e econômica foram ditas com todas as letras: “Não pode haver confiança no colapso da economia totalitária. O fascismo pôs em ordem os resultados do colapso do capitalismo. É completamente ingênuo encorajar de fora os trabalhadores alemães a uma revolução”.⁸¹

⁷⁸ Ibidem, p. 83.

⁷⁹ Ibidem, *loc. cit.*

⁸⁰ Idem, “The end of reason”, *op. cit.*, p. 39.

⁸¹ Idem, “The Jews and Europe”, *op. cit.*, p. 93.

3 – *Da classe ao indivíduo: a necessidade da adaptação*

Já em “Estado autoritário” Horkheimer colocara em pauta o completo isolamento da luta política. Questionando se havia ou não possibilidades de emancipação neste período – que para ele pareciam mais plausíveis pelos retrocessos do sistema político do que por uma ação de classe – o autor diz: “Estas tentativas, que por sua natureza mesma não toleram as burocracias, só podem vir dos isolados. *Todos estão isolados*”.⁸² Isso condiz com sua opinião tanto neste texto, em que ele apresenta a submissão dos trabalhadores às lógicas do poder e do capital, assim como de “O fim da razão”, ensaio que demonstra o declínio da individualidade postulada pela civilização burguesa. Em *Eclipse da Razão*, esse dois motivos serviram de base ao capítulo “Ascensão e declínio do indivíduo”, onde é desenvolvido o argumento a respeito da redução da classe operária a meras mônadas. Transformada em massa, restaria a ela ansiar de forma silenciosa, quer dizer, sem maiores perspectivas de organização e publicidade em direção à mudança social. Daí que o lugar da crítica passasse a ser o indivíduo isolado, seu estado característico nas condições do capitalismo de Estado. “A degradação dos indivíduos a meros centros de reação que responderiam a qualquer estímulo, ao mesmo tempo prepararia sua emancipação do comando central”.⁸³ Mas mesmo esse lugar não era asseguraria a tarefa teórica.

A partir destes artigos, Horkheimer chegaria à completa disjunção do conceito de proletariado apresentado por Marx no *Manifesto*. O curioso é que um dos fatores que atuavam contra a união política dos trabalhadores, apontado anteriormente n’*A Ideologia Alemã*, seria enfatizado pelo desenvolvimento diverso das relações e econômicas sociais capitalistas. No século XIX, a concorrência entre os indivíduos no mercado, e especialmente entre os trabalhadores, ocasionara seu isolamento. As mudanças econô-

⁸² Idem, “Authoritarian state”, *op. cit.*, p. 111, grifos meus.

⁸³ *Ibidem*, p. 114.

micas e políticas efetivadas no século seguinte teriam para a classe o mesmo desdobramento, mesmo que a concorrência entre os agentes do sistema fosse de várias maneiras controlada. É justamente este aspecto que Horkheimer procurou ressaltar em sua abordagem sobre o declínio do indivíduo. O fenômeno da atomização, diferentemente do capitalismo liberal, era visto concomitantemente à massificação das classes subalternas, para não dizer da concentração dos capitais, circunstância que para o texto marxiano de 1848 seria importante na a mobilização dos trabalhadores em organizações políticas. A história do sistema produtor de mercadorias mostrou ao marxismo – não sem problemas, evidentemente – sua capacidade de integração social e dos conflitos, dos quais fora possível anteriormente vislumbrar alternativas à civilização burguesa. As possibilidades de se resolverem os novos problemas postos deveriam acompanhar todas as alterações aqui citadas. Os temas expostos nesta seção tentam dar conta, teoricamente, deste desafio.

3.1 – Reificação e indivíduo: o conceito de autopreservação

A idéia de uma razão vinculada à utilidade é a expressão do declínio do indivíduo. Por sua vez, este tema refere-se àquele da autoconservação, enquanto recurso limitado à sobrevivência dos homens numa sociedade destrocada pela reificação, pela ideologia e pela guerra. Tal conceito é o extremo da dominação cada vez mais imposta pelo capitalismo. Sem maiores possibilidades de libertação e emancipação, tendo em vista que a classe operária já não mais oferecia seu porto seguro, restariam apenas ações tendo em vista a autopreservação. Essa razão subjetiva corresponde ao princípio do ajustamento que passou a imperar. É claro que o tema da ideologia permaneceria no horizonte, de maneira, porém, a transformar radicalmente as concepções de Horkheimer a

respeito do significado e da importância dos trabalhadores – e até mesmo da relevância do marxismo.

“Essa autopreservação pode até apelar para a morte do indivíduo que deveria ser preservado. O sacrifício pode ser racional quando se torna necessário defender o poder do Estado, que é capaz de garantir sozinho a existência daqueles cujo sacrifício ele pede”.⁸⁴ Mais à frente, Horkheimer, assim como em *Eclipse da Razão*, compara o declínio do indivíduo com a razão subjetiva: “O colapso da razão e o colapso da individualidade são a mesma coisa”.⁸⁵

Com isso, torna-se decisivo o tema do declínio da teoria. Diante da pura necessidade de autopreservação, a teoria perdeu qualquer significado para os trabalhadores. Do mesmo modo, para uma classe profundamente implicada nesse processo, o marxismo também deixaria de fazer sentido. É necessário, pois, investigar como essa vinculação entre movimento político e classe social esta ligada à instância do mercado, lembrando a fala de Marx a respeito da concorrência como fator negativo para a classe – ao mesmo tempo em que a concentração lhe era favorável. “A liberdade que o mercado oferecia aos produtores, consumidores e seus múltiplos intermediários, ainda que fosse abstrata e ilusória, ao menos permitiu um certo grau de deliberação. Nos aparatos monopolistas ninguém possui aquele tempo ou alcance”.⁸⁶

Ao mesmo tempo em que a figura do indivíduo tende a perder importância, os sujeitos econômicos também desapareceram. A figura mesma do sujeito desapareceu. O ego do indivíduo é absorvido pelo pseudo-ego do planejamento autoritário.

A unidade social [...] [passa a ser] o indivíduo atomizado, e a luta pela vida consiste em sua resolução para não ser aniquilado a qualquer momento no mundo dos aparatos, máquinas e instrumentos. [...] Antes os homens eram meros apêndices às máquinas; hoje, eles são apêndices enquanto tais.⁸⁷

⁸⁴ Idem, “The end of reason”, *op. cit.*, pp. 32-3.

⁸⁵ Ibidem, p. 36.

⁸⁶ Ibidem, p. 39.

⁸⁷ Ibidem, p. 38.

Chama a atenção, pois, que esse movimento do eclipse do indivíduo tivesse suas consequências para a classe trabalhadora. Afinal, se cada membro individual da classe não tinha maiores perspectivas, nessas condições sociais específicas, de escapar da lógica da mercadoria, a própria classe padeceria de um processo de atomização. Qualquer tentativa de mobilizar uma consciência de classe resultaria em fracasso. Mais uma vez, a teoria marxista teria de mudar seu perfil e relações com o proletariado. Sua função política passava a ser dominada pela reflexão sobre os determinantes dessa desintegração.

Uma espécie de darwinismo transpõe-se socialmente: “Para sobreviver, um homem se transforma num mecanismo que reage a cada momento com a maneira mais apropriada às situações desconcertantes e difíceis que compõem a sua vida”.⁸⁸ À diferença das outras épocas históricas, no capitalismo o ajustamento às exigências sociais se fez de maneira mais deliberada e totalizante. Após a solidificação do capitalismo de Estado, a individualidade perdeu sua base econômica.

Exatamente porque toda a vida de hoje tende cada vez mais a ser submetida à racionalização e ao planejamento, também a vida de cada indivíduo, incluindo-se os seus impulsos mais ocultos, que outrora constituíam o seu domínio privado, deve agora levar em conta as exigências da racionalização e planejamento [que são vistas sobretudo na economia]: a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema.⁸⁹

O conceito de autopreservação retoma aspectos do texto “Egoísmo e movimento liberador”, no sentido de que o capitalismo impõe cada vez mais a necessidade de que seus membros, principalmente os trabalhadores, reprimissem suas aspirações em prol das relações sociais. A autopreservação, pois, é a aceitação da reificação para a adaptação na sociedade. Em vez do simples antagonismo das forças sociais enquanto coisas, elas passaram a fazer parte do indivíduo:

O antagonismo entre individualidade e as condições econômicas e sociais da sua existência [...] é um elemento essencial da própria individualidade. Hoje esse antagonismo é

⁸⁸ Idem, *Eclipse da Razão*, op. cit., p. 100.

⁸⁹ Ibidem, loc. cit.

suplantado na mente consciente dos indivíduos pelo desejo de se adaptarem à realidade.⁹⁰

Em nosso texto acima, apontamos a ligação entre a simples imitação, ou se quisermos, a redução dos os homens aos objetos. Essa definição fica clara na seguinte declaração, ao mesmo tempo em que aparece aqui a noção de mimese enquanto comportamento humano e princípio da civilização, termo retomado mais tarde na *Dialética do Esclarecimento*:

Adaptar-se significa fazer-se igual ao mundo de objetos tendo em vista a autopreservação [...] As massas dominadas prontamente se identificam com a agência repressiva. Na verdade, é exclusivamente a seu serviço que eles dão rédea solta para satisfazer seus imperiosos impulsos miméticos, sua necessidade de expressão. Sua reação às pressões é a imitação: um desejo implacável de perseguir. Esse desejo por sua vez é utilizado para manter o sistema que o produz”.⁹¹

A falsa consciência passou a ser constituída pelo esquema pré-concebido a que os homens percebem os objetos, mais do que eles propriamente acreditassem ou tivessem convicções. “As forças econômicas e sociais adquiriram o caráter de poderes naturais cegos que o homem, a fim de preservar a si mesmo, deve dominar, ajustando-se a eles”.⁹² Em contrapartida a esse processo, em que os interesses individuais e sociais incidiam, de maneira falsa, haveria uma atomização cada vez maior.

O indivíduo totalmente desenvolvido é a consumação de uma sociedade totalmente desenvolvida. A emancipação do indivíduo não é uma emancipação da sociedade, mas o resultado da liberação da sociedade da atomização. Uma atomização que pode atingir [paradoxalmente] o cume nos períodos de coletivização e cultura de massas.⁹³

Um comentário sobre a Alemanha nacional-socialista resume bem o argumento sobre o conceito de autopreservação, tendo em vista a derrota e o massacre do movimento operário até 1933:

Os vários impérios econômicos em competição formaram uma frente comum contra o povo, sob a capa do *Volksgemeinschaft*, e abriram mão de suas diferenças de superfície. Mas sendo submetido a uma contínua onda de propaganda, o povo estava preparado pa-

⁹⁰ Ibidem, p. 134.

⁹¹ Ibidem, pp. 118-9.

⁹² Ibidem, p. 101.

⁹³ Ibidem, p. 138.

ra se adaptar passivamente às novas relações de poder, para permitir-se apenas a espécie de reação que o capacitava a ajustar-se à organização econômica, social e política.⁹⁴

A diferença entre o capitalismo liberal e aquele de Estado, e para o qual os regimes autoritários representaram o ápice, “reside no fato de que a humanidade moderna se submete a esse processo não como uma criança que tem uma confiança natural na autoridade, mas como um adulto que desiste da individualidade já adquirida”.⁹⁵ No entanto, logo na seqüência do texto Horkheimer desfaz totalmente o vínculo entre classe operária e emancipação do capital: “Ele [o indivíduo] não tem mais possibilidades de escapar do sistema”.⁹⁶

No momento em que a ligação entre o princípio da maioria e as democracias contemporâneas – às quais o conceito de massa se aplica tanto quanto ao fascismo – se fortaleceu, Horkheimer comenta que essas mesmas massas, na figura do povo, passaram a ser “funções das forças econômicas cegas ou mais do que conscientes. [Elas] não [mais] oferecem quaisquer garantias contra a tirania”.⁹⁷ Não é que o autor fosse contra governos democráticos, em que todos tivessem vez e voz. Sua oposição à “maioria” não é um preconceito aristocrático, mas a constatação da submersão dos dominados na ideologia. Já vimos como o ponto constituiu ponto central na sua obra, particularmente no que diz respeito à classe trabalhadora. Novamente, as conclusões do autor não fazem referência exclusiva àquilo que ele chamou de “Estados autoritários”, senão de todo o movimento da sociedade capitalista, ou seja, não importando a forma política adotada por cada país, já que esta lógica estava presente em todos eles.

Mas a partir da conclusão da separação entre proletariado e emancipação, Horkheimer não podia mais esperar uma reserva contra a reificação nesta classe social,

⁹⁴ Ibidem, p. 104.

⁹⁵ Ibidem, p. 104.

⁹⁶ Ibidem, p. 100.

⁹⁷ Idem, “The end of reason”, *op. cit.*, p. 36.

mesmo que ela fosse interrompida temporariamente, como parece ser o caso até 1937. Ela estava atrelada mais do que o suficiente ao funcionamento do sistema capitalista. Outrora, o proletariado tivera na luta democrática uma de suas principais frentes, graças a qual conseguira importantes avanços. No entanto, estes, da forma como se apresentaram, não seriam mais possíveis, porque não haveria mais espaço para a disputa, tanto no interior das instituições burguesas quanto na própria luta de classes. Da mesma forma que a razão cedeu ao movimento de abstração contido na mercadoria, uma luta das maiorias também terminou por cair na lógica do capital. Este “é um novo deus, não no sentido em que os arautos das grandes revoluções o conceberam, isto é, como um poder de resistência à injustiça existente, mas como um poder de resistência a qualquer coisa que não se acomode”.⁹⁸

3.2 – O estilhaçamento da classe: rumo a uma teoria crítica “individual”

O declínio da individualidade teve efeitos devastadores sobre a classe trabalhadora. Do mesmo modo que Horkheimer apontara sete anos antes, em “Teoria tradicional e teoria crítica”, “a espontaneidade da classe operária está sendo enfraquecida pela dissolução geral da individualidade”.⁹⁹ Um breve retrospecto do que foi visto do capítulo anterior até aqui pode ser útil, já que Horkheimer potencializa seu diagnóstico da classe trabalhadora. Os temas do rompimento do vínculo entre classe e marxismo, ou, se quisermos, entre classe enquanto lugar social e classe enquanto movimento político, da subordinação voluntária – e necessária – à sobrevivência de seus membros, e muitos outros, reaparecem com força em *Eclipse da Razão*, ressaltados pelas novidades conceituais acima destacadas. “A classe operária está cada vez mais divorciada das teorias críticas tais como formuladas pelos grandes pensadores políticos e sociais do século

⁹⁸ Ibidem, p. 38.

⁹⁹ Idem, *Eclipse da Razão*, op. cit., p. 145.

XIX”,¹⁰⁰ isto é, cada vez mais distanciada do marxismo, com o qual esteve intrinsecamente unida por quase um século.

No entanto, se essa cisão já fora apontada anteriormente, ela tinha por causas as condições sociais da época e da própria classe, cada vez mais distante de uma perspectiva contrária ao fetichismo. Em *Eclipse da Razão*, Horkheimer adiciona um elemento, tantas vezes ressaltado ao longo do livro: a recusa ao pensamento – em nosso caso, a recusa à teoria marxista. “Influentes líderes operários que são conhecidos como campeões do progresso atribuem a vitória do fascismo na Alemanha à ênfase que foi dada ao pensamento teórico pela classe operária alemã”.¹⁰¹ Para Horkheimer, ao contrário, foi justamente essa cisão que favoreceu a vitória do fascismo. “Na realidade, não foi a teoria, mas o seu declínio que favoreceu a submissão aos poderes constituídos, sejam estes representados pelas agências de controle do capital ou as do trabalho”.¹⁰² Sabemos, a partir do trecho em que discutimos a influência de Benjamin, que essa recusa à teoria por parte dos trabalhadores é o avesso da lógica da abstração que muitos deles passaram a tomar como sua, em resposta ao desenvolvimento dado por Lukács ao tema – o proletariado como o exato oposto da reificação.

No entanto, Horkheimer não culpa somente a dominação pelo consentimento da classe. Para ele, a repressão – fosse por parte dos nazistas, fosse por parte do aparato stalinista – teve um papel fundamental em conter a revolta contra a opressão. “Tal ressentimento [oculto], se a repressão fosse abolida, voltar-se-ia contra toda a ordem social, que tem uma tendência inata a evitar que seus membros conheçam por dentro os mecanismos de sua própria repressão”.¹⁰³ Ou seja, a repressão é velada por mecanismos ideológicos. Poderíamos afirmar, dessa maneira, que Horkheimer resgatou a possibili-

¹⁰⁰ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁰¹ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁰² *Ibidem, loc. cit.*

¹⁰³ *Ibidem, loc. cit.*

dade de reverter o domínio de classe, bastando para isso o fim da repressão nazista?

Difícil responder, pois o próprio autor afirmara que as organizações operárias contribuíram, especialmente com a intenção de aumentar o *status* do operariado – e lembremos aqui as críticas que Horkheimer fazia tanto à social-democracia quanto aos sindicatos nos aforismos de *Dämmerung* – o que resultou no auxílio à integração do proletariado à ordem social capitlista.

Esta é a primeira vez que ele formula explicitamente o tema da integração, marca registrada da teoria crítica depois de 1945.

Através da História, as pressões físicas, organizacionais e culturais sempre tiveram um papel ativo na integração do indivíduo numa ordem social justa ou injusta; hoje, as organizações operárias, em seu próprio esforço para aumentar o *status* do operariado, são inevitavelmente conduzidas a contribuir para essa pressão.¹⁰⁴

As próprias transformações na classe operária alteraram radicalmente as expectativas revolucionárias.

No século XIX, o proletariado era ainda completamente amorfo. Isso assim acontecia porque, apesar de estar separado em grupos nacionais – operariado especializado e não-especializado, empregos e desempregados – seus interesses podiam ser cristalizados em termos de conceitos econômicos e sociais comuns. A informidade da população trabalhadora e sua tendência concomitante para o pensamento teórico formavam um contraste com as totalidades pragmáticas das lideranças no mundo dos negócios. O despertar dos trabalhadores de um papel ativo no processo capitalista foi realizado ao preço da integração no sistema geral.¹⁰⁵

Para Horkheimer, o próprio Marx não concordava com uma exaltação *a priori* e desligada dos processos históricos. Marx teria visto “o capitalismo como a última forma de injustiça social; não justificou nem fechou os olhos às superstições e idéias estabelecidas da classe dominada, à qual se presumiu que a sua doutrina quis dar uma orientação”.¹⁰⁶ Como levar em conta essa frase diante de tudo o que vimos até agora?

O autor volta a fazer referência à separação entre proletariado e marxismo formulada anteriormente em sua obra.

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 145-6.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 149.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 147.

Em contraste com as tendências da cultura de massas, nenhuma dessas doutrinas pretendeu “vender” às pessoas o modo de vida em que estão fixadas, o qual inconscientemente abominam, mas abertamente aplaudem. A teoria social ofereceu uma análise crítica da realidade, inclusive dos próprios pensamentos deformados dos trabalhadores. Sob as condições do industrialismo moderno, contudo, até mesmo a teoria política está afetada pela tendência apologética da cultura total.¹⁰⁷

Não deixa de ser sintomática a frase em que ele se refere à teoria social, já que ela é uma reavaliação de seu trabalho frente ao Instituto diante das questões colocadas pelos trabalhadores e suas transformações. Se antes a teoria ficava obrigatoriamente afastada do movimento político dos trabalhadores, a situação do momento histórico alterava as próprias configurações da teoria, como deve acontecer – não só quanto ao seu conteúdo interno, pois já vimos que as mudanças no capitalismo forçaram a adaptação da teoria, mas também quanto à relação mesma com aquele movimento.

O “esforço” que Horkheimer passava a propor ganhou ares bem mais modestos, se levarmos em conta todas as instituições repressoras e ideológicas por trás do domínio de classe. “A tarefa das massas em nossos dias consiste não em aferrar-se aos padrões coletivos tradicionais, mas sim em reconhecer e oferecer resistência aos padrões monopolistas que se infiltram em suas próprias organizações e afetam, individualmente, as suas mentes”.¹⁰⁸ As formas de ação deveriam mudar. Antes, na época do capitalismo liberal, os partidos trabalhadores clamavam pela racionalização e planificação da vida social e econômica. Com o fortalecimento da tendência estatal e monopolista, essa não poderia ser mais uma palavra de ordem para a classe operária – crítica ressaltada anteriormente em “Estado autoritário”. “Com cada parte do planejamento concretizada, um pouco da repressão deveria se tornar, originalmente, desnecessária. Em vez disso, mais repressão foi desenvolvida na administração dos planos”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Ibidem, p. 148.

¹⁰⁸ Ibidem, *loc. cit.*

¹⁰⁹ Idem, “Authoritarian state”, *op. cit.*, p. 112.

Desse modo, o movimento socialista não deveria incorrer nos mesmos atos que o sistema do capital fez, ao esmagar o homem singular com a abstração e a reificação. A lógica do poder no novo capitalismo, espécie de irmã siamesa da lógica mercantil, passara a pautar o movimento operário. A preocupação com poder não poderia mais fazer parte de um movimento que buscasse a liberdade. Preocupar-se com isso significaria “a continuidade da existência daquilo que deveria desaparecer: *o poder de dispor sobre o trabalho de outros*”.¹¹⁰ Daí que a situação da teoria estivesse em risco. O indivíduo corre riscos de aniquilamento, assim como sua espontaneidade e pensamento crítico. Essa resistência deveria se dar também no interior do proletariado:

Os líderes operários manobram o operariado, manipulam e aconselham o operário e tentam estabelecer seu preço tão alto quanto possível. Ao mesmo tempo seu próprio poder social e econômico, sua posição e renda, são muito superiores ao poder, posição e renda do trabalhador individual [...].¹¹¹

A divisão da classe trabalhadora entre movimento político e lugar social também passou a ser ressaltada por Horkheimer: “O mesmo processo que, tanto na realidade quanto na ideologia, fez do operariado um tema econômico, transformou o operário, que já era objeto da indústria também em objeto do operariado”.¹¹² Dito de outro modo, o capitalismo, tal como Marx apontava no *Manifesto*, engendrou a mudança de uma classe-em-si para uma classe-para-si. Mas este não foi um processo sem problemas, como pudemos ver mais atrás:

Embora as massas se imaginem criadoras do seu próprio destino, elas são submissas aos seus líderes [...] O fato de que a organização do operariado seja reconhecida como um negócio, como o de qualquer outra empresa, completa o processo de reificação do homem.¹¹³

Reificação do trabalhador que se traduz na mimese da lógica do capital por parte das lideranças proletárias. O problema da formação da consciência é retomado, pois que “as idéias dos trabalhadores tendem a ser moldadas pela ideologia comercial de seus líde-

¹¹⁰ Ibidem, p. 113, grifos meus.

¹¹¹ Idem, *Eclipse da Razão*, op. cit., pp. 149-50.

¹¹² Ibidem, p. 149.

¹¹³ Ibidem, pp. 149-50.

res”.¹¹⁴ Mais do que nunca, a possibilidade de uma consciência crítica deixou de fazer parte do horizonte do capitalismo de Estado, no qual “a idéia de um conflito intrínseco entre as massas laboriosas do mundo e a existência da injustiça social é suplantada pelos conceitos relacionados com a estratégia dos conflitos entre os diversos grupos de poder”.¹¹⁵ Porquanto a formação de uma consciência de classe fosse uma questão complexa – já antes do avanço da reificação os trabalhadores tinham dificuldades em apreender os mecanismos revelados pela teoria social – o novo panorama da classe fechava ainda mais as possibilidades. Antes o marxismo contava com a encarnação da miséria nos membros da classe.

Entretanto, não seria mais possível contar simplesmente com essa experiência da opressão. Há muito a ideologia, por meio das técnicas de cultura de massa, por exemplo, conseguiu deturpar essa visão.

Os trabalhadores hoje, não menos que o resto da população, são bem mais treinados intelectualmente, mais bem informados e muito menos ingênuos. Eles conhecem detalhes das grandes questões nacionais e os ardis dos movimentos políticos [...]. Os trabalhadores, pelo menos aqueles que não suportaram o inferno do fascismo, se aliarão a qualquer importunação de um capitalista ou político que se tenha destacado por infringir as regras do jogo; mas não questionam as regras em si mesmas.¹¹⁶

Da mesma maneira que qualquer indivíduo nesta sociedade, os trabalhadores passaram a considerar a injustiça social um elemento intransponível, e por isso o ajuste à ordem tornou-se primordial, considerando “os fatos poderosos como as únicas coisas a serem respeitadas. Suas mentes estão fechadas para o sonho de um mundo basicamente diferente [...]”.¹¹⁷ Por isso, os simples trabalhadores terminaram por se assemelhar ao líder do sindicato, que considera os homens tal como o capital e os burgueses fazem, como um instrumento para a riqueza. “Na hora presente, o operariado e o capital estão igual-

¹¹⁴ *Ibidem, loc. cit.*

¹¹⁵ *Ibidem, p. 150.*

¹¹⁶ *Ibidem, p. 151.*

¹¹⁷ *Ibidem, loc. cit.*

mente preocupados em conservar e ampliar o seu controle”.¹¹⁸ Triste ironia para o marxismo. “Os líderes de ambos os grupos asseguram cada vez mais que a crítica teórica da sociedade tornou-se supérflua devido ao tremendo progresso tecnológico que promete revolucionar as condições da existência humana”.¹¹⁹

A disciplina industrial, o progresso tecnológico e o esclarecimento científico, os próprios processos econômicos e culturais que estão causando a obliteração da individualidade, auguram – embora tal promessa ainda seja bastante pálida no momento atual – a introdução de uma nova era na qual a individualidade possa emergir como um componente necessário numa forma de existência menos ideológica e mais humana.¹²⁰

Essa frase de Horkheimer implica várias observações. A primeira delas diz respeito à possibilidade da emancipação da sociedade capitalista. Para o autor, dado o avanço das forças de produção seria possível construir uma sociedade livre da reificação e da dominação, ainda que isso estivesse fora do horizonte da época. Isso diz respeito, em segundo lugar, à revisão do proletariado enquanto lugar privilegiado para a tarefa revolucionária. O projeto original de Marx, que vislumbrava a livre individualidade numa sociedade comunista, não podia mais ser levado a cabo por indivíduos que estivessem presos aos mecanismos de funcionamento social, tal como Horkheimer explicou.

O fascismo usou métodos terroristas para reduzir seres humanos conscientes a átomos sociais, porque temia que a desilusão crescente em relação a todas as ideologias pudesse abrir caminho para que os homens compreendessem as potencialidades mais profundas deles próprios e da sociedade; e de fato, em alguns casos, a pressão social e o terror político abrandaram a resistência humana à irracionalidade – uma resistência que persiste sempre como o núcleo da verdadeira individualidade.¹²¹

Ou seja, Horkheimer não abandona, como se poderia pensar à primeira vista, uma perspectiva emancipatória. Isso não significa, no entanto, que ele tenha de ancorar tal perspectiva na classe. Apontamos aqui as diversas razões contrárias. Diante do espraiamento do fetiche, da atomização dos indivíduos, da significação cada vez maior da ideologia na vida dos homens, da violência, a classe trabalhadora não pode ter outro destino para

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 152.

¹¹⁹ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹²⁰ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹²¹ *Ibidem*, pp. 161-2.

Horkheimer senão a pulverização em meros indivíduos. Nesse sentido, é possível compreender os motivos que o levaram a ter a resistência individual como o *locus* possível da negação ao capitalismo. É isto que motivaria, sobretudo, as mudanças na tarefa da teoria.

Os verdadeiros indivíduos do nosso tempo são os mártires que atravessam os infernos do sofrimento e da degradação em sua resistência à conquista e à opressão [...]. Esses heróis não celebrados expuseram conscientemente sua existência como indivíduos à aniquilação terrorista que outros arrostam inconscientemente através dos processos sociais. Os mártires anônimos dos campos de concentração são os símbolos da humanidade que luta para nascer. A tarefa da filosofia é traduzir o que eles fizeram numa linguagem que será ouvida, mesmo que suas vozes finitas tenham sido silenciadas pela tirania.¹²²

¹²² Ibidem, p. 162.

Bibliografia

ABROMEIT, John. *The Dialectic of Burgeois Society: an intellectual biography of the young Max Horkheimer, 1895-1937*. Berkley: University of Califórnia, 2004.

ADORNO, Theodor. “A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. *Margem Esquerda*, nº 7. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, pp. 164-89.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ALTVATER, Elmar. “O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929”. In: HOBBSBAWN, Eric J. (org.). *História do Marxismo*, vol. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 11-77.

ARATO, Andrew e BREINES, Paul. *El Joven Lukács y los Orígenes del Marxismo Occidental*. México D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

AUTHIER, Denis. *A Esquerda Alemã [1918-1921]*. Porto: Afrontamento, 1975.

BADIA, Gilbert. *Histoire de l'Allemagne Contemporaine (1917-1962)*, 2º tomo. Paris: Éditios Sociales, 1962.

BARRETT, Michèle. “Psicanálise”. In BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988, pp. 306-7.

_____. “Psicologia”. In BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista, op. cit.*, pp.307-9.

BENHABIB, Seyla. “A crítica da razão instrumental”. In ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 71-96.

BENHABIB, Seyla, BONSS, Wolfgang e McCOLE, John (ed.). *On Max Horkheimer: new perspectives*. Cambridge, London: The MIT Press, 1993.

BENJAMIN, Walter. “Eduard Fuchs, collector and historian”. In *One Way Street and Other Writings*. Londres: Verso, 1992, pp. 349-86.

BONSS, Wolfgang. “The program of interdisciplinary research and the beginnns of critical theory”. In: BENHABIB, S., BONSS, W. e McCOLE, J. (ed.). *On Max Horkheimer: new perspectives, op. cit.*, pp. 99-125.

_____. “Le probleme de l’inconscient: la discussion sur la conscience des travailleurs sous la Republique de Weimar”. In: RAULET, Gérard (dir.). *Weimar ou l’explosion de la modernité*. Paris: Éditions Anthropos, 1984, pp. 167-83.

_____. “Critical theory and empirical social research: some observations”. In: Erich Fromm, *The Working Class in Weimar Germany: A psychological and sociological study*. Cambridge: Harvard University Press, 1984, pp. 1-38.

BRONNER, Stephen Eric. *Da Teoria Crítica e Seus Teóricos*. Campinas: Papirus, 1997.

Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, verbetes “Massa” e “Massificação”, pp. 726-28.

DUBIEL, Helmut. *Theory and Politics*. Cambridge, Massachusetts e Londres: MIT Press, 1985.

EVANS, Richard J. *The Coming of the Third Reich*. Londres: Penguin, 2004.

_____. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2006.

FERNANDES, Florestan (org.). *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983.

FINZI, Roberto. “Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica após Outubro”. In HOBSBAWN, E. (et. al.). *História do Marxismo, op. cit.*, vol. 7, pp. 137-57.

FREUD, Sigmund. “O mal estar na civilização”. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 129-94.

_____. “Psicologia de grupo e análise do ego”. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII, pp. 87-179.

FROMM, Eric. *The Working Class in Weimar Germany: A psychological and sociological study*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

_____. “Psychoanalysis and sociology”. In: BRONNER, Stephen Eric e KELLNER, Douglas. *Critical Theory and Society*. Routledge, pp. 137-139.

_____. “Autoridade e superego: o papel da família”. In CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 163-75.

_____. “The method and function of an analytic psychology”. In: ARATO, Andrew e GEBHARDT, Eike (ed.). *The Essential Frankfurt School Reader*. New York: Continuum, 1993.

_____. “Masochismo e autorità”. In DONNAGIO, Enrico (org.). *La Scuola di Francoforte: la storia e testi*. Turim: Einaudi, 2005, pp. 88-117.

GANGL, Manfred G. “Le programme interdisciplinaire de l’Institut de Recherches Sociales sous la direction de Max Horkheimer. *Archives de Philosophies*, 49, 1986, pp. 205-223.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa I – Racionalidad de la acción e y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1999.

_____. “Max Horkheimer: para a história do desenvolvimento da sua obra”. In *Textos e Contextos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, pp. 85-102.

HAIMOVICH, Perla J. “El nazismo y la crisis del movimiento obrero alemán”. In: *Historia del Movimiento Obrero, vol. 3*. Centro Editor de América Latina.

HÁJEK, Milos. “A discussão sobre a frente única e a revolução abortada”. In: HOBBSBAWN, Eric J. (org.). *História do Marxismo, vol. 6*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 169-195.

_____. “A bolchevização dos partidos comunistas”. In: HOBBSBAWN, Eric J. (org.). *História do Marxismo, vol. 6, op. cit.*, pp. 197-218.

HAUPT, Georges. “Marx e o marxismo”. In: *História do Marxismo, vol. 1*, pp. 347-75.

HILFERDING, Rudolf. “A democracia e a classe trabalhadora” (1927). In: TEIXEIRA, Aloísio (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2003a, pp. 443-63.

_____. “A economia organizada” (1927). In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, Heréticos e Malditos, op. cit.*, pp. 523-530.

HONNETH, Axel. “Max Horkheimer and the sociological deficit of critical theory”.

In BENHABIB, S., BONSS, W. e McCOLE, J. (ed.). *On Max Horkheimer: new perspectives, op. cit.*, pp. 187-214.

_____. “Teoria crítica”. In GIDDENS, Anthony e TURNER, Johnatan (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, pp. 503-52.

HORKHEIMER, Max. *Ocaso (1926-1934)*. Barcelona: Anthropos, 1986.

_____. “Un nuevo concepto de ideología?” (1930). In: LENK, Kurt (org.). *El Concepto de Ideología (comentário crítico y selección de textos)*. Buenos Aires: Amorroutu Editores, 1982, pp. 245-63.

_____. “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais” (1931) in Praga, nº7, 1999, pp. 121-132.

_____. “Hegel y el problema de la metafísica” (1932). In: *História, Metafísica y Escepticismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, pp. 121-36.

_____. “Observações sobre Ciência e Crise” (1932). In *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1990a, pp. 7-12.

_____. “História e psicologia” (1932). In *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1990b, pp. 13-30.

_____. “L’Istituto per la Ricerca Sociale e la sua rivista” (1932). In DONAGGIO, E. (org.). *La Scuola di Francoforte: la storia e testi, op. cit.*, pp. 5-8.

_____. “Materialismo e metafísica” (1933). In *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1990c, pp. 31-58.

_____. “Materialismo e moral” (1933). In *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1990d, pp. 59-88.

_____. “Da discussão do racionalismo na filosofia contemporânea” (1934). In *Teoria Crítica I, op. cit.*, pp. 95-137.

_____. “Sobre a metafísica do tempo de Bergson” (1934). *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, nº 6, 2000, pp. 61-83.

_____. “Sobre o problema da verdade” (1935). In *Teoria Crítica I, op. cit.*, pp. 139-74.

_____. *Studien über Autorität und Familie* (1936), Lüneberg, zu Klampen, 1987.

_____. “Autoridade e família” (1936). In *Teoria Crítica I, op. cit.*, pp. 175-236.

_____. “Egoísmo y movimiento liberador” (1936). In *Teoria Crítica*. Buenos Aires/ Madrid: Amorroutu Editores, 2003, pp. 151-222.

_____. “Teoria tradicional e teoria crítica” (1937). In *Textos Escolhidos (Os Pensadores)*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, pp. 125-62.

_____. “The jews and Europe” (1938). In BRONNER, Stephen Eric e KELLNER, Douglas MacKay (ed.). *Critical Theory and Society: a reader*. New York/London: Routledge, 1979, pp. 77-94.

_____. “The end of reason” (1941). In ARATO, Andrew e GEBHARDT, Eike. *The Essential Frankfurt School Reader*. New York: Continuum, 1993, pp. 26-48.

_____. “The authoritarian state” (1942). In ARATO, A. e GEBHARDT, E. *The Essential Frankfurt School Reader, op. cit.*, pp. 95-117.

_____. *Eclipse da Razão* (1947). São Paulo: Centauro, 2003.

_____. *A Life in Letters. Selected correspondence*. Editado por JACOBSON, Manfred R. e JACOBSON, Evelyn M. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 2007.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. “A massa”. In *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, pp. 78-92.

IASI, Mauro. *O Dilema de Hamlet*. São Paulo: Viramundo, 2002.

JAY, Martin. *The dialectical imagination*. Berkley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1996.

KELLNER, Douglas. “The Frankfurt School revisited: a critique of Martin Jay’s *The Dialectical Imagination*”. In BERNSTEIN, Jay (org.). *The Frankfurt School: critical assessments*, vol. 1. Londres: Routledge, 1994, pp. 41-62.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977

LAPLANCHE e PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes, 1998

LENINE, V. I. “Que fazer?”. In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*, t. 1, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 106-7.

LOHMANN, Georg. “The failure of self-realization: an interpretation of Horkheimer’s *Eclipse of Reason*”. In BENHABIB, S., BONSS, W. e McCOLE, J. (ed.). *On Max Horkheimer: new perspectives, op. cit.*, pp. 387-412.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã, 1918-1923*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários. A evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: LECH Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Edusp e Perspectiva, 1990.

_____. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *El Joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*. Barcelona: Grijalbo, 1976.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARCUSE, Herbert. “Estudo sobre a Autoridade e a Família”. In *Idéias para uma Teoria Crítica da Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, pp. 56-159.

MARIN, Inara Luísa. “Psicanálise e emancipação na teoria crítica”. In NOBRE, Marcos (org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papyrus, 2008, pp. 227-50.

MARRAMAO, Giacomo. *O Político e as Transformações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MARX, Karl. *O Capital, vol. I, t. 1*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O Capital, vol. I, t. 2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984

_____. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MASON, Tim. "The workers' opposition in nazi Germany". *History Workshop Journal*, nº 11, Spring 1981, pp. 120-37. Disponível em <http://libcom.org/library/workers-opposition-nazi-germany-tim-mason> (acessado em 17/03/08).

_____. "The containment of the working class in Nazi Germany". In *Nazism, Fascism and The Working Class*. Cambridge University Press, 1985, pp. 231-74.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de afirmação e negação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

MILLER, Martin A. "Freudian Theory under Bolshevik Rule: The Theoretical Controversy during the 1920s". *Slavic Review*, Vol. 44, No. 4 (Winter, 1985), pp. 625-646.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MUSSE, Ricardo. *Do Socialismo Científico à Teoria Crítica*. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 1997.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NOBRE, Marcos. *A Dialética Negativa de Theodor Adorno*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

_____. "Limites da reificação: notas sobre o sujeito revolucionário em *História e Consciência de Classe*". *Crítica Marxista*, nº 10. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, pp. 30-47.

_____. *Lukács e os Limites da Reificação: Um estudo sobre História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora 34, 2001.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996, verbete “Sociedade de massa”, pp. 720-1.

PINSASSI, Maria Orlanda e LESSA (org.), Sérgio. *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

POLLOCK, Friedrich. “State capitalism: its possibilities and limitations”. In ARATO, Andrew e GEBHARDT, Eike. *The Essential Frankfurt School Reader, op. cit.*, pp. 71-94.

POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*. Cambridge University Press, 1995.

_____. “Critique, economy and state”. In RUSH, Fred (ed.). *The Cambridge Companion to Critical Theory*. Cambridge University Press, 2004, pp.165-93.

_____. *Marx Reloaded: repensar la teoria crítica del capitalismo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2007.

POSTONE, Moishe e BRICK, Barbara. "Critical theory and political economy". In BENHABIB, S., BONSS, W. e McCOLE, J. (ed.). *On Max Horkheimer, op. cit.*, pp. 215-256.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massa do Fascismo*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Alemã: mitos e versões*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Uma Revolução Perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SALVADORI, Massimo L., "Kautsky entre ortodoxia e revisionismo". In *História do Marxismo*, vol. 2, pp. 299-335.

SCHMIDT, Alfred. "La Rivista per la ricerca sociale: storia e significato attuale". In: SCHMIDT, A. e RUSCONI, Gian Enrico. *La Scuola di Francoforte*. Bari: De Donato, 1972.

_____. "Introdução". In: HORKHEIMER, Max. *Origens da Filosofia Burguesa da História*. Lisboa: Presença, 1984, pp. 7-14.

_____. “Max Horkheimer’s intellectual physiognomy” in BENHABIB, S., BONSS, W. e McCOLE, J (ed.). *On Max Horkheimer: new perspectives, op. cit.*, pp. 25-48.

SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SLATER, Phil. *Origem e Significado da Escola de Frankfurt. Uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THERBORN, Göran. “A escola de Frankfurt. Contribuição à teoria crítica”. In http://www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/artigo_show.asp?var_artigo=65 (acessado em 23/07/2007).

V.v. A.a. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo, Xamã, 2003.

WEBER, Max. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, pp. 79-127.

WIGGERHASHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

